

Dezembro de 2017

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Inflação baixou em Novembro	6
1.2 Contas do INE confirmam recessão económica em 2016	6
1.3 Economia angolana vai crescer à média anual de 1,4% até 2021	7
1.4 Economistas preveem impacto no poder de compra das famílias	8
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>10</b>
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>10</b>
3.1 Duas em cada três empresas registadas no País não têm qualquer actividade	10
3.2 Administradora extingue mercado das "15 casas" em Mbanza Congo	11
3.3 Medicamentos falsos à venda em Angola	11
3.4 Agente" do SIC acusado de soltar; marginais por 20 mil Kwanzas no Lubango	12
3.5 O outro perigo nas estradas	13
3.6 Cartoon	13
3.7 Cidadã sofre intimidações de polícias por denunciar agente corrupto	13
3.8 Associação dos “Zungueiros” pretende tirar famílias da miséria	15
3.9 Vendedores retirados de rotunda na Calemba	16
3.10 ‘Panda’ acusa estrangeiros de liderar mercado obscuro de cobre	16
3.11 Falta de divisas faz ressurgir carpintarias	17
3.12 Luanda sem a dinâmica dos tempos anteriores	18
3.13 Profissionais lamentam a pouca afluência de clientes	19
3.14 Catinton sustenta a revenda	21
3.15 Entre o roubo e o inocente acréscimo	22
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>24</b>
4.1 Imposto Predial Urbano com défice de arrecadação de 6%	24
4.2 Preço de referência do petróleo no OGE 2018 sobe para 50 USD o barril	24
4.3 Orçamento Geral do Estado em discussão a partir de Janeiro	25
4.4 OGE 2018 entrega à NA para aprovação	26
4.5 Economia vai crescer quatro vezes mais, prevê OGE para 2018	27
4.6 Endividamento e petróleo garantem quase 75% do OGE 2018	28
4.7 As contas públicas reveladas em 14 gráficos	29
4.8 Deputados da oposição dizem desconhecer proposta de OGE 2018	30
4.9 Pela primeira vez, Estado vai gastar mais em juros do que em saúde e educação juntas	31
4.10 Primeiro OGE de JLO é mais do mesmo	32
4.11 Heitor propõe redução de despesas no OGE	33
4.12 OGE para 2018 prevê receitas e despesas avaliadas em Kz 9.658,2 mil milhões	34
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>36</b>
5.1 As Autarquias e o papel da Sociedade Civil	36
5.2 Governo nega existência de sobas falsos na Lunda	37
5.3 Governo reforça descentralização administrativa	38
5.4 Medidas administrativas submetidas à aprovação	39

5.5	MPLA deve assumir eleições autárquicas	39
5.6	Situação de Luanda continua na mesma	40

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 41

6.1	«Tenho esperança que o PR vai resolver a situação»	41
6.2	Construção em ritmo lento pelos materiais e custos	41
6.3	Crise afectou construção na capital	42
6.4	Empresas só recebem dinheiro no fim da obra	43
6.5	Há muitas queixas	44
6.6	Imposto Predial Urbano com défice de arrecadação de 6%	44
6.7	Jefran - o bilingue da casa própria?! (Fim)	45
6.8	Moradores retirados da Chicala jogados nas matas da Kissama	46
6.9	Obras precisam ser fiscalizadas	47
6.10	Tribunal ordena a general a devolução de imóveis	48
6.11	Ex-militares e viúvas recebem casas sociais	48
6.12	China importa menos crude, mas Angola mantém-se o segundo fornecedor	48
6.13	Empresas chinesas com lucros, apesar das dificuldades	49
6.14	Empresas chinesas com lucros apesar das dificuldades do país	50
6.15	Cidadão reivindica direito de construir no próprio terreno	51
6.16	A fronteira entre os dois Golfes	53
6.17	Comércio entre Angola e China aumentou quase 50%	54
6.18	Funcionários públicos recebem casas sócias	55
6.19	Mercado de proximidade aberto no novo condomínio	56

## 7. TERRA 57

7.1	«Tenho esperança que o PR vai resolver a situação»	57
7.2	Moradores retirados da Chicala jogados nas matas da Kissama	57
7.3	Empresa gestora de terrenos, prevê um retorno de Kz 132 mil milhões em dez anos	58
7.4	Terrenos estruturados geram mais de 800 milhões de dólares	58
7.5	Projecto de gestão de terras ajuda na solução de conflitos	59
7.6	Cidadão reivindica direito de construir no próprio terreno	60
7.8	Administração municipal de Malanje preocupada com ocupação ilegal de terrenos	62
7.9	Famílias são realojadas em zonas mais seguras	63

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 65

8.1	Municípios reprovam políticas de Tany Narciso	65
8.2	Zona alta do Lobito sem água há meses	65
8.3	AADIC alerta que pagamento por estimativa da ENDE é ilegal	65
8.4	Luanda quer duplicar abastecimento de água	66
8.5	João Lourenço vai exonerar o “Deus” da água	67
8.6	Maus em bom... Português	67
8.7	Água de vala residual é vendida para o uso doméstico em Luanda	68
8.8	EPAL e ENDE estão no descrédito	70
8.9	Municípios exortados ao uso racional	71
8.10	Água para ninguém	71
8.11	Serviços de água e luz serão municipalizados	71
8.12	Água jorra em torneiras da periferia do Lubango	72
8.13	EPAL vai tomar medidas para detectar rupturas	73
8.14	Valas de drenagem estão a ser limpas	73
8.15	Contadores pré-pagos melhoram serviços	74
8.16	Moradores da Zona Verde no Benfica exigem fim do negócio dos PT's	74
8.17	Varredores benguelenses “sem Natal” por falta de remuneração	75

8.18	Operadoras de lixo desistem da limpeza	77
8.19	Amontoados de lixo aumentam índice de malária em Benguela	77
<b>9.</b>	<b>GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>79</b>
9.1	Golfe 2 transformado em campo da morte	79
9.2	“Não estamos muito mal em termos de criminalidade”	80
9.3	Apreendidas armas em posse de civis	82
<b>10.</b>	<b>AMBIENTE</b>	<b>83</b>
10.1	Docentes debatem influência das alterações climáticas na economia	83
10.2	Chuva destrói mais de 400 casas e mata dezenas de pessoas	83
10.3	Exploração ilegal de inertes coloca o ambiente em risco	84
10.4	Demarcação de zonas de riscos evita calamidades em tempo chuvoso	85
10.5	Áreas em degradação são agora restauradas	86
10.6	Chuvas fortes causam mortes e a destruição de moradias	86
10.7	Processo de Selecção para Projecto Cuvelai	86
10.8	Chuva matou dezenas de pessoas no país	87
10.9	Falta de divisas faz ressurgir carpintarias	87
10.10	A fronteira entre os dois Golfes	89
10.11	Famílias são realojadas em zonas mais seguras	90
<b>11.</b>	<b>MIGRAÇÃO</b>	<b>91</b>
<b>12.</b>	<b>EXPLORAÇÃO MINEIRA</b>	<b>91</b>

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Inflação baixou em Novembro

*Jornal de Angola*  
16 De Dezembro de 2017

A taxa de inflação acelerou 1,02 por cento entre Outubro e Novembro, o valor mensal mais baixo do ano, mas o acumulado a 12 meses ronda ainda 25 por cento, longe das previsões do Governo.

O valor da inflação no período de um ano continua num registo muito superior à previsão de 15,8 por cento para o período entre Janeiro e Dezembro que o Governo inscreveu no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017.

O relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o comportamento da inflação mostra que esse registo contrasta com o pico de 2017, entre Setembro e Outubro, período em que os preços aumentaram 2,39 por cento.

Segundo o INE, o pico da inflação mensal no país nos últimos anos registou-se em Julho de 2016, quando, no espaço de um mês, os preços registaram um aumento médio de 4,00 por cento. Entre Janeiro e Dezembro de 2016, os preços subiram praticamente 42 por cento, segundo os relatórios anteriores do INE com o índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCEN).

No total de 12 meses até Junho de 2017, a inflação acumulada que tinha descido para 30,5 por cento, caiu em Julho para 27,29 e estabilizou em Agosto e Setembro (a um ano) ligeiramente acima dos 25 por cento.

Em Novembro, igualmente na contabilização acumulada, a 12 meses, a taxa de inflação desceu para os 24,70 por cento, refere o Índice de Preços no Consumidor Nacional.

O documento não adianta explicações para esta quebra nos preços, que se verifica num período de forte consumo, pela aproximação do período festivo do final do ano.

A subida de preços no último mês foi liderada pelas províncias da Lunda-Sul (0,82 por cento), Lunda-Norte (1,70), Huambo (1,59), Moxico (1,54) e Cuanza-Sul (1,52), enquanto as províncias com

menor variação foram as de Benguela e Luanda (1,02), Cunene (1,05), Zaire (1,08) e Cuando Cubango e Huíla, ambas com 1,50 por cento.

A subida de preços em Novembro foi influenciada sobretudo pelos sectores "Vestuário e Calçado", com 1,99 por cento, "Lazer, Recreação e Cultura", e "Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção", ambos com 1,62, e "Bebidas Alcoólicas e Tabaco", com 1,38.

Desde Setembro de 2014 que a inflação em Angola não parava de aumentar, acompanhando o agravamento da crise económica, financeira e cambial devido à quebra na cotação internacional do barril de petróleo bruto, o que fez disparar o custo, essencialmente dos alimentos.

O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Angola, Ricardo Velloso, alertou a 22 de Março, em Luanda, para a necessidade de medidas que ajudem a diminuir a elevada inflação que o país ainda apresenta.

A preocupação actual do FMI mantém-se à volta da necessidade de relançar o crescimento económico angolano "de uma maneira duradoura para os próximos anos", além de baixar a inflação mensal dos actuais 2,00 por cento a 2,5 ao mês para "níveis mais aceitáveis", bem como sobre "como continuar a reforçar o sistema bancário e financeiro do país", explicou o economista.

## I.2 Contas do INE confirmam recessão económica em 2016

*Jornal Expansão*  
22 De Dezembro de 2017  
Texto: Alexandre Lourenço

O facto das contas do Instituto Nacional de Estatística (INE) terem confirmado que houve mesmo recessão económica em 2016, foi uma das manchetes do Jornal Expansão no mês de Fevereiro de 2017.

Angola registou uma recessão em 2016, qualquer que seja o critério de avaliação de uma recessão, de acordo com os cálculos do Expansão a partir das primeiras contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística que vão desde 2010 até ao terceiro trimestre de 2016.

Um país regista uma recessão técnica quando o respectivo Produto Interno Bruto (PIB) diminui, em termos gerais, em dois trimestres consecutivos ou

recessão anual se o seu PIB diminui entre dois anos consecutivos.

O PIB correspondente ao valor dos bens e serviços finais produzido num país durante um determinado período de tempo, por exemplo, um trimestre ou um ano. Pode ser medido a preços do trimestre ou ano, isto é, a preços correntes ou termos nominais, ou a preços de um mesmo trimestre ou ano e diz-se a preços constantes ou em termos reais. É este o último que interessa.

De acordo com as contas nacionais trimestrais que o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou pela primeira vez (não tendo voltado a fazê-lo), o PIB angolano deu um tombo de 11,1 % nos três primeiros meses de 2016 face aos últimos três meses de 2015 e recuou 0,1 % no segundo trimestre de 2016 face ao primeiro. Foi uma recessão enorme, mas breve, pois o PIB voltou a terreno positivo no trimestre seguinte, o terceiro, com uma taxa de crescimento de 4% face ao segundo, o que significa dizer que o País esteve em recessão técnica apenas por escassos seis meses. Não se sabia ainda o que aconteceu no IV trimestre pois os últimos dados disponibilizam dos pelo INE referiam-se ao terceiro trimestre.

Outra forma de se analisar a recessão é a perspectiva anual, isto é, um País regista uma recessão quando o valor do respectivo PIB num determinado ano baixa face ao ano anterior.

Como referido os últimos dados do INE, referem-se ao terceiro trimestre de 2016, mas de acordo com cálculos do Expansão para o PIB de 2016 fosse igual ao de 2015, teria de ter crescido 22,7% no quarto trimestre de 2016 face ao terceiro.

Uma situação improvável para não dizer mesmo impossível.

Os dados do INE contradizem o discurso oficial do Executivo, que sempre desvalorizou a questão da recessão, optando por assinalar que a economia apenas perdeu a "pujança", segundo adiantou José Eduardo dos Santos, no seu último discurso à nação.

### 1.3 Economia angolana vai crescer à média anual de 1,4% até 2021

*Jornal Expansão*

*22 De Dezembro de 2017*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

A previsão de Abril do Fundo Monetário Internacional (FMI) inscritas nas Perspectivas

Económicas Mundiais de Primavera do Fundo de que a economia angolana vai crescer ao ritmo médio anual de 1,4% entre 2017 e 2021, foi uma das principais notícias do Expansão no quarto mês do ano. A instituição reviu em forte baixa, para pouco mais de metade, as previsões divulgadas no Outono que apontavam para um crescimento médio anual de 2,7%.

Os números da Primavera para Angola, que seguem os divulgados em Janeiro com o relatório ao abrigo do artigo IV, apontam para um crescimento de 1,3% este ano, menos 0,2 pontos percentuais (Pp) do que os 1,5% antecipados no Outono. Os cortes no crescimento do Produto Interno Bruto (PIE) angolano vão crescendo ao longo do horizonte das projecções até atingirem um máximo de 2,1 pp em 2021. Nesse ano, o crescimento não deverá ultrapassar 1,4%, contra os 3,5% previstos há seis meses.

Apesar da revisão em baixa, as projecções do FMI continuam a apontar para uma aceleração do crescimento de 0% em 2016, para 1,3% em 2017, e 1,5%, em 2018, mantendo-se entre 1,4% e 1,5% a partir deste ano.

A confirmarem-se estas previsões, o crescimento de Angola será inferior ao crescimento da população, estimado em 3% ao ano.

Angola também vai crescer abaixo do mundo e da África Subsariana em todos os anos do período das projecções (entre 2017 a 2021), pois o Mundo vai crescer à taxa média anual de 3,6% e a África Subsariana 3,4%, contra os referidos 1,4% do nosso País.

Contudo, as previsões do FMI, como todas, aliás, devem ser analisadas com cuidado, em especial para o médio prazo, 2019 em diante. O FMI admite que as políticas económicas nacionais mantêm-se constantes ao longo do horizonte das projecções. Relativamente ao petróleo, um dos factores que mais influencia a economia angolana, o FMI baseia-se num preço do barril de 55,2 USD em 2017, e 55,1 USD em 2018. No Outono, a previsão para o crude em 2017 quedava-se pelos 50,6 USD.

A expansão do sector não petrolífero devido a um aumento da despesa pública e a melhorias nos termos de troca [relação entre preços de exportação e de importação] deverão conduzir Angola a um crescimento positivo este ano, de 1,3%, precisa o FMI.

A confirmar-se o crescimento de 1,3% em 2017, Angola registará a 30a taxa de crescimento mais baixa

do Mundo. O País com pior desempenho em 2017 será a Venezuela com uma recessão de 18%, enquanto melhor será a Líbia com um crescimento de 7,4%.

Na África Subsariana, o pior registo deverá pertencer à Guiné Equatorial, onde o PIB vai "afundar" 5%, enquanto o melhor é da Etiópia com uma taxa de 7,5%.

Considerando as três maiores economias de Região, os referidos 1,3% de crescimento de Angola conferem-lhe o melhor desempenho, à frente da Nigéria, e da África do Sul, ambas com 0,8%.

#### 1.4 Economistas preveem impacto no poder de compra das famílias

*Jornal de Angola*  
29 De Dezembro de 2017  
Texto: João Dias

As medidas de ajustamento fiscal e cambiais aprovadas pelo Conselho de Ministros provocam, a partir do próximo ano, um forte impacto no poder de compra das famílias e nas pequenas e médias empresas, consideram analistas contactados ontem pelo Jornal de Angola.

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, apontou como evidências desse impacto, o alargamento da base tributária no que se refere ao Imposto Predial Urbano (IPU), agravamento do Imposto de Consumo para bens não fundamentais, aumento do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) para os maiores salários, bem como a redução de alguns subsídios ao consumo de bens e serviços prestados por empresas estatais.

Com estas medidas, disse, as importações vão tornar-se mais caras, o que é mau para o consumidor, embora seja inevitável, dada a pressão da procura sobre as importações, em detrimento dos bens de fabrico nacional.

"Vão ajudar quem produza e cria riqueza e emprega", afirmou José Severino.

O presidente da AIA sublinha que as empresas distribuidoras não podem continuar a entender que comércio é "importar e vender", e os industriais não podem negligenciar a integração de matérias-primas locais disponíveis.

A AIA, declarou, considera necessário conter a subida de preços de bens da cesta básica, medicamentos e transportes, pois combustíveis mais

caros pela valorização do dólar levam à pressão no sector dos transportes públicos, "que não se pode deixar arrastar por tendências especulativas".

José Severino espera que as políticas de ajustamento fiscal e cambial aprovadas pelo Executivo melhorem os níveis de qualidade da educação e da saúde no país, revelando encontros com o BNA e Ministério da Economia e Planeamento, nas quais obteve confiança no modelo de gestão cambial a ser adoptado.

José Severino propõe a realização de um "pacto social" que impeça distorções no tecido produtivo e social em matéria de estabilidade do empregos e dos salários.

É austeridade

O economista Carlos Rosado, questiona se o ajustamento se vai dar mais para o lado da receita ou da despesa, mas sublinha que a tendência, tal como está expresso no OGE, é registarmos aumento das receitas com o agravamento do IRT, actualmente de 17 por cento. "Isto quer dizer que quem ganha mais, vai pagar mais. Este aumento da taxa do IRT sem um aumento salarial e associado ao agravamento do Imposto de Consumo vai desencadear a perda do poder de compra, prevê.

Estas medidas, se não forem acompanhadas de um aumento salarial, vão tornar 2018 um ano muito difícil para as famílias angolanas e para as pequenas e médias empresas, pois ao terem grande impacto no poder de compra das famílias, afectam, em consequência, o nível de procura de bens e serviços das empresas.

Quanto às taxas no sentido proporcionalmente inverso ao nível de rendimento, Carlos' Rosado afirma que o IRT já é do tipo de imposto progressivo, ou seja, quem ganha mais, paga mais e, quem ganha menos paga proporcionalmente menos.

Sobre a desvalorização do Kwanza, disse, a questão que se coloca é sabermos em quanto: "não sabemos se desvaloriza em 20 por cento ou em 25 por cento".

Carlos Rosado admite que a desvalorização do Kwanza pode conduzir à redução de preços de bens e serviços, na medida em que assegura uma equiparação do preço do dólar no mercado informal face ao formal.

"Se o BNA disponibilizar divisas, vai crescer a tendência das pessoas ou agentes económicos as adquirirem nos bancos, o que retira expressão ao mercado informal", prevê o economista.



Carlos Rosado considerou que as medidas anunciadas "são de austeridade" e que é preciso perceber o discurso do Presidente da República, João Lourenço, a afirmar que "os que têm mais, devem ajudar os que têm menos".

Que despesas cortar?

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola, Sérgio Calundungo, afirmou que o importante é que, em resultado destas medidas, se verifique uma redução ou, no mínimo, um abrandamento do nível de preços dos bens e serviços essenciais, pois, ao longo do ano, registou-se um acentuado crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços num período de tempo relativamente curto.

"Foi muito duro para algumas famílias terem de lidar com uma situação de subida do preço das propinas, dos alimentos e de alguns serviços de saúde, sem que vissem os seus rendimentos, sobretudo, os salariais, subirem na mesma proporção", disse.

Relativamente às medidas de ajustamento fiscal, que visam essencialmente equilibrar o orçamento do Governo através do aumento do imposto sobre o consumo de alguns produtos bens e serviços, Sérgio Calundungo prevê um forte impacto na vida dos consumidores e das empresas.

É necessário verificar onde é que o Governo vai fazer cortes nas despesas, que segmentos da população ficam mais afectados e que medidas existem para compensar os eventuais cortes nas despesas, sendo, por agora, "prematuremos falarmos dos efeitos destas medidas sem termos connosco informações sobre os principais cortes nos gastos e as medidas de compensação previstas", referiu.

Defendeu ser necessário preservar a contratação de funcionários em sectores como educação, saúde, onde se há défice de funcionários e sugere também redução dos benefícios a titulares de importantes cargos públicos.

Tal como Carlos Rosado, Sérgio Calundungo propõe que o Executivo clarifique se Angola está perante a necessidade de medidas de austeridade, "que é outra forma de apelar aos ajustes fiscais".

Em relação às medidas ligadas à política monetária e cambial, Sérgio Calundungo sublinhou que o importante é saber se o cidadão comum vai poder ou não cumprir com os seus compromissos com os fornecedores de bens e serviços no exterior do país.

"Temos, além dos empresários, um número considerável de cidadãos que se deslocam ao exterior

do país em busca de soluções em termos de serviços de saúde, educação, compra de bens e serviço e, estes, são os que mais sofrem com esta situação", disse.

Para o economista é preciso inverter o cenário económico e cambial em que empresários não conseguem importar componentes importantes para máquinas e equipamentos que precisam para actuar no mercado nacional. "Todos estes aguardam com esperanças de que as novas políticas implementadas venham a introduzir de facto um "novo normal", concluiu.

## 2. MICROFINANÇAS

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Duas em cada três empresas registadas no País não têm qualquer actividade

*Jornal Expansão*  
01 De Dezembro de 2017  
Texto: Martins Chambassuco

Angola tem 104.088 empresas 'fantasmas', com registo no Guiché Único de Empresas (GUE) que não iniciaram actividade, indicam os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com o Anuário das Estatísticas das Empresas do INE, que avalia a série entre 2013-2016, divulgado em Novembro último, no final de 2016 Angola contabilizava 152.359 empresas registadas, das quais 104.088 aguardavam início de actividade e 46.096 estavam em actividade. No ano passado, 566 viram a actividade suspensa e 1.609 foram dissolvidas.

Em 2015, o País contava com 41.507 empresas em actividade, de um universo total de 139.980 empresas registadas. No final de 2016, as empresas 'fantasma' representavam 68% do total.

Quanto à distribuição geográfica das empresas registadas até 2016, a maior parte (58%) situa-se na província de Luanda (ver página 4).

O anuário do INE indica que a província de Benguela continua a ser a segunda com maior actividade empresarial do País, com um total de 3.657 empresas activas, enquanto o Cuanza Norte, com apenas 416 empresas, surge em último lugar da tabela.

Em termos sectoriais (ver página 3), o documento revela que o sector da indústria extractiva (petróleos, diamantes e exploração de rochas ornamentais), em finais do ano passado, contava com 385 empresas em actividade, num universo de 1.168, enquanto no sector da energia e águas, das 204 registadas, apenas 92 unidades estavam em funcionamento.

O INE revela ainda que 1.055 empresas da área da educação estavam a funcionar e, na saúde, mais de 50% das registadas até Dezembro do ano passado, o

que corresponde a 1.182 empresas, estavam no activo, 47 suspenderam a actividade e 12 faliram.

O sector da construção continua a ser o mais afectado pela crise económica e financeira que o País atravessa. Das mais de oito mil empresas registadas em 2016, apenas 2.559 estavam em actividade. De acordo com o 'patrão dos industriais', José Severino, este continua a ser o sector em que o Estado tem mais "atrasados para regularizar". O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) defende que dentro do Plano Intercalar do Governo (as medidas anticrise do Executivo de João Lourenço) é fundamental a adopção de medidas que assegurem o bom desempenho da indústria da construção.

Em termos de alojamento, restauração e similares, funcionavam, até finais do ano passado, em Angola, 4.252 empresas e, nos transportes, 1.722.

No que toca à forma jurídica (propriedade), em cada 100 empresas constituídas em Angola, 55,0% são sociedades por quotas e 41,5% em nome individual, além de sociedades anónimas ou empresas públicas.

Um total de 58% das empresas registadas era controlado por sociedades não financeiras privadas e 42% por famílias.

#### Natalidade vs mortalidade

O número de empresas registadas continua em alta, apesar da crise: De acordo com o relatório do INE, desde 2013, quando estavam registadas 95.518, para 2016, quando estavam registadas 152 mil, há um aumento de cerca de 60% no número de registos.

Em termos de mortalidade, o indicador a nível nacional continua a aumentar. O INE indica que, em 2016, 566 empresas foram dissolvidas e 1.609 suspenderam a actividade, num total de 2439 empresas que encerraram portas.

Quanto à mortalidade de empresas por províncias, Luanda continua a liderar não só na constituição de empresas mas também na mortalidade. No ano passado, na capital do País, foram constituídas 1.253 empresas e 'morreram' 932. Números contrastam com outras províncias mais afectadas pela crise, como por exemplo o Bengo, em que 134 fecharam a sua actividade e apenas 13 foram criadas.

#### As empresas e a crise

O consultor Galvão Branco refere que os dados do INE "confirmam o estado anémico e desproporcionado do nosso tecido empresarial que, pela sua configuração e falta de robustez, não é susceptível de gerar crescimento económico

suficientemente diversificado e sustentado". O empresário sublinha que "é crítico para o desempenho da nossa economia que o investimento directo dos operadores empresariais se faça nos sectores da agro-indústria, indústria transformadora, transportes e logísticas e na prestação de serviços ligados ao conhecimento e à tecnologia."

O PCA da SISTEC, Rui Santos, considera só as empresas que estão em Angola ao abrigo das Linhas de crédito Governo a Governo têm sobrevivido. Literalmente, afirma, todas as outras empresas estão ou com problemas sérios ou em riscos de fechar. "Muitas empresas estão a operar no vermelho", refere o gestor.

Por sua vez, o economista Alves da Rocha realça ser importante perceber as características das empresas (micro, pequenas, médias e grandes), bem como a forma jurídica e o seu capital. E garante que a implementação das medidas previstas no Plano Intercalar do Governo, é fundamental para que exista um tecido empresarial com capacidade de competição internacional e elevada produtividade. "O ambiente de negócios em Angola ainda está muito inquinado com corrupção, burocracia e tráfico de influências", refere Alves da Rocha.

### 3.2 Administradora extingue mercado das "15 casas" em Mbanza Congo

*Jornal Liberdade*

*1 De Dezembro de 2017*

*Texto: António Ndonga Dizeye*

Bastante concorrido pela população local e dos arredores, o encerramento deste mercado e de outros estendidos ao longo da cidade, deveu ao facto de o mercado da Bela Vista, construído de raiz, estar desprovido de vendedores, por um lado e, por outro, por estar em vista a construção naquele local a centralidade de Mbanza Congo, soube o Jornal Liberdade de fonte local: .

Esta atitude, considerada "insensata" das autoridades administrativas do município, como argumentaram algumas fontes que falaram a este jornal, vai prejudicar de certa forma tanto os vendedores como os compradores locais, a ponto de agudizar a vida de muitas famílias.

As mesmas fontes afirmaram que ao tomarem tal medida, as autoridades deveriam primeiro ter em conta a situação de várias famílias de baixa renda que dificilmente podem recorrer ao mercado da Bela Vista que dista há sensivelmente 3 quilómetros do

centro da cidade só para comprar uma quadra de sabão ou um quilo de açúcar, entre outros.

Para elas, (com o crescimento demo gráfico da cidade de Mbanza Congo, não é possível que haja um único mercado onde os munícipes têm que recorrer para a venda e compra de produtos tanto alimentares, vestuários e outros, segundo a necessidade de cada cidadão e morador.

a munícipe António Talakaka que já viveu na Europa, disse não acreditar no que está a acontecer nesta cidade, tanto mais que, como afirmou, na cidade de Berlim (Alemanha), existem cerca de 24 mercados sem nenhuma dificuldade de quebrar a cabeça por parte das autoridades.

"Nunca vi um governo que não consegue compreender as dificuldades por que passa a população que administra", disse Talakaka, para acrescentar que quanto mais dificultam a vida dos munícipes, os governantes sentem-se visivelmente satisfeitos ao encerrarem pelo menos 3 mercados locais.

Adiantou que durante a campanha eleitoral, os governantes proferiram palavras bonitas a favor das populações, mas depois de serem eleitos (MPLA), se esqueceram de tudo e hoje, as autoridades do município e da província estão a manietar o povo de Mbanza Congo, como sempre fizeram nos últimos 42 anos de independência nacional.

Espero que não estejam a criar um quadro difícil à governação do actual Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, que tem estado a dar sinais positivos na sua governação e pelo bem-estar dos angolanos, rematou.

### 3.3 Medicamentos falsos à venda em Angola

*Jornal de Angola*

*03 De Dezembro de 2017*

Analgésicos, anti maláricos, antibióticos e medicamentos para o tratamento de disfunção erétil são os fármacos contrafeitos que mais chegam a Angola, informaram as autoridades sanitárias, que, no entanto, desconhecem a quantidade de medicamentos falsificados em circulação.

A informação foi prestada sexta-feira, em Luanda, pelo inspector-geral da Saúde, Miguel de Oliveira, que falava aos jornalistas à margem do simpósio sobre contrafacção e reacções adversas a medicamentos, tendo acrescentando que uma grande parte dos

medicamentos contrafeitos detectados pelas autoridades chegam da China, Índia, Nigéria e RDC.

"Mas não estamos a dizer que todos os medicamentos provenientes da China e da Índia sejam contrafeitos, porque eles são também os melhores fabricantes e obedecem a todas as normas, pese embora existirem aí também indústrias falsificadoras", explicou.

Miguel de Oliveira, que admitiu ser difícil detectar medicamentos contrafeitos pelo simples olhar, garantiu que a Inspeção-Geral do Ministério da Saúde tudo faz para controlar os medicamentos importados, revelando, porém, que as autoridades não têm números reais sobre a contrafacção no país.

"Nós não temos neste momento números ou dados percentuais de medicamentos contrafeitos que circulam no mercado. Agora é verdade que nós temos detectado medicamentos contrafeitos", observou, tendo avançado medidas aplicadas aos infractores. "Sempre que detectamos medicamentos contrafeitos, responsabilizamos o importador, o fornecedor e tiramos os produtos do mercado, temos feito o nosso melhor. Mas, como sabem, o controlo da fronteira terrestre de Angola é muito difícil", apontou.

O secretário de Estado da Saúde Valentim Altino Matias sublinhou que os medicamentos contrafeitos "matam silenciosamente" e as "principais vítimas são pessoas que possuem fracos recursos financeiros para aquisição de medicamentos". "As populações são também afectadas pelo acesso fácil à internet, na tentação de comprar medicamentos mais baratos", disse, na abertura do encontro.

### 3.4 Agente" do SIC acusado de soltar; marginais por 20 mil Kwanzas no Lubango

*Jornal O PAÍS*

*7 De Dezembro de 2017*

*Texto: João Katombela*

Um agente identificado por José Pedro Matroquela, afecto aos Serviços de Investigação Criminal (SIC) na província da Huíla, está a ser acusado ter soltado marginais a troco de 20 mil Kwanzas. Trata-se de homens que aterrorizam a vida dos habitantes do bairro do Kwawa, arredores da cidade do Lubango. A denúncia foi feita em exclusivo a este jornal pelos moradores do referido bairro, que afirmam ter sido informados pelos próprios marginais soltos pelo agente do SIC.

Ilda Miranda, secretária da Organização da Mulher Angolana no Kwawa, disse que os marginais por si denunciados apareceram em sua casa dizendo que foram soltos pelo referido agente daquele órgão do Ministério do Interior, depois de terem pago 20 mil Kwanzas ao mesmo, no mesmo dia em que ela foi chamada para reconhecer os meliantes nas instalações da Polícia.

"No mesmo dia em que o investigador chamou os delinquentes para serem reconhecidos pela pessoa agredida, ele, na mesma tarde os soltou, o que me surpreende é que assim que foram soltos, foram a um lugar próximo para beber e começaram a dizer nas pessoas que pagaram 20 mil ao investigador, dizendo que 'nós pagamos 20 mil ao investigador, aquele investigador é nosso, pagamos e já saímos estamos aqui!' Ouí isso de uma pessoa, mas não quis acreditar, ouví numa outra pessoa, também ignorei, mas, para o meu espanto, eles vieram à minha casa, bêbados a dizer: 'dona, foste nos queixar e nós já pagamos e estamos aqui, se quisermos te matar podemos te matar, porque nós ouvimos a tua gravação feita pelo investigador'. Sinceramente, que tipo de Polícia é esta"? indagou.

Autoridades têm conhecimentos

Por outro lado, Ilda Miranda informou que o caso já foi participado às autoridades administrativas no sentido de se tomar uma medida que vise a inversão do quadro, tendo solicitado às entidades máximas da Polícia a Investigação do caso.

"Ele tem vários casos, o senhor administrador e a população do bairro dominam, já viemos há muito tempo a pedir ao comandante municipal para retirar aquele investigador do Posto policial do nosso bairro, ele não serve para ser investigador, eu mesma tenho provas que mostram que ele é mesmo corrupto, só não entendo porque é que ainda não tiram este indivíduo da corporação", disse.

Os moradores do bairro do Kwawa, temem que o pior possa acontecer, já que o grupo de marginais continua a fazer ameaças de morte a todos aqueles que fizeram queixas sobre eles.

Por seu turno, o administrador do bairro, Francisco Fernando, confirma que a situação é do seu conhecimento, pelo que pede das autoridades de direito a tomada de uma posição sobre o assunto. "Confirmamos sim, porque temos a própria matéria das pessoas que vieram queixar-se na Administração do bairro, e nós, depois de registarmos a primeira queixa e a segunda, pedimos que pessoas de direito possam resolver este problema, porque a população está mesmo a reclamar.

No mês passado nós comunicamos a um dos chefes da Polícia nesta área que nos garantiu uma solução, porém, verificamos que voltou a acontecer novamente" disse.

Entretanto, contactado por este jornal, para saber se a PGR tinha conhecimento do assunto, o Sub-Procurador-Geral da República titular na província da Huíla, Hernâni Beira Grande, informou que, ao confirmar-se, o organismo que dirige vai desencadear uma Investigação para responsabilizar o acusado.

Entretanto, contactado por este jornal, o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional na Huíla, superintendente Carlos Alberto, disse também não ter conhecimento de alguma queixa sobre este caso, mas prometeu pronunciar-se nesta Quinta-feira, hoje.

### 3.5 O outro perigo nas estradas

*Jornal O PAÍS*

*7 De Dezembro de 2017*

*Texto: Amigo director,*

Parece que alguns elementos do nosso Governo não querem cuidar do bem-estar das pessoas. Os negócios que aparecem em todo o lado, sem cuidados, também ajudam os cidadãos a ficarem preguiçosos e sem saberem dos riscos para a sua própria vida. Mas eu acho que isto é porque a fiscalização e as autoridades sanitárias permitem tudo.

Não vale vir dizer que também não se pode tirar o ganha-pão das pessoas, que alguns negócios sustentam muita gente. Se é negócio como a venda de recargas, ainda vai, não coloca a saúde de ninguém em perigo, mas aquilo que vemos nas ruas de Luanda, nos bairros, é muito perigoso. Não sei se os técnicos da Saúde já se deram conta de que nas lojas dos mamadus eles também dormem e cozinham lá dentro. Falo dos da Saúde, porque os fiscais só vão lá apara receber a "micha" e os olhos deles ficam cegos.

Nas ruas que não estão asfaltadas, como aquela que sai da Estrada do Camama, atrás do projecto Nova Vida, e que vai dar na parte de trás do Jardim do Edem, aí é um perigo, até altas horas da noite tem bares abertos e gente a vender comida, cozinhada ou assada mesmo na rua, com carros a passar, tudo cheio de poeira. Depois vão dizer outra vez que é doença desconhecida.

Lá perto tem supermercados que até podem ser mais caros, mas comprar carne que apanha com poeira e com moscas? É por causa do preço ou é porque está mais perto? As pessoas deviam ser instruídas a ir mais longe se é necessário para proteger a sua saúde.

Aquilo é um perigo. Perigo nas estradas não é só atropelamento ou acidente entre veículos, é também aquilo que se vende e que as pessoas consomem. Carne que fica aí o dia todo sem gelo, por exemplo. Mesmo que seja para não estragar o ganha-pão das pessoas, porque emprego está difícil e cada um tem que se arranjar com o seu negócio, é preciso instruir bem o cidadão que vende e o cidadão que compra para cuida bem dos produtos e proteger a sua saúde.

Os camaradas têm que trabalhar mais para corrigir o que está mal.

José Manjonji

### 3.6 Cartoon

*Jornal de Angola*

*16 Dezembro 2017*



### 3.7 Cidadã sofre intimidações de polícias por denunciar agente corrupto

*Jornal O PAÍS*

*17 De Dezembro de 2017*

*João Katombela*

Uma cidadã de 43 anos de idade, moradora do bairro do Kuawa, arredores da cidade do Lubango, diz estar a ser intimidada por agentes da Polícia Nacional, em função de uma denúncia que envolve um suposto agente do Serviço de Investigação Criminal (SIC), em actos de corrupção.

Em entrevista em exclusivo a O PAÍS, Ilda Maria, também secretária da OMA naquele bairro, disse que

na Quarta-feira, 13, foi retirada de um óbito familiar para prestar declarações no Comando Municipal da Polícia no Lubango.

No local, Ilda Maria foi Interrogada pelo director adjunto interino do Serviço Provincial de Investigação Criminal (SPIC) na Huíla, que, diz ela, a teria obrigado a assinar uma declaração que, no seu entender, foi manipulada pelo investigador em serviço.

"Fui retirada de um óbito familiar e isso não é ético, um óbito a que nem sequer assisti até ao fim, porque, como cidadã, tive de ir responder ao apelo da Polícia. Eu merecia ser tratada como cidadã nacional", frisou. Acrescentou de seguida que "mais tarde dei conta de que o interesse maior da declaração que me pediram para prestar é se refere apenas ao caso Matroquela, caso 20 mil Kwanzas".

Os 20 mil Kwanzas a que se refere a nossa fonte são valores que, segundo ela, eram recebidos pelo agente do SPIC José Pedro Matroquela para soltar marginais que aterrorizam a vida dos moradores do seu bairro, tal como foi publicado na edição nº 957, de 07 de Dezembro, deste jornal.

Ainda em relação aos 20 mil Kwanzas, Ilda Miranda disse que durante a sua audição foi-lhe dito que o valor em causa foi pago em forma de caução à Procuradoria- Geral da República (PGR), facto que a deixa perplexa por não lhe ter sido mostrado qualquer talão de depósito na conta desta instituição. "O senhor investigador disse que os 20 mil foram depositados no banco".

Segundo ela, um grupo de supostos marginais foram à sua casa para exigir que ela ou o seu filho devolvessem os 20 mil que haviam pago, pois, por causa da denúncia, o seu colega não terá sido solto. Por outro lado, a nossa interlocutora informou que há da parte do SPIC um certo protecçãoismo a favor do quadro envolvido no caso de corrupção.

"Se não houvesse esse protecçãoismo ter-nos-iam ouvido e seriam esclarecidos os motivos que me levaram a contactar os órgãos de comunicação social", explicou.

Ilda Miranda contou ainda que durante a audiência o investigador advertiu-a que pensa-se no risco que o agente em causa corria ao ser denunciado como corrupto.

"O colega do Matroquela me disse, pensa: o senhor Matroquela tem família, tem filhos, e se ele agora ficar desempregado?" Revelou. Entre outras acusações, Ilda Miranda disse que foi demitida da Esquadra Policial do bairro do Kuawa, onde era

trabalhadora civil até ao mês de Agosto do ano de 2016.

Vítima de assédio sexual

Foi despedida pelo facto de não ter cedido ao assédio sexual praticado pelo comandante da referida unidade, identificado por José Albano.

"O comandante, como não sabia como me demitir directamente, usou um outro método. Disse-me: 'dona Ilda arranja-me uma mulher, uma namorada igual a você. Igualzinha mesmo a você'", disse.

Contou que ante o seu espanto, comandante passou a detalhar: "'que anda como você. Que veste como você. Que cozinha como você. E a resposta é urgente'. Eu fiquei como que não estivesse a perceber que ele estava a dizer".

Segundo Ilda Miranda, o comandante repetiu a cantada e foi mas directo: "'estou a falar pra ti, isso. Estou a falar pra ti não estás a ouvir"?"

Ao que a senhora respondeu, recorda, que estava a ouvir, mas não seria possível satisfazer o pedido. "O comandante me disse que a resposta é urgente: Analisei perfeitamente, se tinha que lhe arranjar uma mulher igual a mim, a própria mulher era eu", opinou. Desde esta data, Ilda Miranda passou a enfrentar muitos problemas no serviço, até que foi demitida sem justa causa aparente.

"Fui a um óbito no município de Caluquembe, isto no ano passado, e no meu regresso o Oficial Dia que estava de serviço disse-me que o senhor comandante ordenou que não posso entrar na minha área de serviço até ele chegar".

Assim que chegou, manifestou o seu desagrado por eu ter ido a Caluquembe sem ser dispensada. "'Não és pessoa de confiança e no teu lugar meti outra pessoa, de confiança'", disse

Entretanto, Ilda Miranda solicita ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) e à PGR que se abra um inquérito para se apurar a veracidade dos factos, bem como salvaguardar a sua segurança e da sua família.

"Eu peço que se faça um inquérito em toda a área do Kuawa, pois lá há duas ou mais pessoas que foram vítima de extorsão do senhor Matroquela. há factos que comprovam as denúncias contra o senhor Matroquela", assegurou.

Uma outra fonte, familiarizada com o assunto, garantiu a O PAÍS que já foi aberto um inquérito por ordem do director provincial de Investigação

Criminal da Huíla, no sentido de apurar a veracidade dos factos. Os resultados serão tornados público dentro de dias.

### 3.8 Associação dos “Zungueiros” pretende tirar famílias da miséria

*Jornal O PAÍS*

*18 De Dezembro de 2017*

*Texto: Maria Teixeira*

O presidente da Associação e coordenador geral da Cooperativa Agrícola "Zungueira Kuati Ketemo", José Cassoma, em entrevista exclusiva a OPAÍS, anunciou que estão a implementar projectos que visam a segurança dos vendedores ambulantes. O dirigente considerou que o problema da venda ambulante é antigo, ao ponto de todos os governadores que passaram por Luanda se terem debatido com esta situação e não é com resoluções e despachos de leis que se vai resolver estes dilemas.

"Acabámos de criar o projecto Zungueiras Kuati Ketemo que, nesta altura, está formado como uma cooperativa que visa incentivar os vendedores ambulantes, sobretudo aqueles que não são naturais de Luanda e têm terras de cultivo nas suas províncias de proveniência, a receberem uma formação técnica que lhes possa garantir e cooperar junto da organização", frisou. Acrescentou de seguida que deste modo "poderão trabalhar e produzir alguns produtos agrícolas para vender a várias unidades comerciais", disse.

O responsável referiu que o projecto vai permitir a essas famílias saírem da miséria ex-trema em que se encontram em grande número.

"Nesta altura, os vendedores estão a comercializar na rua, mas, no futuro, quando completarem 50 ou 60 anos, não terão uma reforma que lhes poderá garantir um subsídio alimentar para as suas famílias", avaliou o presidente, demonstrando, claramente, a necessidade e urgência da entrada em cena de um programa do género

De acordo com José Cassoma, a partir do programa de cooperativa será possível estabelecer, através da organização, parcerias com alguns bancos comerciais para obtenção de financiamentos.

Nesta senda, convidam-se todos os vendedores, sobretudo das província do Huambo, Benguela e Bié, onde têm representação, a aderirem em massa, fazendo parte do programa das cooperativas das mulheres zungueiras do país.

O projecto é de âmbito nacional e já está a presente nas províncias do Huambo, com 600 vendedores inscritos, Benguela com duas mil e 300, e no Cuanza-Sul com 140, sendo que Luanda com apenas 350 pessoas.

"Tão-logo haja condições, estaremos em Malanje e em outros pontos do país porque o objectivo da cooperativa é chegar a todas as províncias. Queremos que o número cresça e possamos ajudar o Executivo naquilo que é possível para melhorar as condições do país. Os vendedores ambulantes são um grupo muito desfavorecido", afirmou.

Em Luanda, os mais interessados podem dirigir-se à Vila do Gamek, onde têm os escritórios. Neste momento decorre uma campanha de sensibilização junto de potenciais filiados.

Reduzir o fluxo de ambulantes em Luanda

Segundo José Cassoma, a intenção é apoiar os seus filiados e o Governo, que se queixa da presença dos vendedores na capital de Luanda. No seu ponto de vista, este projecto poderá ajudar a desafogar as ruas da capital do país, reduzindo a venda ambulante, razão pela qual esperam estabelecer parcerias também com o Ministério da Agricultura.

"Ó que nós queremos é que haja mais diálogo com as organizações da sociedade civil, principalmente connosco, que estamos na área de venda ambulante. Precisamos muito que o governador se reúna connosco para melhor traçarmos os programas a fim de ajudar a governação do país", apelou.

Realçou ainda que, apesar de Luanda ter um governador atento, sobretudo com os problemas dos vendedores, se houver um maior diálogo com a associação dos vendedores ambulantes e se, se criarem projectos para que alguns deles tenham um emprego e também possam gerar empregos conseguirão resolver este problema que é bastante antigo.

Contou ainda que dentre os vendedores ambulantes, encontram-se pessoas com o ensino médio e que, por falta de oportunidade de emprego, tiveram que se remediar neste trabalho.

No entanto, como forma de sustento e adaptabilidade ao novo "modus vivendi", grande parte deles viu-se obrigada a exercer essa actividade considerada de informal, de maneira a proporcionarem geração de renda.

"Essas pessoas podem ser aproveitadas e, posteriormente, enquadradas para fazer outro tipo de trabalho, no sentido reduzir o número de vendedores

ambulantes. Para isso, é necessário que haja projectos", disse.

### 3.9 Vendedores retirados de rotunda na Calemba

*Jornal de Angola*  
18 De Dezembro de 2017

Os vendedores que criavam transtornos ao trânsito rodoviário na rotunda do bairro Calemba 2, distrito urbano da Cidade Universitária, município de Talatona, em Luanda, foram transferidos para os mercados 11 de Novembro e Paz.

Os dois mercados podem albergar mais de sete mil vendedores, número que ainda não foi alcançado, informou na sexta-feira à Angop o administrador distrital, Antunes Huambo.

A retirada dos vendedores da rotunda durou alguns dias e o trabalho foi feito com a colaboração da Polícia Nacional, depois de ter havido uma campanha de sensibilização feita pelas comissões de moradores.

O envolvimento da Polícia Nacional deveu-se ao facto de ter havido casos de arremesso por alguns vendedores de objectos contundentes contra funcionários da administração, incluindo agentes do Serviço de Fiscalização, quando pretendiam evacuar a zona. O administrador Antunes Huambo pediu aos vendedores que permaneçam nos mercados para onde foram transferidos, porque na rua correm sempre o risco de atropelamento.

O responsável avisou que as autoridades locais podem tomar medidas para punir os eventuais incumpridores, no âmbito da Lei das Transgressões Administrativas' que consiste na apreensão dos bens e pagamento de multas.

O administrador informou que os fiscais são submetidos a acção formativa para actuarem em serviço. Depois da saída de vendedores da rotunda do Calemba 2, foram retiradas grandes quantidades de lixo e feita a reparação de passeios e pintura de lancis.

A via principal do Calemba 2 liga os municípios de Viana e Belas. O distrito urbano da Cidade Universitária é habitado por mais de 300 mil pessoas.

### 3.10 'Panda' acusa estrangeiros de liderar mercado obscuro de cobre

*Jornal O PAÍS*  
23 De Dezembro de 2017

O comissário geral da Polícia Nacional, Alfredo Mingas 'Panda', apelou ontem aos seus efectivos medidas urgentes para se travar o furto de cabos eléctricos que vêm ocorrendo frequentemente, com mais incidência nos municípios de Belas e Viana, em Luanda.

Discursando na formatura para a quadra festiva, que contará com cerca de três mil efectivos, o comissário disse que estas acções têm posto em causa os investimentos feitos pelo Executivo angolano, provocando enormes prejuízos financeiros. Mas, esta prática, segundo ainda o comandante-geral da Polícia Nacional, alimenta um mercado obscuro de venda de cobre, dominado por cidadãos estrangeiros.

O exercício da actividade económica, quer seja por cidadãos nacionais ou estrangeiros, na visão do alto responsável da Polícia Nacional, não pode ser desenvolvido à custa e em prejuízo do investimento público e do bem-estar das populações'.

'Encomendar e comprar produtos roubados não é fazer negócio, é praticar e alimentar o crime. Como tal, esta situação deve merecer uma intervenção imediata da Polícia Nacional, no aumento da vigilância a estes objectivos, e também dos serviços de investigação criminal, no sentido de determinarem o modus operandi dos grupos envolvidos nestas actividades" disse.

Quanto à quadra festiva, o comandante geral da Polícia Nacional reconheceu junto dos seus efectivos que nesta fase do ano assiste-se a uma maior agitação nas cidades, comunas e bairros. Por este facto, aumenta também a procura de bens nos estabelecimentos comerciais e nos mercados informais, assim como o tráfego rodoviário.

A azáfama que se vive, através dos eventos festivos e não só, propiciam também a escalada de roubos e furtos a cidadãos, assaltos a estabelecimentos comerciais e à residências, às burlas, às agressão físicas e aos acidentes rodoviários, segundo detalhou Alfredo Mingas 'Panda'. O oficial superior solicitou a



todos os órgãos afectos ao Ministério do Interior presentes na formatura que estudem os fenómenos acima mencionados, para uma melhor identificação que permita a adopção de estratégias acertadas, em termos operativos e pedagógicos, e diminuir drasticamente a ocorrência dos crimes.

'A nossa missão é a segurança do cidadão. Para isso existimos, e foi em nome desse compromisso para com o cidadão e a ação que juramos bandeira, e prometemos dar a própria vida', recordou o comissário-chefe, acrescentando, que 'caso necessário, incluindo nos dias de Natal e da passagem de ano, deixaremos os nossos lares, deixaremos as nossas famílias, para tomarmos conta do nosso país'.

Para a garantia total da segurança dos populares, o homem forte da Polícia Nacional solicitou aos efectivos, neste período e não só, uma atitude mais proactiva e mais interventiva nos postos em que estiverem colocados.

'Panda' exortou aos presentes que a segurança não se garante com a mera presença física na rua, esperando que sejam vigilantes em relação ao que se passa à sua volta, intervir nas situações de desordem, falar e auxiliar as pessoas quando necessário. Aos efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, o comissário-geral alertou para a necessidade de adoptar medidas para a prevenção, principalmente dos incêndios domésticos e dos afogamentos.

'O aumento da vigilância nos estabelecimentos prisionais, o reforço da segurança nas nossas fronteiras bem como o acompanhamento dos estrangeiros que se encontram no nosso país, devem ser consideradas também nesta altura', acrescentou.

### 3.11 Falta de divisas faz ressurgir carpintarias

*Jornal O PAÍS*

*23 De Dezembro de 2017*

*Texto: Miguel Kitari*

Num passado muito recente, com o grande afluxo de mobiliário para lar e escritórios proveniente da Namíbia, China e Emiratos Árabes Unidos, os carpinteiros angolanos foram subitamente relegados para segundo plano.

Mas agora, por ironia da história, a sua mão-de-obra voltou a ser solicitada. Com menos dimensão e serviços comparativamente às carpintarias do passado, o certo é que a arte de trabalhar a madeira está a garantir emprego, contribuindo assim para o sustento de inúmeras famílias.

Na ronda que efectuamos por alguns bairros, apuramos que o ofício apaixonava jovens maioritariamente oriundos do norte do país.

No bairro Dangereux, município de Talatona, encontramos Damião Gimi, que fabrica cadeiras e mesas de jantar, beliches, cómodas e outros meios feitos de madeira. Deixou Cabinda há quatro anos e na grande Luanda ganha a vida com esta arte.

"Compramos a madeira nos mercados do Kikolo e do Gamek, em Luanda, e confeccionamos o mobiliário aqui mesmo. Tenho uma equipa composta por dois mestres e dois ajudantes", revelou. Damião Gimy comercializa a cama casal por Kz 80 mil, o beliche custa 80 mil, a mesa de jantar com seis cadeiras por 100.000 mil, o guarda-fatos de cinco portas custa 65 mil, ao passo que a cama de solteiro pode ser adquirida por Kz 40 mil.

Há menos de 500 metros encontramos João Bumba, também natural de Cabinda. Deixou a província mais ao norte há quatro anos e escalou a capital do país atraído por novos negócios, mas a arte que apreendeu no seio da família tornou-se o seu ganha-pão. "Cheguei à Luanda há seis anos, quatro dos quais passados aqui no Dangereux, onde montei uma pequena carpintaria, onde confeccionamos camas, guarda-fatos e não só", referiu.

Na sua oficina, a cama de casal custa Kz 70 mil, ao passo que a cama solteiro 40 mil, o beliche custa 60 mil, o guarda-fato 120 mil, a mesa de jantar e seis cadeiras é comercializada a 10 O mil. "Agora é possível produzir porque há mais madeira no mercado. Temos muita procura baseada em encomendadas, no entanto, precisamos é de mais grandes serrações para que haja uma maior transformação de toros em madeira" apelou o mestre.

Nas imediações da Urbanização Nova Vida, encontramos António Suca. O mestre carpinteiro, que trabalha com um estofador e um carpinteiro, compra madeira no mercado do Kikolo, que segundo ele, é o local em que se comercializa madeira de qualidade.

Natural da província da Lunda Norte, António disse ao *Jornal O PAÍS* que, "a madeira comprada no Kikolo vem do Nzento (Zaire), Uíge, Kibaxe e Nambuangongo (província do Bengo) e são de boa qualidade", assegurou.

Na oficina de António Suca, uma cama de casal custa Kz 50 mil, o beliche 60 mil, uma porta pode ser adquirida por 50 mil, e já o armário para cozinha custa Kz 120 mil. "Podemos fazer mais e melhor,

mas para tal precisamos de apoio do Estado", solicitou.

Na rua do MAT, em Talatona, Manuel João montou a sua pequena oficina. Com oito trabalhadores, o mestre dedica-se ao fabrico de portas, janelas, cama, armário e outros mobiliários para lar. Natural da província do Zaire, Manuel João adquire também a madeira no mercado do Kikolo, o maior Pólo de comercialização desta matéria-prima.

"Todos compramos a madeira no Kikolo por ser a maior fonte. É de lá que chegam os toros adquiridos nas províncias do Uíge, Zaire, e até mesmo de Cabinda", referiu. Em relação ao ressurgimento das carpintarias, não demora a responder: "o aumento da exploração de madeira e a falta de divisas levam que pessoas comprem mais mobílias no país", constatou, lamentando apenas os "incómodos" dos fiscais, que, constantemente e sem motivos aparentes, confiscam os seus materiais, para cuja devolução exigem pagamentos injustificados.

Quanto aos preços que prática, Manuel João anuncia que uma cama casal custa Kz 50 mil, uma comoda é comprada a partir de Kz 80 mil. O valor mais alto é 150 mil. O beliche está em Kz 80 mil, uma porta 65 mil, a janela 35 mil. Ainda na rua do MAT, há uma outra carpintaria. Pelo número de funcionários, 15, sendo sete mestres e oito ajudantes, é a maior da zona. Propriedade do também mestre Ângelo Dilma, a oficina produz camas de casal e de solteiro (por Kz 75 mil e 40 mil, respectivamente), mesas de jantar e de quatro cadeiras (por 100 mil e 70, cada uma delas), uma garrafeira fica em 8 mil, a mesa redonda para bar (Kz 30 mil), guarda-fatos (Kz 120 mil) e um armário custa Kz 120 mil.

"Temos alguns clientes que reconhecem a durabilidade e qualidade da nossa mobília. Temos registado crescimento nas vendas, sobretudo por causa de escassez de divisas no mercado, pois as pessoas preferiam importar da China, Namíbia e Dubai", comentou.

As grandes serrações de madeira ´

Panga-Panga - Situada no município do Sambizanga, em Luanda, na estrada divisória com o Rangel, era das maiores existentes no país.

A Serração Bailundo, no Marçal, a Margol, no Cazenga, e tantas outras completavam o leque de serrações em que os carpinteiros (pequenas empresas) adquiriam madeira para fabricar bens diversos, como portas, janelas, camas, armários, mesas e cadeiras, e demais objectos feitos de madeira.

### 3.12 Luanda sem a dinâmica dos tempos anteriores

*Jornal de Angola*

*23 De Dezembro de 2017*

*Texto: José Bule*

A menos de 48 horas para a festa da família, as principais artérias da cidade de Luanda registam um movimento de viaturas e pessoas pouco comum em relação aos últimos três anos. Quase ou nada vimos os habituais engarrafamentos, que caracterizam à capital em dias normais de trabalho.

Há também menos presença de vendedores ambulantes a deambularem pela urbe, para variar. Lojas e cantinas não têm muito para oferecer. Até às 11h00 de sexta-feira, na zona da Mutamba e do Kinaxixi, a circulação de veículos e transeuntes não era diferente dos outros dias. Tudo parecia normal. Trânsito mais ou menos fluido. Não era possível sentir àquela azáfama do passado, a que nos "habitúamos".

A rua Ngola Kiluanje, no São Paulo, continua a ser um dos maiores centros de concentração de pessoas. A nossa equipa de reportagem constatou um movimento sem igual de gente que procurava adquirir produtos, apreços à altura dos "nossos bolsos", para brindes e ceia de Natal. O corre-corre na busca do melhor era frenético.

Nem sempre os produtos que procuravam estavam à vista. Era preciso alguma ginástica. Muitas vezes o que se necessitava era encontrado nos passeios, onde um grupo de mulheres sentadas e perfiladas, defronte aos estabelecimentos comerciais, vendiam de tudo um pouco: roupas, calçados, artefactos luminosos, brinquedos e outros artigos muito solicitados nesta altura do ano.

"Este ano está normal. O movimento não é tão grande como nos anos anteriores. Durante a quadra festiva, a rua Ngola Kiluanje chega a ficar sem espaço. Os carros ficam muitas horas parados no engarrafamento", conta Filomena João Monteiro, que apoia a irmã a comercializar as fantasias e outros efeitos para o Natal.

"Neste período aparecem muitos clientes e a minha irmã não consegue atender sozinha, por isso vim dar-lhe uma ajuda", justificou.

Maria da Conceição Augusto tem seis filhos. Sai todos os dias da zona Verde, em Viana, para comercializar produtos diversos. É uma actividade que exerce há oito anos naquele local. De 35 anos, a jovem vendedora ambulante, neste momento,

comercializa adornos para a quadra festiva, como fitas para decoração, chapéus e árvores de Natal.

"As vendas não correm tão bem como nos anos anteriores. Todos os anos vendo este tipo de produto neste período de festa. Depois do Natal voltou a vender materiais didáticos. Em 2016, as vendas foram superiores. Este ano, nem por isso. Tínhamos clientes que vinham de outras províncias do país", contou.

Antónia Manuel, outra vendedora, lembra-se que nunca houve um cenário igual desde que começou a vender no local há mais de 10 anos. Tem 38 anos de idade e dois filhos para sustentar. Ela acredita que a situação esteja associada à falta de dinheiro. "Muitos não têm dinheiro. Outros têm medo de gastar o pouco que têm para não sofrerem no mês de Janeiro. Eu chego aqui às 9h00 e só saio às 19h00. Em Dezembro comercializo forros e pastas para presentes, além de roupa para adultos e crianças", disse.

Há mais de 20 anos que Albertina Mariana vende roupa interior. Começou no Mercado do Roque e depois passou no do Panguila. Trabalha há seis meses no São Paulo e vive na Petrangol.

Segundo ela, o número de pessoas que aparecem aqui na compra de produto para o Natal é grande. "Este ano também não há muita coisa boa nas lojas e armazéns. Está mesmo tudo fraco", lamenta.

O professor Daniel Ernesto, que normalmente adquire calças novas na rua Ngola Kiluanje, disse que é neste mês que procura enriquecer o seu guarda-roupa. "Em Dezembro a oferta costuma ser maior. A roupa é vendida a baixo custo, por isso aproveito ao máximo comprar mais para mim".

"De momento, não consigo comprar mais peças porque ainda não recebi o salário de Dezembro. Guardei algum dinheiro e já tenho alimentação em stock para os primeiros dias de Janeiro", explicou o jovem professor, que acha normal o movimento de pessoas e viaturas nesta altura do ano. Entende que a situação financeira que o país vive obriga a todos fazerem contenção de gastos.

"No ano passado tínhamos mais opções. Os empresários encontraram hoje mais dificuldades para importar produtos", disse.

### 3.13 Profissionais lamentam a pouca afluência de clientes

*Jornal de Angola*

*24 De Dezembro de 2017*

*Texto: Tchinganeca Dias*

A zona é ponto de passagem quase obrigatória para viajantes. É lá onde está situado o Museu Nacional da Escravatura, fonte de conhecimento e história de um povo que lutou e resistiu, por 500 anos, até encontrar o caminho da liberdade.

Ramiro oferece grande diversidade de opções de Iazer, mas tem, na Praça do Artesanato, um dos principais "cartões-de-visita". O mercado tornou-se a principal fonte de peças de artesanato.

Quem por ali passa se depara com verdadeiras obras de arte, que atravessam continentes, levando para longe a marca da identidade cultural do povo angolano.

O espaço alberga, hoje, mais de duas centenas de artistas plásticos que buscam, com suor e sacrifício, manter um negócio que já gerou lucros e sustentou famílias.

O Centro de Artesanato dos Ramiros tem "cara nova" e mantém-se na rota do negócio. Em contrapartida, conhece uma realidade desafiadora: a redução de clientes.

O antigo Mercado de Arte Africana foi transferido da localidade do Benfica, em Novembro de 2016, de modo a ser assegurado o controlo efectivo da venda ilegal e clandestina de peças de marfim.

Segundo os gestores do espaço, há, no novo recinto, condições de acomodação e venda de produtos, mas os comerciantes contrariam a tese e consideram-se abandonados.

Os ocupantes do novo espaço reconhecem o esforço das autoridades competentes para oferecer melhores condições de acomodação, mas também afirmam que os resultados práticos estão longe de corresponder às expectativas iniciais.

Desde a transferência do antigo Mercado do Artesanato, explicam, ficou mais difícil tocar o negócio, registando-se, inclusive, impacto negativo nos lucros semanais.

Hoje, quem passa pelo espaço encontra o mesmo leque de obras de arte, desde pintura, roupa africana, artesanato, escultura e máscaras, que atraem a atenção dos turistas.

São milhares de objectos à disposição dos clientes, expostos em bancadas que custam uma taxa de ocupação semanal de 350 Kwanzas, à ordem de 50 Kwanzas por dia. Anualmente, o espaço ocupado custa 16.800 Kwanzas.

Apesar da remodelação, o mercado está quase às moscas, pelo menos em termos de potenciais compradores. Os artistas consideram a distância o principal motivo.

Desafiando o sol

A equipa de reportagem da Angop esteve no local e constatou o dia-a-dia do mercado. Actualmente, o trabalho dos profissionais é desenvolvido debaixo de sol ardente. Em dia de chuva, o cenário é caótico e vários produtos ficam expostos à água.

Os artistas queixam-se da fraca publicitação do espaço para atrair turistas e pedem que as autoridades façam actividades recreativas aos fins-de-semana, a fim de seduzir mais pessoas e melhorar as vendas.

Mutumosse Benvindo tem 53 anos e trabalha como artesão desde 1992. O profissional, que usa a técnica areia sobre tela, afirma que faltam condições de trabalho e que o índice de vendas está muito abaixo do registado no mercado anterior.

"Aqui não existem condições de venda, não existe sombra. Os clientes, por vezes, aparecem, mas aos fins-de-semana. Durante a semana não aparecem, por causa da distância e por não saberem que o mercado mudou para esse recinto", lamenta.

Acusa a administração do mercado de não conseguir resolver problemas básicos, alegando, por exemplo, que "a questão da cobertura não é da sua competência e ela ocupa - se apenas da higiene, comodidade e segurança do novo espaço".

Em contrapartida, a administração do mercado defende-se e, na pessoa do seu director, Emílio Marcolino, considera infundadas as acusações, porquanto "os vendedores acompanharam e deram ideias de como o espaço devia ser concebido".

O gestor justifica que a falta de sombra nalgumas zonas é uma questão de tempo, na medida em que as obras estão paradas, por alegado "incumprimento contratual".

"Podemos ver que os ferros e todo o material estão montados, faltando apenas a montagem das chapas. Quando os vendedores saíram dos locais onde comercializavam, desfizeram-se das chapas que usavam, quando muito bem podiam ajudar a administração e trazer para aqui", comenta.

A justificação sobre a situação da cobertura não convence os comerciantes, em particular Paulo Polo, 65 anos, que trabalha em artes plásticas desde 1990. Vendedor de roupas africanas e bonecos, o profissional associa-se ao grito de socorro e deixa um apelo às autoridades do mercado.

"Não existe clientela. Ficamos duas semanas sem vender uma peça. Mas temos de pagar todas as semanas 350 Kwanzas pela utilização do mercado", diz, lamentando o facto de o mercado estar longe do centro da cidade.

"Ninguém vem aqui comprar uma obra a pé ou de táxi. Isso é prejudicial para o negócio, sobretudo para nós, cuja vida foi sempre trabalhar com artes plásticas". Quando se decidiu retirar o mercado do Benfica, segundo Paulo Polo, o negócio "florescia" sem problemas. "Interagíamos com as pessoas, turistas, vizinhos e moradores do bairro", queixa-se.

Em resposta à questão da afluência de turistas, o director do mercado diz ser um falso problema, sustentando que, aos fins-de-semana e feriados, o espaço "é bastante concorrido". É durante a semana que a procura cai.

"Nos dias de semana diminui porque as pessoas que paravam eram viajantes. E também a realidade socioeconómica do país baixou o poder de compra".

O responsável concorda com a ideia de se fazer mais promoção do espaço, instalando, por exemplo, um boneco em tamanho gigante da Rainha jinga Mbande ou do Rei Mandume e mesmo o mapa do país, de forma a valorizar a cultura e a atrair turistas.

"As rádios e televisões do país deviam fazer um trabalho de propaganda do Mercado do Artesanato de forma mais agressiva, para atrair turistas de todo o mundo. Assim, aumentavam as vendas dos artistas que cá labutam", advoga.

A "fuga" dos turistas teve um impacto negativo no bolso dos comerciantes. Daniel João, 48 anos, está há quase uma década ligado ao artesanato. Trabalha com pau-preto, pau-rosa, pau-cinza e outros tipos de madeira, para satisfazer uma clientela cada vez mais exigente. Mas tudo isso hoje é feito em quantidade menor.

Como artesão, faz todo o tipo de escultura. Para ele, são os turistas quem define o mercado. "Nesse momento, temos a palanca, embondeiros, máscaras, pensadores, mapas, zungueiras".

Sobre os preços praticados, Daniel João explica que variam consoante a peça. Informa, igualmente, que existem preços para todos os bolsos. "Os clientes podem encontrar peças de mil Kwanzas, como também pode ser cobrado entre 50 mil e 60 mil kwanzas por uma peça, devido à sua qualidade", refere. Também é de opinião que as condições de acomodação "são péssimas".

"Quando começa a chover, as peças molham e ficam estragadas. Somos obrigados a comprar verniz para voltar a trabalhá-las, o que causa prejuízos na ordem de milhões de kwanzas para todos os vendedores", adverte.

Cientes valorizam arte

A crise de clientela na nova Praça do Artesanato é um facto, mas ainda há clientes que se mantêm fiéis e recorrem ao espaço para adquirir peças. É o caso de Nuno Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, cliente habitual do mercado. "Tenho vindo de mês a mês e compro duas a três peças. Sou um coleccionador das peças deste mercado, porque existem peças fascinantes".

Diz-se coleccionador de máscaras e esculturas, bem como grande apreciador de material tradicional. Hoje, tem quase 20 máscaras em casa, todas compradas no mercado.

Ao contrário dos vendedores, afirma que o novo mercado tem melhores condições. "Esse está em melhores condições de estacionamento. É mais calmo para fazer compras e negociar com o vendedor".

Artur Madureira, cidadão angolano, também é cliente antigo e já tem artistas preferidos. Há largos anos, ainda no antigo mercado, criou empatia com os criadores.

"Temos milhares de artistas plásticos anónimos que precisam de ser mais acarinhados, valorizados e apoiados. E isso que se faz aqui é o que se chama arte".

Os artistas da Praça do Artesanato trabalham normalmente com pau-preto, que vem do município de Tomboco, província do Zaire.

As suas características próprias dessa madeira a tornam propícia para todo o tipo de trabalho. Pela

sua cor preta, não precisa de mais tinta e torna-se resistente.

Trabalham também com a amoreira, pau-ferro (que é mais rija que os outros e pesado) e o pau-rosa, tudo a pensar na qualidade e no bem-estar dos clientes.

Fuga às taxas

Outra preocupação que vivem no dia-a-dia são as taxas. O director do mercado, Emílio Marcolino, informa que dos 329 vendedores nem sequer metade paga a quota semanal de 350 kwanzas.

O valor serve para despesas correntes: manutenção das casas de banho, pagamento de funcionários e compra de água em camiões-cisterna. "Os artesãos, quando cá chegaram, ficaram seis meses sem pagar a respectiva caução. Mesmo agora, muitos deles não fazem o pagamento", desabafa o gestor do espaço.

Associado a todas essas dificuldades, há outro problema que incomoda os comerciantes e as autoridades do novo Mercado do Artesanato: a concorrência desleal.

Em Luanda, há locais que fazem venda de peças de artes em zonas não reconhecidas. O director do mercado pede que as autoridades ponham cobro a essas práticas, por prejudicarem quem faz a arte de forma legal.

É dessa forma que ganham a vida os artesãos. Haja sol, frio ou chuva, mantêm-se firmes na produção de peças. Se depender da disposição dos artistas, o negócio do artesanato tem pernas para continuar.

### 3.14 Catinton sustenta a revenda

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2017*

*Texto: João Pedro*

A equipa de reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano aventurou-se numa viagem de táxi para chegar ao mercado do Catinton, no distrito urbano da Maianga. No táxi, as zungueiras e vendedoras de pracinhas de vários bairros espalhados pela nossa Luanda estavam em maioria.

A conversa entre os passageiros era fluida; falavam de quase tudo: política, dificuldades da vida em razão da crise económica e vários relatos sobre criminalidade em algumas zonas.

Logo que entramos na estrada de terra batida que leva ao mercado, deparamo-nos com uma bela vista, garantida pelo monte da lixeira do antigo aterro

sanitário do Golfe, que formava uma linha no horizonte. Chegávamos ao mercado do Catinton.

Localizado no bairro da Terra Vermelha, o mercado do Catinton faz fronteira com o Rocha Pinto, Gamek, Kilamba Kiayi e bairro dos Rastas. A área comercial tem urna capacidade para três mil lugares, que servem às quitandeiras que vendem produtos variados.

Há cada vez mais pessoas a trocar o supermercado pelo mercado do Catinton. Atrai-as a variedade de produtos e os preços baixos. Ali, os compradores podem negociar antes de pagar. Além das donas de casa, representantes de restaurantes, salões de festas e de outros estabelecimentos comerciais vão àquele mercado buscar o que necessitam.

#### VENDAS AO AMANHECER

As vendedoras começam a chegar ao mercado do Catinton às cinco horas da manhã. Entre a arrumação das bancadas e da mercadoria, aparecem os primeiros compradores, geralmente revendedores. Compram os produtos e levam-nos para o Cassequel, Calemba, bairro Popular, mercado dos Congolezes, Benfica e outros lugares.

Há produtos com maior saída e mais procurados do que outros. O milho fresco é um deles. As mulheres sentam-se para escolher as espigas de melhor qualidade. Depois de avaliada a quantidade a transportar, elas fazem o pagamento. Nos dias em que há muito milho, vende-se seis espigas por 300 Kwanzas, mas se estiver em falta, cinco milhos são vendidos ao mesmo preço.

Gonçalves Pedro é um dos jovens que se dedica à contagem das espigas de milho. Ele disse que, no período da manhã, mais de 300 senhoras compram milho.

"É uma enchente de dar medo. Todas elas são esforçadas. Compram para revender, umas assam e outras fervem", explicou. Segundo Gonçalves Pedro, as carrinhas carregadas de milho são proveniente de fazendas, nas províncias de Benguela e Kwanza-Sul (Calulo e Kibala).

Assistimos algumas mulheres a arrumar mangas e bananas em bacias, com muito jeito, de modo a que um cacho caiba. Lúcia Catarina, que vive no bairro Mundial, no Benfica, é revendedora. Como não tem forças para andar com uma banheira à cabeça, como as outras companheiras, senta-se num lugar estratégico e, ali mesmo, começa a revender.

"Em dias tão bons, vendo tudo e, no dia seguinte, volto para comprar nova mercadoria. Mas há dias em

que as pessoas parecem ficar sem dinheiro. Aí, temos que ter muita agilidade para acabar o negócio", disse. Com este pequeno negócio, a mulher ajuda o marido no sustento da família.

Na zona de venda de banana, as caixas vazias indicam que há muita procura, daí a alta de preços. Lúcia Catarina disse que, consoante tamanho, preço de um cacho de banana pode ser fixados entre os 2.300 e 18.800Kwanzas.

### 3.15 Entre o roubo e o inocente acréscimo

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2017*

*Texto: Mazarino da Cunha*

Se num Parque Nacional, como lona ou da Kissama, existem os guias turísticos, aqueles que orientam de forma precisa os visitantes a cada local, no Mercado dos Correios, no município do Kilamba Kiayi, em Luanda, estão os "matocheros" ou "micheiros", que levam clientes aos vendedores.

Os matocheiros são, na sua maioria, jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos, oriundos de diferentes países de África. São, geralmente, nigerianos, senegaleses, guineenses, congolezes democráticos e, obviamente, angolanos.

Atentos e ousados, eles estão espalhados em todos os lugares da maior praça de peças de automóveis a céu aberto de Luanda, e quiçá do país. Não lhes escapa nenhum comprador que lá vá.

O Mercado dos Correios está confinado num espaço arrojado e rodeada de centenas de lojas.

Durante a "caça" ao cliente, é comum ouvir os homens metidos no negócio chamar "Mô kota, "papoíte, "bosi". Esses e outros nomes fazem o dia-a-dia dos micheiros, que os usam para atrair a atenção dos potenciais compradores.

"Nesse mercado, a presença do matochero é obrigatória. Por isso, negociar uma peça de automóvel sem a intervenção de um deles, não estamos a falar do Mercado dos Correios", disse Muanha Cayona, um micheiros que aceitou falar para o Luanda, Jornal Metropolitano.

"Mô kota, estou habituado a fazer micha. Não estou a roubar", explicou Muanha, para justificar o que faz. Disse que boa parte dos vendedores nacionais e estrangeiros que aqui estão começaram com o dinheiro da micha.

Muanha Cayona é micheiro há mais de cinco anos, na Mercado dos Correios. Mas, ainda assim, foi "michado" pelos micheiros do Mercado da Fubu, quando foi comprar uma carrada de areia para construir a sua casa. "A carrada de areia custava 20 mil Kwanzas, na bancada das donas da mercadoria. Mas aos micheiros paguei 38 mil. É normal e compreensível. Eles têm família para sustentar e não há emprego formal para todos", argumentou.

Como se quisesse nos mostrar o lado humano de seus colegas, Muanha Cayona disse: "os micheiros são solidários. Se tiveres alguma dificuldade, eles ajudam. Por exemplo, quando vou ao Mercado da Fubu, eles oferecem-me uma bebida, trocamos ideias sobre os produtos à venda dos diferentes mercados onde a 'matocha' é diária, os considero a 'micha' um trabalho como outro qualquer. Dá oportunidades a milhares de jovens".

Apesar de tirar sustento da "micha", Cayona considera que, para consegui-la, faz enorme sacrifício e corre muitos riscos.

"Temos de estar sempre a andar de um lado para a outro, apanhar sol, poeira e correr outros riscos", frisou.

## CONFLITOS

Os "micheiros" e os donos das mercadorias nem sempre se entendem. Muanha contou que são frequentes os conflitos entre estas duas classes de vendedores, principalmente, quando a "micha" é gorda. Às vezes, o comprador também entra na maka.

Por seu lado, Adilson Gumpa, "matocheiro" de uma das lojas de peças, considerou que, independentemente, do mau nome que os "micheiros" têm, eles facilitam a localização rápida das peças, permitindo aos clientes racionalizar o seu tempo no local.

"Sem a presença dos 'matocheiros', as vendas de peças teriam pouca dinâmica, pelo facto de haver muitas lojas a vender os mesmos produtos. Eles são verdadeiros guias, porque dominam todo o mercado", frisou.

Adilson Gumpa também é de opinião que o fenómeno da "micha", no Mercado dos Correios, permitiu a convivência entre angolanos e estrangeiros. Do mesmo modo, afirma, com convicção, que "os donos dos produtos sabem que, sem os 'micheros', as vendas ficam a meio gás. Porque os compradores não vão imaginar que ali ou acolá há o material que precisa. Logo, aparece o

'michero', 'matochero' ou 'bofiero', como também nos chamam", explicou.

O cliente que for ao Mercado dos Correios e ignorar a figura do "michero" dificilmente encontrará o que desejar ou ficará horas e horas a procurar por um simples artigo.

"No Mercado dos Correios, é impossível fazer negócio sem o micheiro", rematou Adilson.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Imposto Predial Urbano com défice de arrecadação de 6%

*Jornal O PAÍS*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Miguel Kitari*

No início do ano em curso, a expectativa do Executivo, através da AGI, apontava para a arrecadação de mais receitas com o IPU, comparativamente ao ano passado. No entanto, do crescimento previsto na ordem de 7% conseguiu-se apenas 1%, registando-se assim um défice de 6%.

A Administradora da AGI, Conceição de Matos, considera ligeiro o crescimento e avançou que estão em curso acções que visam aumentar os níveis de arrecadação de receitas.

"De Janeiro a Outubro o país arrecadou, através do Imposto Predial Urbano, mais de 27 mil milhões de Kwanzas, representando um aumento de 1% face ao período homólogo do ano passado, e cerca de 7% abaixo do nível esperado, conforme estimativas do Orçamento Geral do Estado de 2017", afirmou.

Inscrição dos imóveis e actualização dos valores patrimoniais, fiscalização do pagamento do imposto, nomeadamente incremento na comunicação, sensibilização dos contribuintes através de campanhas publicitárias, são outros dos desafios que a autoridade tributária vai desenvolver no sentido de inverter o quadro negativo, sobretudo no tocante ao IPU.

Apesar da arrecadação de receitas que fica longe do previsto, Conceição de Matos afirma que o sector imobiliário tem um papel fundamental em termos de contribuições fiscais, realçando o constante crescimento do referido sector.

#### Mais receitas tributárias

As receitas tributárias vão ganhar um novo incremento com a introdução das taxas de imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas, casas nocturnas, jogos e lotarias, de acordo com o Plano Intercalar do Executivo que contém medidas de

política e acções para melhorar a situação económica actual.

De acordo com o Ministério das Finanças, o referido plano intercalar, cuja implementação iniciou em Outubro e termina em Março de 2018, prevê igualmente o aumento das taxas de imposto de consumo em produtos de luxo e serviços prestados por entidades externas.

As taxas de imposto previstas são aplicáveis tanto à produção dos bens em território nacional, tanto à sua importação, sem prejuízo dos regimes de isenção aplicáveis, quer na produção nacional, quer na importação.

Ainda no quadro da previsão de aumento das receitas tributárias, consta o incremento do imposto sobre as importações, a implementação de acções ligadas à revisão do regime de isenções, o regulamento da dívida aduaneira de entidades públicas, a eliminação do regime de regulamentação a posterior das obrigações aduaneiras.

A actualização do quadro de isenções tributárias e optimização do imposto industrial, de modo a equilibrar as necessidades fiscais do presente e do futuro, bem como a promoção da produção e do emprego, são outros aspectos constantes neste documento.

O Executivo prevê também, com este plano, aprovado a 10 de Outubro deste ano, na primeira reunião do Conselho de Ministros orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, implementar acções necessárias para a aplicação do Imposto sobre o Valor Acrescido (IVA) no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019.

### 4.2 Preço de referência do petróleo no OGE 2018 sobe para 50 USD o barril

*Jornal Expansão*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Joaquim José Reis*

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018 vai ter como preço de referência do barril de petróleo 50 USD, contra os 45 USD projectados no Plano Intercalar, disse ao Expansão fonte do Ministério das Finanças.

A proposta de OGE 2018 vai ser discutida na Comissão de Económica do Conselho de Ministros de 6 de Dezembro, onde poderá sofrer alterações, para ser entregue na Assembleia Nacional até 15 de



Dezembro, cumprindo assim a calendarização estabelecida para anos em que decorrem eleições, adiantou a fonte. A votação final global do documento deverá acontecer até 15 de Fevereiro e a entrada em vigor a 1 de Março.

A fixação do preço de referência em 50 USD compara com os 45 USD apontados no Plano Intercalar com as medidas para saída da crise e com os 46 USD do OGE em curso.

"O preço de referência do barril de petróleo no OGE 2018 é estimado tendo em conta as estimativas de instituições internacionais como a OPEP e as agências de rating".

Estamos ainda a perspectivar um aumento da produção petrolífera [face ao previsto no Plano Intercalar], adiantou a fonte. No Plano, a produção petrolífera em 2017 devia ascender a 1,65 milhões barris, abaixo dos 1,76 milhões previstos para o ano em curso.

Com a subida do preço de petróleo e da produção que servem de base ao OGE do próximo ano, o défice também será menor. A proposta em discussão no seio do Governo aponta para um buraco orçamental equivalente a 2,7% do PIB em 2018, menos 0,8 pontos percentuais do que os 3,5% do PIE avançados com o Plano Intercalar e cerca de metade dos 5,8% do PIE previstos para este ano.

A redução do défice é, de acordo com declarações do ministro das Finanças no início do mês, uma das prioridades do Governo: "A redução do défice permitirá controlar o endividamento público e diminuir a pressão sobre as taxas de juro", sublinhou Archer Manguera, apontando, ainda, à necessidade de "redução da dimensão estrutural da administração pública" e da "melhoria da qualidade da despesa".

As contas públicas terão apresentado um défice de 4,1 % em 2016, estimando o FMI um agravamento para 6,7% este ano.

### 4.3 Orçamento Geral do Estado em discussão a partir de Janeiro

*Jornal de Angola*

*16 De Dezembro de 2017*

*Texto: Adelina Inácio*

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2018 já está na Assembleia Nacional para aprovação dos deputados. O documento foi entregue ontem ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo ministro

de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, acompanhado pelos ministros das Finanças e da Economia e Planeamento, Archer Manguera e Pedro Luís da Fonseca, respectivamente.

Na proposta, o sector social absorve 42 por cento da despesa fiscal, com destaque para a protecção social (cerca de 15), Educação (mais de 11) e a Saúde (mais de 7). A dotação do sector social é a segunda maior dos últimos cinco anos. Em 2017 a verba para o sector social foi de 38,03 do OGE.

Manuel Nunes Júnior afirmou que, no OGE para 2018, com valor global de 9.6 triliões de Kwanzas, contra 7,3 triliões do OGE em execução, o Executivo apresenta as linhas fundamentais para garantir a estabilidade macroeconómica. "Estamos a viver, desde 2014, uma situação de baixa do preço petróleo no mercado internacional e é importante que, com base neste pressuposto, se façam os ajustes do ponto de vista fiscal e cambial para que o país possa permanecer no equilíbrio", disse.

O orçamento, acrescentou, garante que, a partir do próximo ano, o país possa ter equilíbrio do ponto de vista das contas internas e externas, bem como a exterioridade macroeconómica para a criação de um ambiente propício para o investimento.

#### Investimento nacional

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social reconheceu que o crescimento macroeconómico é importante para garantir postos de trabalho e a criação de condições, para que haja investimento, quer nacional quer estrangeiro, para que o país possa crescer para dar emprego e garantir a prosperidade dos angolanos. "Não é possível distribuir aquilo que não se tem, daí que pretendemos garantir o crescimento económico para que, com base neste crescimento, se possam resolver os grandes problemas sociais que o país tem", sublinhou,

O ministro de Estado disse também que no orçamento de 2018, o Executivo vai dar uma grande importância ao défice "porque quanto maior for o défice do orçamento, maior é a necessidade de endividamento, quer doméstico quer internacional do país".

Neste documento, acrescentou, o Executivo apresenta ainda um orçamento suficientemente adequado para que as necessidades de endividamento sejam cada vez menores. A ideia, acrescentou é garantir a sustentabilidade da dívida em função do crescimento económico.

Manuel Nunes Júnior assegurou que o orçamento continua a priorizar os sectores que garantem o crescimento económico, para que os sectores sociais possam ter os recursos necessários para resolver os grandes problemas que o país tem a nível da educação, saúde e saneamento básico. Para a resolução destes problemas, disse, deve-se garantir primeiro o crescimento económico.

O ministro lembrou que o Executivo cumpriu o prazo legal de IS de Dezembro para a entrega do OGE.

#### Orçamento realista

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social afirmou ainda que OGE de 2018 foi feito em bases realistas. O Executivo pretende que os números apresentados sejam efectivamente concretizáveis, para dar credibilidade e reputação ao orçamento.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira, adiantou que o Parlamento começa a discutir o orçamento no dia 5 de Janeiro e conclui até IS de Fevereiro. Diógenes de Oliveira garantiu que a Assembleia Nacional está já a preparar o calendário para a discussão do documento, mas que o primeiro passo será a discussão na generalidade.

O OGE, explicou, é financiado por várias fontes e, pelo facto de se ter concluído que o peso das despesas ultrapassa ligeiramente a disponibilidade em termos de estimativa da receita, a diferença vai ser coberta com financiamento interno e externo. "O Executivo fará tudo para que os encargos com a dívida possam ser aliviados." A expectativa do défice é para 2.9 por cento contra 5.3 do exercício de 2017. Para Diógenes de Oliveira, a disciplina será o condão principal para que a previsão seja realista.

Para o parlamentar, deve-se aprovar um orçamento de pendor social, privilegiando as questões ligadas ao sector real da economia. "Só há crescimento económico se a economia se reanimar", sublinhou.

## 4.4 OGE 2018 entrega à NA para aprovação

*Jornal O PAIS*

*16 De Dezembro de 2017*

A entrega formal do principal instrumento de execução financeira o Executivo, ao residente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi feita pelo ministro de Estado do

Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

A proposta do OGE/2018, que privilegia a estabilidade macroeconómica e um ambiente próprio para o investimento, foi apreciada no dia oito de Dezembro deste ano pelo Conselho de Ministros, órgão colegial auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, João Lourenço.

A lei estabelece que, em anos eleitorais, o Executivo faça a entrega deste principal instrumento de gestão do país ao Parlamento até dia 15 de Dezembro.

"Cumprimos O prazo legal, e agora o documento vai passar pelas etapas subsequentes até sua aprovação final pela AN, em Fevereiro do próximo ano", precisou à imprensa, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

Acentuou que a proposta de OGE 2018 aponta como linhas fundamentais, a garantia da estabilidade macroeconómica do país, factor que considera de extrema importância, porque o país vive, desde 2014, uma situação de crise derivada pela baixa no preço de petróleo no mercado internacional.

Considerou importante que, com base nesse pressuposto, se façam ajustes fiscais e cambiais, para que a partir de 2018 o país possa ter um equilíbrio do ponto de vista das contas internas e externas, para garantir a estabilidade macroeconómica e um ambiente propício para o investimento.

Informou que a proposta de OGE 2018 dá importância ao crescimento económico, fundamental para garantir empregos, estabilidade social e uma melhor distribuição dos medicamentos.

Manuel Nunes Júnior lembrou que não é possível distribuir aquilo que não se tem, daí a necessidade de garantir o crescimento económico para a resolução dos problemas sociais no país.

Entende, por isso, que o OGE deve ser um instrumento de reputação e com credibilidade do ponto de vista da sua aplicação.

"Queremos que os números que são apresentados no OGE, sejam efectivamente concretizáveis e não apenas nominais. Se alguém, por exemplo, tiver uma adjudicação de 100, que esta seja concretizável e isso é que garante a credibilidade e reputação do orçamento", venceu.

Realçou que o Executivo apresentou, neste orçamento, um défice adequado para que as necessidades de endividamento sejam cada vez

menores, garantindo assim a sustentabilidade da dívida e o crescimento económico.

Referiu que foram priorizadas as áreas que garantem o desenvolvimento económico, para a resolução dos problemas no plano da educação, saúde e saneamento básico.

Recorde-se que o OGE de 2017, aprovado pela AN, comportava receitas estimadas em kz 7.390.046.964.055,00 (sete triliões, trezentos e noventa biliões, quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e cinco kwanzas) e fixava despesas em igual montante.

O OGE de 2016 estava avaliado em 6.429.287.906.777,00 (seis triliões, quatrocentos e vinte e nove biliões, duzentos e oitenta e sete milhões, novecentos \$I seis mil e setecentos e setenta e sete kwanzas).

Já a Proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE 2015) comportava receitas estimadas em 5,4 triliões de kwanzas, contra os 7,2 inicialmente previstos.

## 4.5 Economia vai crescer quatro vezes mais, prevê OGE para 2018

*Jornal O PAÍS*  
19 De Dezembro de 2017  
Texto: Luís Faria

A economia angolana irá crescer 4,9% no próximo ano de acordo com projectado no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018, uma meta tanto mais ambiciosa quanto a de 2,1% fixada para este ano é revista em baixa, estimando-se agora que a economia cresça 1,1% em 2017. a impulso esperado na evolução do produto interno, reflecte o crescimento projectado do PIE petrolífero em 3,1% (6,1% quando se inclui a produção de gás natural) e do não petrolífero em 4,4%.

Embora o relatório de fundamentação do OGE 2018 reveja em baixa a produção petrolífera prevista para este ano (excluindo o LNG), que passa dos 664,68 milhões de barris estimados no OGE 2017 para 449,7 milhões de barris, projecta-se que, em 2018, se atinja uma produção de 620 milhões de barris de petróleo bruto. É que, após se admitir o declínio da produção nos próximos anos, adianta -se no relatório que o Executivo já contemplou um conjunto de medidas com vista a atenuar a queda do volume de produção através do 'controlo dos factores de risco e o desenvolvimento de novos campos, medidas essas que terão como impacto a produção média diária

para perto de 1,7 milhões de barris por dia, um ganho considerável em relação à estimada produção de 1,647 milhões de barris por dia este ano, menos 147,2 mil barris do que inicialmente orçamentado a foco será colocado em 6 blocos petrolíferos e o cumprimento da meta fixada à produção em 2018 dependerá sobretudo da segunda fase do projecto Zínia, das terceira e quarta fases do Dália, das duas primeiras fases do CLOV e ainda dos projectos Bavuca Sul e Clochas Sul.

O preço médio do barril de petróleo bruto subjacente à elaboração é de USD 50 por barril, reflectindo uma perspectiva prudente que tem em conta a incerteza e volatilidade do mercado e a informação disponível, situando-se bastante abaixo das previsões que apontam para um preço médio do barril na ordem de USD 70, face à evolução da procura mundial e ao corte na produção operado pela aPEP e outros 10 países produtores aliados.

Também o sector não petrolífero contribuirá, em 2018, para o aumento do ritmo de crescimento da economia, evoluindo muito mais favoravelmente que este ano, saltando a taxa de crescimento do PIE não petrolífero dos 1,9% estimados para 2017 (2,3% no OGE para este ano) para 4,4 %. O sector da energia será o protagonista da evolução da economia não petrolífera, com uma taxa de crescimento estimada de 60,6%, com a entrada em operação das turbinas a vapor da Central de Ciclo Combinado do Soyo e do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, com duas turbinas, de 330 megawatts cada.

Agricultura (com um crescimento estimado de 5,9%), serviços mercantis (com o 'ligeiro' aumento esperado das importações e o acréscimo no número de passageiros transportados e volume de carga manuseada e transportada a apontar para um crescimento de 4,3%), construção (que se estima cresça a uma taxa de 3,1%), mineração (onde a produção da mina de Luaxe, a exploração de ferro gusa e o aumento de exploração de rochas ornamentais deverão garantir uma taxa de crescimento de 4,4%) e indústria transformadora (coma entrada em funcionamento de 18 novas unidades fabris no corrente ano a fundamentar, em parte, uma expectativa de evolução de 1,8%) são os sectores que sustentarão o desempenho do sector não petrolífero.

## 4.6 Endividamento e petróleo garantem quase 75% do OGE 2018

*Jornal O PAÍS*

*19 De Dezembro de 2017*

*Texto: Luís Faria*

A receita inscrita na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 vai aumentar 35,4% relativamente à estimativa de execução orçamental para este ano e a despesa 21,5%. Tomando como referência a metas inscritas no OGE para o corrente ano, aqueles aumentos passam para 20% e para 6%, respectivamente.

O maior contributo para o financiamento do OGE 2018, avaliado em Kz 9.685,6 mil milhões, é dado pela receita de endividamento, interno e externo, que assegurará 49,4% dos recursos orçamentais, correspondendo a Kz 4.780,5 mil milhões e superando o contributo das receitas dos impostos, as quais contribuirão com 42,7% do financiamento total esperado (Kz 4.139 mil milhões). No OGE 2017 as receitas fiscais representavam 49,6% do financiamento orçamental necessário e as receitas de endividamento 43,6%. O maior crescimento é registado pelo endividamento interno, que passa dos Kz 1660,17 mil milhões inscritos no OGE 2017 para Kz 2.821,4 mil milhões na proposta de OGE para o próximo ano. O endividamento externo aumenta perto de Kz 400 mil milhões.

O endividamento interno representará 29,1% do endividamento global (prevendo-se que se situe em Kz 2.812,4 mil milhões) e o externo 20,2% (devendo fixar-se em Kz 1.959 mil milhões).

Serão os impostos petrolíferos a dar maior contribuição para a arrecadação fiscal do orçamento do próximo ano (assegurarão 24,8% do financiamento orçamental), estimando-se que ascendam a Kz 2.399,1 mil milhões. Já a receita fiscal não petrolífera deverá atingir Kz 1.740,2 mil milhões.

No seu conjunto, a receita inscrita no OGE 2018, atinge Kz 4.402,2 mil milhões, correspondendo a 18,4% do Produto Interno Bruto (PIE), ficando 35% acima da execução esperada da receita de 2017. No que respeita ao seu peso sobre a economia a receita projectada para o próximo ano situa-se ligeiramente abaixo da verba inicialmente inscrita no aGE 2017 e cerca de 0,7 pontos percentuais acima da estimativa de execução orçamental.

Do lado da despesa orçamental, fixada em Kz 5.129 mil milhões, mais Kz 907,1 mil milhões do que a que terá sido efectivamente realizada este ano, sobressaem os encargos com a amortização da dívida [Kz 4.153,2 mil milhões), os quais absorvem 42,9% dos recursos de que o OGE dispõe, seguindo-se as despesas com pessoal (17% do total), a aquisição de bens e serviços (10,1%), os juros, externos e internos, (10%) e a aquisição de activos não financeiros (ou seja, investimento, que absorverá 9,7% dos recursos financeiros disponíveis).

O investimento público, equivalendo, em termos orçamentais, à despesa de capital efectuada na aquisição de activos não financeiros, reduz, no OGE 2018, o seu peso no produto interno, representando 3,9% do PIE, tanto face à estimativa de execução do orçamento de 2017 como à sua versão original.

O total da despesa inscrita na proposta orçamental ascende a Kz 5.129 mil milhões, o correspondente a 21,5% do PIE. O défice global previsto representa 3% do PIE, situando-se em Kz 724,7 mil milhões, traduzindo uma melhoria de 2,3 pontos percentuais face ao défice agora previsto para 2017, o qual acabou por ser ligeiramente menor que o inicialmente projectado.

De referir que a receita fiscal inscrita aumenta ligeiramente o seu peso na economia, tomando como referência o projectado para a execução do OGE 2017, reduzindo-o, no entanto, se a referência for a previsão inscrita no OGE inicial para este ano. Já no que respeita à despesa, o seu peso no PIE diminuirá em qualquer dos casos. A receita projectada para 2018 representa 18,4% do PIE e a despesa 21,5%.

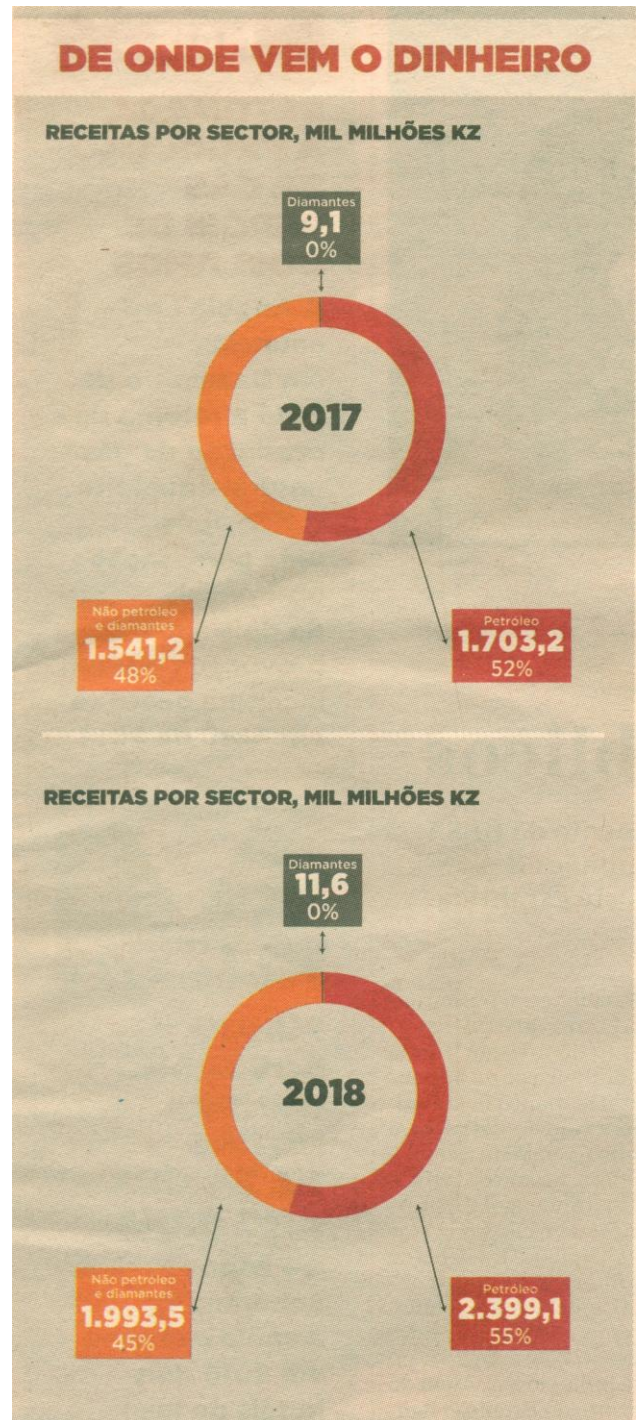
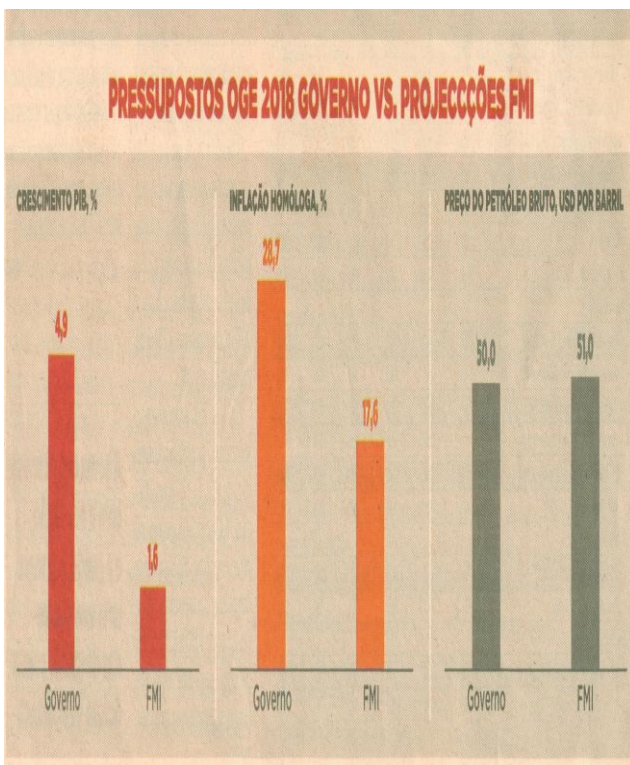
O saldo primário, ou seja, sem juros, não petrolífero melhora cerca de Kz 300 mil milhões comparado ao OGE 2017 inicial, mas agrava-se em quase Kz 200 mil milhões se confrontado com a estimativa de execução. Todavia, melhora em percentagem do produto não petrolífero, constituindo objectivo do Executivo reduzir os défices primários, considerando o relatório de fundamentação do OGE 2018 que 'o quadro fiscal continuará a apresentar défices primários aceleradores do serviço da dívida e do rácio de endividamento, bem como o seu peso no OGE.

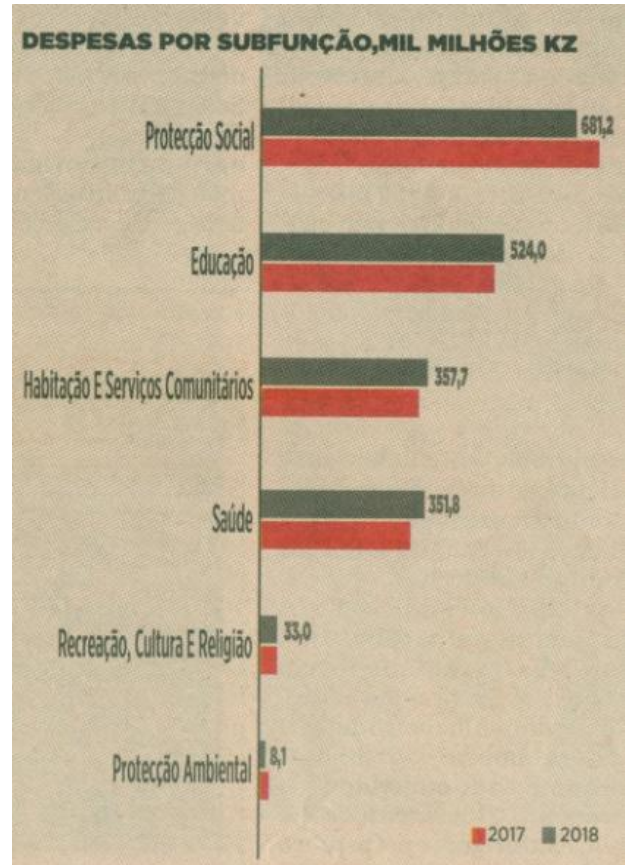
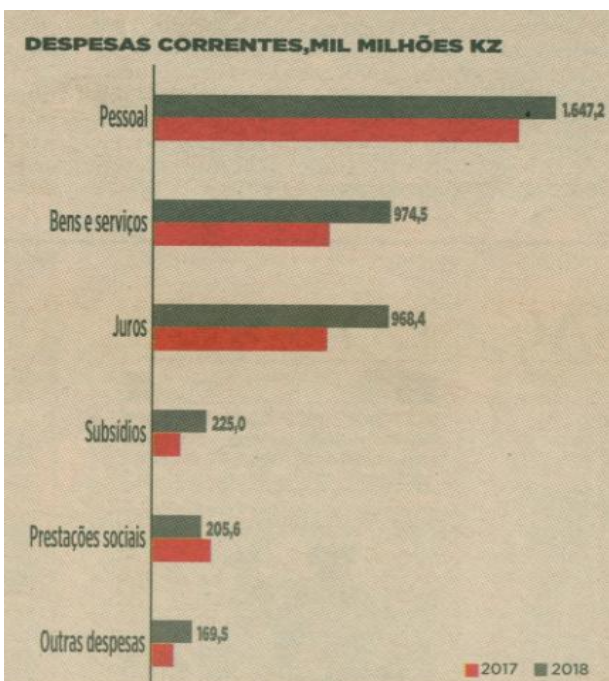
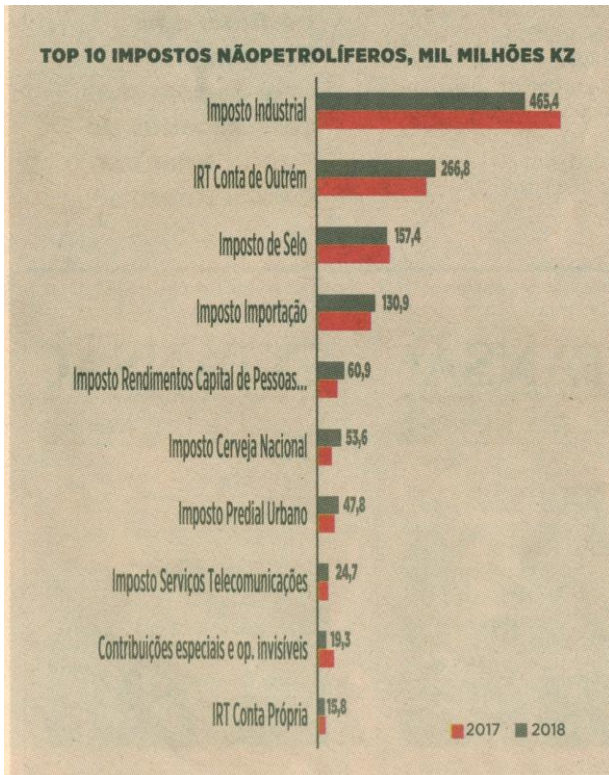
Por outro lado, sendo o stock da dívida de Angola ainda sustentável, esta encontra-se muito concentrada no curto prazo, elevando a pressão fiscal, pelo que o Executivo classifica como prioritário o alongamento da curva de vencimento da dívida.

## 4.7 As contas públicas reveladas em 14 gráficos

*Jornal Expansão*  
22 Dezembro de 2017

Conheça os grandes números da proposta do Orçamento Geral do Estado do próximo ano. A síntese das sínteses, de onde vem o dinheiro e para onde vai e os pressupostos que serviram de base à elaboração do principal documento de política económica do país.





#### 4.8 Deputados da oposição dizem desconhecer proposta de OGE 2018

*Novo Jornal*

*22 De Dezembro de 2017*

*Texto: Borrvalho Ndomba*

Uma semana depois de o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santo, ter recebido formalmente a proposta do Orçamento Geral do Estado, os grupos parlamentares desconhecem até ao momento o conteúdo do mesmo.

Até quarta-feira, 20, dia em que a casa das leis realizou a cerimónia de cumprimentos de fim de ano, os deputados ainda não tinham recebido as cópias do OGE para o ano 2018, constatou o Novo Jornal através dos responsáveis das bancadas parlamentares da UNITA e da CASA-CE.

O deputado da CASA-CE André Mendes de Carvalho suspeita que seja resultado da burocracia da própria Assembleia Nacional.

"A Assembleia Nacional já recebeu, mas ainda não foi despachado para os grupos. É alguma questão burocrática. Também estamos preocupados com isso. A Assembleia recebeu a proposta no dia 15 e o

senhor presidente devia ter despachado já para os grupos parlamentares mas ainda não o fez", disse.

A secretária do grupo parlamentar do partido do Galo Negro, Amélia Judith Ernesto, confirmou a não recepção do documento onde está a previsão do plano orçamental para o próximo ano. "Todos queremos saber o porquê do atraso. O normal é que já devia ter sido distribuído mas até agora não recebemos a proposta do Orçamento Geral do Estado".

O Novo Jornal contactou o grupo parlamentar do MPLA, sem sucesso.

Através do OGE para 2018, o Governo prevê despesas e receitas de 9,6 biliões de Kwanzas e um crescimento económico de 4,9%, de acordo com o documento que deu entrada no Parlamento na passada sexta-feira, 15 de Dezembro.

O NJ sabe que já está na posse da Assembleia Nacional, tendo sido entregue pelo ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

O Orçamento Geral Estado para 2018 prevê também um défice de 2,9%, e a discussão parlamentar sobre o documento está marcado para o dia 5 de Janeiro, e será aprovado com votação até 15 de Fevereiro.

Este é o primeiro OGE do Governo liderado por João Lourenço, Presidente da República, que a 26 de Setembro, após a divulgação definitiva dos resultados das eleições de 23 de Agosto, tomou conta dos destinos do país.

A garantia da estabilidade económica do país é uma dos fundamentos do Orçamento para 2018, segundo Manuel Nunes Júnior, que falava à imprensa.

"E isso é um dos elementos que o nosso OGE faz referência e com bastante clareza. Garantir que a partir do próximo ano, 2018, o país possa ter um equilíbrio do ponto de vista das contas internas e das contas externas, e aí garantir também uma estabilidade macroeconómica e criar um ambiente propício ao investimento", referiu.

## 4.9 Pela primeira vez, Estado vai gastar mais em juros do que em saúde e educação juntas

*Jornal Expansão*

*02 De Dezembro de 2017*

*Texto: Carlos Rosado de Carvalho*

O Estado vai pagar 968,4 mil milhões Kz em juros em 2018, mais 877,2% do que os 99,1 mil milhões Kz que gastou em 2013, de acordo com cálculos do Expansão a partir da proposta de Orçamento Geral de Estado (OGE) para o próximo ano entregue na última sexta-feira na Assembleia Nacional (AN).

Os valores a desembolsar com encargos da dívida pública excedem, pela primeira vez desde que há registos, as despesas com a educação e saúde juntas. Segundo a proposta do OGE 2018, no próximo ano as despesas com a educação ascenderão a 524 mil milhões e com a saúde a 351,8 mil milhões Kz, o que perfaz 875,8 mil milhões Kz, quase 100 mil milhões Kz a menos do que os 968,4 mil milhões previstos para pagamento de juros.

Há cinco anos a situação era totalmente contrária. Em 2013, o Estado gastou 954,9 mil milhões Kz com a saúde e a educação, cerca de dez vezes mais do que os referidos 99,1 mil milhões Kz de juros.

Em 2018, os juros pesarão 18,9% nas despesas do Estado sem activos financeiros, contra escassos 2,1% em 2013. Outra forma de olhar para a questão é analisar os encargos com a dívida nas perspectivas da riqueza gerada. Se há cinco anos os juros consumiam o equivalente a apenas 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano deverão consumir 4,1%.

O aumento dos gastos com juros deve-se ao aumento da dívida pública e também às taxas de juro. Começando pelo aumento das taxas de juro, em Outubro de 2017 as taxas de juro dos títulos do Tesouro até 6 meses estavam na casa dos 20%, quando no final de 2013 rondavam os 3,6%. Ou seja, em cinco anos as taxas de juro até 6 meses mais do que quintuplicaram.

Quanto ao aumento da dívida pública, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, o relatório de fundamentação da proposta de OGE é praticamente omisso relativamente aos valores da dívida pública externa e interna, em Kz e USD. O Governo limita-se a avançar o peso da dívida governamental entre 2013 e Julho de 2017 não fazendo qualquer projecção para 2018.

"Até Julho de 2017, o stock da dívida governamental estava avaliado em Kz 9.970,22 mil milhões, correspondendo a 59,84% do PIB", informa o Governo no relatório de fundamentação. Em 2013, o mesmo indicador não ultrapassava os 22,1%.

Os 59,8% estão praticamente no limite de referência de 60% estabelecido na lei 21/16 que altera a lei 1/14 do regime jurídico da emissão de gestão da dívida pública directa e indirecta do Estado. De acordo com o n.º 3 do artigo 3.º desse diploma legal "a dívida pública consolidada deve procurar manter-se abaixo do referencial de 60% do PIB nominal". Considera-se dívida pública consolidada a dívida pública directa de entidades do sector público administrativo.

O n.º 4 do mesmo artigo estabelece que "Em caso de exceder o referencial [de 60% do PIB] (...), a lei que aprova o OGE do exercício seguinte deve conter medidas de salvaguarda tendentes a possibilitar o cumprimento do referencial no médio prazo".

Ou seja, caso a dívida pública tenha ultrapassado ou venha a ultrapassar até ao final do ano o limite de 60% do PIB, a lei do OGE 2018 devia de prever medidas para fazer regressar a dívida abaixo dos 60% no médio prazo. A proposta de lei que aprova o OGE para o exercício económico de 2018 não faz qualquer referência a essa matéria.

O Expansão questionou o Ministério das Finanças (MinFin) sobre se o valor de referência para a dívida pública de 60% do PIB foi ultrapassado em 2017 e qual a previsão para 2018, mas não obteve resposta. Tão pouco o MinFin respondeu à questão se tencionava apresentar um plano para a eventual redução da dívida pública abaixo daquele referencial.

FMI diz que limite de 60% do PIB foi ultrapassado

De acordo com o Fundo Monetário Internacional a dívida pública angolana já ultrapassou os 60% do PIB em 2015 e deverá manter-se acima deste valor pelo menos até 2022. Contudo, os dados do FMI incluem as dívidas das empresas públicas que foram retiradas do perímetro oficial com a lei 21/16 que alterou a lei 1/14. Como referido anteriormente, a dívida pública consolidada considera apenas o sector público administrativo, ou seja órgãos de soberania, a

administração central e local do Estado, os serviços públicos, os institutos públicos, os fundos autónomos e a segurança social, deixando de fora as empresas públicas que estavam dentro do perímetro da dívida pública da lei 1/14.

Aquando da exclusão das empresas do perímetro da dívida pública, analistas criticaram a decisão por considerarem que essa decisão visava apenas evitar a ultrapassagem do limite de 60%. A confirmar-se a tendência de aumento da dívida pública, mesmo sem as empresas públicas, o limite está à beira de ser ultrapassado, havendo quem questione a sustentabilidade do endividamento público.

Já o Governo garante que "a dívida governamental permanece solvente", embora reconhecendo que "a mesma apresenta um perfil vulnerável, com uma alta concentração de serviço de dívida no curto prazo e outros riscos associados à evolução das variáveis macroeconómicas".

Para fazer face a esses riscos a proposta de lei do OGE 2018 prevê no seu artigo 5.º medidas de gestão da dívida pública para acautelar esses riscos, entre as quais "reforçar as dotações orçamentais para amortização do capital e juros, caso seja necessário". Na prática, o Governo admite que os 968,4 mil milhões Kz inscritos na proposta de OGE 2018 poderão não ser suficientes.

Outra medida é "renegociar as condições da dívida com garantias reais, para possibilitar uma reprogramação do serviço da dívida com prestações fixas e a rentabilização das garantias afectas". Em causa deverão estar as linhas de crédito, nomeadamente com a China e o Brasil, que estão garantidas pelo petróleo angolano.

Por último, mas não menos importante, prevê-se "contratar novas operações" para "pagar antecipadamente, total ou parcialmente, a dívida já contraída, sempre que os benefícios os justifiquem".

#### 4.10 Primeiro OGE de JLO é mais do mesmo

*Novo Jornal*

*22 De Dezembro de 2017*

O primeiro Orçamento Geral do Estado elaborado pelo governo do Presidente João Lourenço disponibiliza mais verbas para os sectores da Defesa e Segurança.

A proposta do OGE entregue à Assembleia Nacional na semana passada vai gastar no próximo ano mais de 975 mil milhões de Kwanzas para atender às



necessidades dos militares e dos polícias. O valor, segundo o documento a que o Novo Jornal teve acesso, equivale a 21,27 por cento de todas as despesas do Estado para 2018, ao contrário do último orçamento do ex-presidente José Eduardo dos Santos, cuja rubrica de Defesa, Segurança e Ordem Pública foi de 1,012 biliões de Kwanzas, correspondendo a 20%.

Na proposta de OGE, cuja votação final no Parlamento deverá acontecer até 15 de Fevereiro, o Governo prevê despesas e receitas de 9,658 biliões de Kwanzas e espera um crescimento económico de 4,9% do Produto Interno Bruto. Para o sector da Educação quer gastar cerca de 517,78 mil milhões de KZ, o que corresponde a 11,30% em relação aos 9% do anterior Executivo. Para as despesas com a Saúde a previsão é de 7,40%, na ordem dos 339,13 mil milhões de Kwanzas, ao passo que este ano o OGE teve um gasto de 6,17%.

#### 4.11 Heitor propõe redução de despesas no OGE

*Jornal de Angola*  
23 De Dezembro de 2017  
Texto: Adelina Inácio

O economista Fernando Heitor propôs ontem a redução, no Orçamento Geral do Estado das despesas pouco produtivas (como a compra de carros, viagens e realização de banquetes) e a racionalidade na utilização dos recursos do país.

Fernando Heitor, que actualmente é administrador executivo do Banco de Poupança e Crédito (BPC), falou na Assembleia Nacional sobre Análise e Debate Parlamentar do Orçamento Geral do Estado e entende que o Estado deve ter a coragem de diminuir as despesas consideradas supérfluas.

"Se juntarmos os órgãos centrais, provinciais, mais as empresas públicas, o Estado de facto tem muita gente a trabalhar para si e por isso sobra pouco dinheiro para as despesas que criam e acrescentam valor", disse.

Para Fernando Heitor, Angola é um país em que o Estado se assume como o maior empregador, facto que considerou de anormal. "Normalmente quem deve empregar os cidadãos são as empresas e o Estado tem de ter a máquina administrativa suficiente para gerir a colectividade", referiu.

O ex-parlamentar falou também do endividamento e lembrou que o mesmo tem limites. "O país deve ver qual é a sua capacidade de endividamento e de

solvabilidade para honrar com os compromissos, quer seja os de curto prazo, como os de médio e longo prazo", frisou.

O ex-deputado lançou como desafio ao Executivo a formalização do mercado informal. "A nossa economia é altamente informalizada. Temos de institucionalizar o mercado informal e atrair os operadores do mercado informal e integrá-los", defendeu, sublinhando que a participação do mercado informal no Produto Interno Bruto é muito reduzida.

Mas o ex-deputado elogiou a evolução do Orçamento Geral do Estado dos últimos anos. "Os orçamentos iniciais tinham insuficiências, mas houve uma melhoria significativa e substancial", adiantou.

O deputado João Pinto, na sua apresentação sobre "Comunicação Parlamentar no Contexto dos Debates no Hemiciclo", falou da transmissão em directo dos debates no Parlamento e salientou que numa democracia, o fluxo de informação da classe política para os cidadãos deve ser transversal e dinâmica.

Durante dois dias, deputados e académicos discutiram, entre outros temas, o Processo legislativo-parlamentar, Parlamento e a Administração Pública, o Papel da Administração Parlamentar, Natureza Jurídica dos Grupos Parlamentares, Responsabilidade Civil do Legislador.

Ainda ontem, o Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, recebeu ontem o reitor da Universidade Católica de Angola, padre José Vicente Cacuchi, com quem abordou a necessidade da implementação do Direito Parlamentar no curriculum escolar.

No primeiro dia, a decana da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola, Márcia Nigiolela, defendeu uma maior abertura do Parlamento ao público, para permitir uma melhor compreensão das regras sobre o seu funcionamento.

Para a docente universitária, que falava na abertura do seminário sobre o Direito Parlamentar na Assembleia Nacional, a qualidade da democracia está intrinsecamente ligada à qualidade da acção parlamentar. "Já não basta aos parlamentos legislar, exige-se cada vez mais que o façam com qualidade. Essa qualidade é aferida pelo grau de satisfação da expectativa dos cidadãos eleitores", disse.

Márcia Nigiolela propôs que o Direito Parlamentar se torne numa disciplina autónoma no "curriculum" universitário, e pensa alcançar este desafio em estreita parceria com a Assembleia Nacional. A intenção, acrescentou, é compreender a importância do debate

sobre o Direito Parlamentar e transcender as fronteiras da Assembleia nacional, envolvendo outros actores e não apenas os deputados.

A conferência sobre direito parlamentar teve como objectivo colocar na agenda o significado e o valor do Parlamento num Estado democrático. Organizada pela Universidade Católica de Angola e a Assembleia Nacional, o encontro visou despertar o interesse da sociedade relativamente ao estudo do Direito Parlamentar de modo que se compreenda e se analise o verdadeiro papel e funcionamento do parlamento.

O deputado Luther Rescova falou sobre o processo legislativo-parlamentar e sublinhou a participação de outros órgãos que não são do Estado, mas que podem participar no processo parlamentar.

O deputado, ao destacar a administração parlamentar, salientou que é indispensável a participação desta no processo legislativo-parlamentar.

#### 4.12 OGE para 2018 prevê receitas e despesas avaliadas em Kz 9.658,2 mil milhões

*Jornal O PAÍS*

*24 De Dezembro de 2017*

A receita total de 9.685,6 mil milhões AOA é constituída principalmente pela contribuição de 49% proveniente das receitas de endividamento e 43% a representar as receitas fiscais. Destaca-se que as receitas fiscais provenientes do sector petrolífero representam 25% e o não-petrolífero 18% do montante total a arrecadar em 2018.

As operações de cedência de liquidez no interbancário atingiram Kz 472,57 mil milhões. As operações de cedência de liquidez realizadas entre os bancos comerciais ao longo do mês de Novembro atingiram 472,57 mil milhões AOA, que corresponde ao aumento de 278% face ao mês anterior e 371% em relação ao período homólogo. O montante registado em Novembro representa o volume mais elevado desde Outubro de 2015. Destaca-se que de Janeiro a Novembro o montante transaccionado no mercado interbancário aumentou em 260%.

As operações de absorção de liquidez situaram-se em Kz 508,583 mil milhões em Novembro. As operações de facilidade de absorção de liquidez a 7 dias situaram-se em 508,583 mil milhões AOA que corresponde ao nível mais elevado desde a sua criação, ou seja dos últimos dois anos, tal como um aumento de 76% face ao mês anterior e 40% em relação ao período homólogo. A evolução destas

operações podem ter contribuído para a decisão do Comité de Política Monetária de reduzir a taxa de juro das operações na última reunião realizada no dia 30 de Novembro, de 2,75% para 0%.

O montante de dívida pública fixou-se em Kz 514,181 mil milhões em Novembro. O montante de Títulos de Tesouro disponibilizados ao longo do mês de Novembro atingiu cerca de 514,181 mil milhões AOA que corresponde a um incremento de 23% face ao mês de Outubro e 69% face ao período homólogo de 2016, tal como o nível mais elevado desde Fevereiro de 2016. Paralelamente, a venda efectiva apurada durante o período em análise situou-se abaixo do volume total, tendo o rácio dos títulos vendidos sobre o total colocado atingido 71%. Importa ressaltar que apesar do montante vendido situar-se abaixo do total colocado o volume vendido atingiu o maior nível dos últimos 22 meses.

EUA

A reforma fiscal proposta pela administração Trump foi aprovada pelo Congresso, sendo que a sua materialização iniciará após a promulgação do presidente Donald Trump. A reforma fiscal tão esperada nos Estados Unidos da América foi aprovada no dia 20 de Dezembro pelo Congresso, com 51 votos a favor e 48 votos contra. A proposta da administração de Trump passa por uma redução dos impostos às grandes empresas e rendimentos, com um corte significativo de 35% para 21%. A materialização do plano iniciará depois da promulgação por parte do presidente Donald Trump. No entanto, como reflexo do optimismo dos investidores norte-americanos o índice bolsista Dow Jones já valorizou 0,23% no final da sessão, para 24.782,29 pontos, enquanto o S&P 500 registou incremento de 0,2% situando-se em 2.684,58 pontos.

Zona Euro

A taxa de inflação homóloga registou um ligeiro aumento, de 0,1 p.p., em Novembro face ao mês anterior, tendo fixando-se em 1,5%. A taxa de inflação mensal na Zona Euro fixou-se em 0,1% em Novembro, mantendo-se estável em relação ao mês anterior e representando um aumento de 0,9 p.p. em relação ao registo de -0,8% referente a Janeiro do ano corrente. No entanto, apesar do registo mensal, a variação homóloga de Novembro situou-se em 1,5%, que representa um aumento de 0,1 p.p. em relação ao mês transacto, mas uma queda de 0,3 p.p. na comparação com a taxa de 1,8% apurada em Janeiro. O registo da inflação abaixo da meta de 2% tem contribuído para que o Banco Central Europeu (BCE) mantenha os estímulos à economia.

## Alemanha

O índice de confiança do investidor atingiu 117,2 pontos em Dezembro. O índice que mede a confiança dos investidores da IFO, na Alemanha, referente ao mês de Dezembro atingiu 117,2 pontos, que apesar de representar uma redução de 0,4 p.p., em comparação ao mês anterior, permanece próximo dos 117,6 pontos apurados em Novembro, o nível mais elevado dos últimos 20 anos. A ligeira redução foi influenciada pela moderada expectativa dos empresários para os negócios das empresas durante o próximo semestre.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 As Autarquias e o papel da Sociedade Civil

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Ismael Mateus*

Um conjunto de organizações da sociedade civil, com a Associação Mãos Livres e o Fórum das Mulheres Jornalistas à cabeça, realizou esta semana uma conferência sobre Paz e Democracia. Um dos temas foi a Nova Agenda para as autarquias, para o qual foram chamados a debater o Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado (MAT), Alexandra Simeão, Israel Bonifácio e nós. O MAT, que mesmo que não tivesse nada para dizer, deveria estar lá para ouvir, enviou uma carta a justificar a ausência. Israel Bonifácio, conhecido pela grande proximidade das suas ideias com as do governo, também não participou.

Se por um lado é sempre de elogiar este tipo de iniciativa por manter um tema tão candente nas reflexões sobre paz e democracia do país, elas têm de ser vistas como oportunidades de afirmação das ideias e visões das Organizações Sociedade Civil pondo um ponto final a um discurso de queixas e reclamações que as OSC eram "forçadas" a usar em face da fraca sensibilidade para o diálogo e quase nula abertura política da anterior administração do país.

Apesar de o discurso político ter mudado, nada mais ocorreu até aqui nesta gestão de João Lourenço: os departamentos ministeriais continuam com dificuldades em dialogar com OSC, sindicatos e figuras independentes. As promessas de inclusão e mudança de paradigma na indicação para os cargos públicos também não foram cumpridas e, como na administração anterior, as OSC ainda não fazem parte das entidades com quem, em determinados assuntos, é "obrigatório" negociar e buscar consensos.

Deste modo, as OSC não podem continuar o seu velho discurso do "bota abaixo" quando a mudança de Presidente pode representar uma oportunidade para que elas se credibilizem, adotem um discurso mais contributivo e se afirmem como parceiros do governo tanto nas ideias, propostas de governo e até em actos de gestão. Enquanto a sociedade civil não tiver capacidade para evoluir, sair dos queixumes

habituais e colocar-se como parceira, com uma voz qualificada e respeitada em diversas matérias da sociedade, não podemos reclamar do facto do governo não contar com eles de modo sério. Dito de outro modo, a sociedade civil não está a fazer nada para conquistar o lugar que reclama na mesa do diálogo para o desenvolvimento do país. Entendemos que as ose devem concentrar toda a sua atenção no tema da implantação das autarquias no país, procurando antes de mais criar uma plataforma de actuação conjunta e de convergência de pontos de vista para depois debater/influenciar/servir de alternativa aos interesses dos partidos políticos. A Associação Mãos Livres, o Fórum das Mulheres Jornalistas, AJP, ADRA, OPSA, Sindicato dos Jornalistas, Plataforma das Mulheres em Acção e tantas outras organizações deverão criar quanto antes a plataforma pró-autarquias e a partir dela preparar um conjunto de "position papers" sobre cada item da implementação das autarquias.

É essa plataforma pró-autarquias que se deve ocupar de realizar conferências para consensualização das opiniões sobre tais itens mas também de começar a discussão sobre condições de participação, financiamento e cobertura mediática dos independentes e membros da SC que venham a ser concorrentes às autarquias. Essa plataforma deverá ter capacidade de fazer lobbying político e mediático para garantir a assinatura de um pacto político e social entre o governo e as diferentes forças da sociedade organizada sobre a administração local e autárquica e também sobre a necessidade de criação de um livro branco sobre a governação local.

A ideia principal dessa abordagem é que a governação local é fundamental para a reconstrução das comunidades e ambientes locais, criar assentamentos humanos sustentáveis que proporcionem qualidade de vida dignas e satisfaçam as suas necessidades sociais, económicas e materiais. Do ponto de vista político, o tema da governação local está longe de ser um assunto exclusivo do governo ou do parlamento, pelo que esse pacto deve assegurar a contribuição das outras partes na "construção" de consensos nacionais. O governo tomou já a iniciativa da constituição do conselho da governação local e o fórum dos municípios e cidades como órgãos consultores do Presidente da República, mas tais iniciativas deveriam engajar profundamente as OSC na busca de soluções, o que não acontece nem elas estão preparadas para isso.

Para responsabilidades desta dimensão, a sociedade civil precisa de abandonar o discurso das queixas e começar a contribuir, apresentar mais soluções do que problemas. Uma plataforma pró-autarquias permitiria às OSC apresentar o seu posicionamento

sobre os critérios a seguir no gradualismo, incluindo a sua lista de municípios em se deverão realizar as primeiras eleições autárquicas argumentando devidamente acerca de factores como a suficiência de recursos financeiros, patrimoniais e humanos e capacidade contributiva da autarquia: grau de desenvolvimento económico, infraestrutural, urbano e fundiário, densidade demográfica e sustentabilidade económico-tributária, e necessidade e pertinência de implementação atendendo a factores culturais ou razões históricas relevantes.

É preciso evitar a todo o custo o discurso vazio e improdutivo, quase sempre muito aplaudido mas que não leva a lado nenhum, e concentrar todos os esforços na contribuição da sociedade para que apareçam ideias e se garanta que o modelo autárquico angolano seja definido com ampla (para não dizer com crucial) participação da sociedade civil.

Para o pacote legislativo que o governo está a preparar, as OSC deveriam adoptar como procedimento para o diálogo, apresentar as suas propostas de projectos de lei para influenciar o debate e elevar o nível qualitativo do debate autárquico. Há, por exemplo, necessidade de uma lei que estabeleça de modo mais detalhado o modelo de relações entre o governo central e as futuras autarquias, nomeadamente a respeito de questões fiscais, orçamentais e financeiras. É nessa lei que devem ficar determinadas as modalidades de partilha equitativa e afectação de receitas obtidas a nível nacional. Há certamente nas universidades e na sociedade quem possa ajudar as OSC a apresentar uma proposta tecnicamente séria. Com esses mesmos técnicos deve ser preparada uma proposta sobre as finanças municipais em que se estabeleçam as regras de gestão das receitas, dívidas, elaboração e execução dos orçamentos municipais, a responsabilidade dos titulares dos cargos e dos funcionários, elaboração e apresentação dos relatórios financeiros e as regras de auditoria e de contratação pública municipal.

Apesar de aprovada a lei da divisão político-administrativa, em que se estabelece a demarcação municipal (limites e coordenadas geográficas de cada município), deveria existir também uma outra lei sobre as categorias de municípios, a divisão de funções e poderes entre os diferentes tipos de município, as regras e limites de subordinação entre os eleitos e os funcionários das estruturas municipais. É nisso que irá residir a verdadeira autonomia das futuras autarquias e as OSC terão de contribuir grandemente, sobretudo para assegurar que os eleitos não fiquem reféns dos poderes instalados sejam ao nível dos funcionários das câmaras municipais como dos partidos políticos, nas assembleias municipais.

Finalmente, a plataforma pró-autarquias deve apresentar a sua proposta de lei eleitoral municipal, definindo quem deverá reger as eleições nos processos municipais e de que forma os independentes se farão representar nos conselhos municipais eleitorais. Este é o grande desafio que se lança às organizações da sociedade civil.

## 5.2 Governo nega existência de sobas falsos na Lunda

*Jornal de Angola*

*6 De Dezembro de 2017*

*Texto: Isidoro Samutula*

O administrador municipal do Chitato, na Lunda - Norte, Alberto Muquendi, desmentiu a existência de núcleos de autoridades tradicionais indicados pela administração local do Estado.

O desmentido surge na sequência das declarações proferidas por um grupo de autoridades tradicionais, reunidas recentemente, no Dundo, num encontro de auscultação com a corte real de Mwene Mwachissengue WaTembo:

O administrador da maior e mais populosa circunscrição municipal da Lunda-Norte esclareceu que a relação entre as autoridades administrativas e tradicionais tem -se pautado, fundamentalmente' na solução dos problemas que afligem as comunidades, como a agricultura, saúde, educação, registo civil e controlo da imigração ilegal.

Alberto Muquendi disse não fazer sentido que autoridades administrativas se envolvam em questões ligadas à transmissão do poder tradicional' por via de linhagem familiar, ou nas associações que vão surgindo no seio das autoridades tradicionais.

"Em nenhuma circunstância a Administração Municipal do Clútato indicou ou investiu uma autoridade tradicional numa localidade", esclareceu Alberto Muquendi, para explicar que "o que acontece em algumas localidades fronteiriças é a colocação de bandeiras da República para simbolizar que o território pertence à República de Angola, em função dos limites fronteiriços com a República Democrática do Congo" . Para essas localidades, Alberto Muquendi justificou a necessidade de indicar uma personalidade, entre os habitantes do bairro, como coordenador, para facilitar o controlo, a organização e a comunicação entre as comunidades e a Administração Municipal.

"Isto não significa que a Administração esteja a instituir sobas", defendeu, para citar como exemplo, a

nível do município do Chitato, o bairro do Cabunda, que pertence ao sobado Cambinza, e o bairro Catxiena, do sobado Calumbia. O administrador do município sede da província da Lunda - Norte referiu que a existência de várias associações representativas das autoridades tradicionais cria, de alguma forma, conflitos de interesse e divisões no seio dos seus filiados.

Além dos sobas de linhagem e regedores, existem os coordenadores dos bairros, que são indicados pelas autoridades administrativas

Uma outra entidade que também reagiu negativamente à recente declaração de um grupo de autoridades tradicionais é a administradora municipal do Lóvua, Domingas Zeferino.

Além de incentivar a relação de cooperação com as autoridades tradicionais, sobretudo na solução dos problemas das comunidades, disse nunca ter indicado, de forma administrativa, um soba de aldeia.

O historiador Manuel Mulaji, docente da Escola Superior Pedagógica da Lunda - Norte, considerou a guerra que devastou o país nos últimos 30 anos como um dos factores que favoreceu a usurpação do poder tradicional, por indivíduos que não pertencem à linhagem. "Durante o período de guerra, muitos sobas foram obrigados a abandonar as suas comunidades e outros perderam suas vidas", disse, para explicar que, actualmente, esta situação influencia a perda de autoridade por parte dos antigos sobas, pelo facto de muitos não terem regressado às suas comunidades de origem.

Manuel Mulaji afirmou existir, na formulação administrativa, desde o tempo colonial, três tipos de autoridades tradicionais.

Em primeiro lugar, o historiador apontou o soba da linhagem, que é indicado pela família de origem que, geralmente na cultura Lunda -Cokwe, é o sobrinho, portanto o filho da irmã do soba. Em segundo, realçou os regedores, que foram indicados pela autoridade colonial e em terceiro lugar os sobas de sanzalas, que eram responsáveis de um bairro, cuja população se dedicava ao trabalho nas fazendas.

Actualmente, segundo o historiador, além dos sobas de linhagem e regedores, existem também os coordenadores dos bairros, que são indicados pelas autoridades administrativas locais e que muitos deles acabam por transitar para soba, devido ao maior protagonismo das suas acções nas comunidades. Mas, ressaltou que "isso não retira a existência do próprio soba da linhagem".

Manuel Mulaji realçou o surgimento, depois de alcançada a paz, de vários bairros ao longo das estradas que antigamente não existiam.

### 5.3 Governo reforça descentralização administrativa

*Jornal O PAIS*

*18 De Dezembro de 2017*

Falando no encerramento da III sessão plenária ordinária do Comité Provincial do Huambo, Kassoma lembrou que o OGE para 2018, em posse da Assembleia Nacional para discussão e aprovação, prevê já a execução desta medida, de maneira a que haja maior articulação entre a Administração Central e a Local.

Neste sentido, disse que dos administradores municipais espera-se a aplicação com sucesso da desconcentração financeira e da municipalização dos serviços, tendo em conta a criação de condições para satisfação das expectativas da população, já que os municípios constituem -se nos principais centros de transformação social e para realização do Programa de Governação do MPLA (2017/2022).

Lembrou que, no que diz respeito às medidas prévias para efectivação desta tarefa essencial, no âmbito das responsabilidades do partido e da nova dinâmica empreendida pelo Executivo, foram realizadas três importantes acções.

António Paulo Kassoma afirmou que a primeira tarefa tem a ver com a reestruturação do aparelho central auxiliar do Secretariado do Bureau Político, que passou a ter, pela primeira vez, departamentos específicos para a Reforma do Estado e para as Autarquias Locais, Organizações Sociais, Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, estabeleceu o desdobramento das áreas ligadas à Política Económica e Social.

A segunda tarefa, de acordo com secretário-geral do MPLA, tem a ver com a capacitação, pela primeira vez, de quadros do partido e outras entidades públicas, sobre a prevenção de crimes a que estão sujeitos titulares de cargos públicos, a fim de corresponderem, de forma pragmática, o reforço das acções do Governo no combate à corrupção e branqueamento de capitais.

Explicou que a terceira e última medida traduz-se na aprovação outorgada na 4ª Reunião Ordinária do MPLA, de 23 de Outubro deste ano, de um instrumento reitor da Comissão de Disciplina e Auditoria, para garantir a funcionalidade e a vitalidade

deste órgão necessário para a manutenção da disciplina partidária e unidade entre os militantes.

No caso particular da província do Huambo, António Paulo Kassoma disse que, pela sua importância e natureza geográfica, deve contar com seus melhores quadros, intelectuais e investigadores na realização de acções de estudos e projectos, tendentes à redução da pobreza, promoção do bem-estar das comunidades urbanas, peri-urbanas e rurais, a fim de prestar um serviço excelente no domínio da educação, saúde e promoção do desenvolvimento da agricultura familiar, emprego habitação, saneamento básico, segurança e tranquilidade públicas.

O evento, orientado pelo primeiro secretário do MPLA na província do Huambo, ficou marcado com o preenchimento de vagas no Comité Provincial do Partido e com a outorga de certificados de méritos a militantes que mais se destacam na actividade partidária.

#### 5.4 Medidas administrativas submetidas à aprovação

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro de 2017*

O secretário-geral do MPLA, António Paulo Kassoma, anunciou, no Huambo, que o governo prepara - se para apreciar e aprovar um conjunto de medidas no domínio do reforço da descentralização administrativa, visando a transferência gradual de competências, de recursos humanos e financeiros para os municípios.

Falando no encerramento da III sessão plenária ordinária do comité provincial do Huambo, Kassoma lembrou que o OGE para 2018, em posse da Assembleia Nacional para discussão e aprovação, prevê já a execução desta medida, de maneira que haja maior articulação entre a Administração Central e a Local.

Neste sentido, o político disse que dos administradores municipais espera-se a aplicação com sucesso da desconcentração financeira e da municipalização dos serviços, tendo em conta a criação de condições para satisfação das expectativas da população, já que os municípios se constituem nos principais centros de transformação social e para realização do programa de governação do MPLA (2017/2022).

Paulo Kassoma lembrou que no que diz respeito às medidas prévias para efectivação desta tarefa essencial, no âmbito das responsabilidades do partido

e da nova dinâmica empreendida pelo Executivo, foram realizadas três importantes acções.

O político afirmou que a primeira tarefa tem a ver com a reestruturação do aparelho central auxiliar do Secretariado do Bureau Político, que passou a ter, pela primeira vez, departamentos específicos para a Reforma do Estado e as Autarquias Locais, Organizações Sociais, Sociedade Civil e, ao mesmo tempo, estabeleceu o desdobramento das áreas ligadas à Política Económica e Social.

A segunda tarefa tem a ver com a capacitação de quadros do partido e outras entidades públicas.

#### 5.5 MPLA deve assumir eleições autárquicas

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro de 2017*

O MPLA deve assumir a preparação das eleições autárquicas como tarefa principal na sua acção política no próximo ano, como forma de garantir a sua hegemonia, afirmou ontem, em Benguela, o primeiro-secretário do partido.

Intervindo na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano ao nível do Comité Provincial do MPLA, Rui Falcão acentuou a ideia de que o partido deve começar a pensar já quem vão ser os seus vereadores e presidentes de câmaras a serem indicados.

Rui Falcão disse que este trabalho tem de ser cauteloso e começar ao nível das várias estruturas do partido, para que se possa ter um MPLA cada vez mais forte e virado para a prossecução dos interesses do povo a nível das comunidades.

Rui Falcão agradeceu aos militantes, amigos e simpatizantes que se empenharam na conquista dos resultados eleitorais na província de Benguela, ao mesmo tempo que reiterou que vai continuar a trabalhar em prol do partido.

Na ocasião, o secretário para os Assunto Políticos e Eleitorais do PLA, em Benguela, Zacarias Davoca, valorizou o trabalho em equipa realizado pelo primeiro-secretário, que em menos de dois meses mudou as sondagens eleitorais na província, desempenhando um papel fulcral na campanha e mobilização de votos ao partido. " A substituição feita foi bastante importante para o partido", frisou o secretário para os Assuntos Políticos, considerando que Rui Falcão chegou na hora certa para fazer crescer o partido na província de Benguela.

## 5.6 Situação de Luanda continua na mesma

*Jornal Manchete*

*22 De Dezembro de 2017*

*Texto: Jorge Neto*

Lixo em várias artérias da cidade, a venda em locais inapropriados, falta de médico e medicamentos nas unidades hospitalares, a par do trânsito caótico é o retrato da capital do país, depois das eleições de 23 de Agosto, que deu vitória ao partido MPLA e ao seu candidato, João Manuel Gonçalves Lourenço.

De acordo com alguns cidadãos ouvidos pelo Manchete, as acções do governo de Luanda, liderado por Adriano Mendes de Carvalho, têm-se mostrado, até ao momento, teóricas, pois na prática nada mudou.

Adriano Mendes de Carvalho, veio do município de Icolo e Bengo, aonde foi Administrador, o que no entender dos habitantes da província de Luanda, o líder é alguém que conhece os problemas da capital e portanto as acções praticas já deveriam se fazer sentir.

José Manuel do município do Cazenga diz não entender como é que até agora "mesmo se reconhecendo a incapacidade", o administrador do seu município continua o mesmo.

"O administrador do Cazenga, Víctor Nataniel Narciso, já mostrou ser um mau dirigente, prova disto é a situação precária em que se encontra o município", disse. Entretanto na sua acção de campo realizada no município do Cazenga o governador de Luanda, deixou orientações precisas para mudar o quadro daquele que já foi o município mais populoso de Luanda.

No município de Viana onde durante as chuvas a população, tem passado por várias dificuldades tanto de locomoção, como a perda de algumas residências por falta de vias de escoamento das águas das chuvas, a população já está apreensiva com a chegada do "fiscal de Luanda", chuva.

Para o António, habitante do bairro Caop B, naquela municipalidade, a situação é preocupante, "nós esperávamos que com o Presidente João Lourenço e com o novo governador as coisas iriam mudar, mas até agora não vimos nada, as coisas parecem até que estão a piorar", desabafou.

Além de administrador do município de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, já foi vice-governador de Luanda.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 «Tenho esperança que o PR vai resolver a situação»

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Isabel João*

O número de mortes tem aumentado, por falta de um hospital próximo do bairro, e durante o tempo que os moradores estão no local já ocorreram mais de 30 mortes.

Michel Domingos é um dos moradores que acredita que o governo central, na pessoa do Presidente da República, João Lourenço, poderá resolver a situação que ele e as mais de mil pessoas vivem na zona. "É mesmo muito sofrimento porque estamos a viver assim desde 25 de Janeiro de 2014. Mas acredito que essa informação vai chegar até ao nosso Presidente e vai resolver a situação; nós aqui não temos água, luz, hospital e não temos como pagar a escola nem suportar os estudos dos filhos porque aqui não há trabalho", pormenorizou.

Segundo Michel Domingos, inicialmente o Governo provincial de Luanda forneceu tendas à população, velas e fogareiros, mas provocavam incêndios. E para evitar mortes, porque já havia ocorrido muitas, foi feita a distribuição de folhas de chapas, pregos e um barrote para cada morador poder construir uma casa de chapa e aguentar um pouco mais de tempo e sobreviver.

Por outro lado, Michel aponta que, por falta de esgotos na zona, os moradores fazem as necessidades maiores e menores no capim, mesmo ao lado das moradias, o que tem causado várias doenças e mortes principalmente de crianças, porque é nesses locais onde elas brincam.

Ao Novo Jornal Michel Domingos declarou que o número de mortes tem aumentado por falta de um hospital próximo do bairro e durante o tempo que vivem no local já ocorreram mais de 30, na sua maioria de crianças. Só no mês de Outubro, contou, pelo menos cinco pessoas morreram por várias doenças e algumas perderam a vida por falta de alimentação condigna e de assistência médica.

Maria Balbina, de 43 anos, também é uma ex-moradora do Kilombo e afirma que o que mais a preocupa são as chuvas intensas que caem na zona.

"O meu desespero piora quando vejo o céu escurecer. Por duas vezes, a minha casa de chapa foi levada pela chuva e uma das minhas filhas encontrava-se dentro. Só não morreu porque Deus não quis", frisou.

Á mulher deu a conhecer que algumas vezes o administrador municipal da Kíssama visita o bairro e garante que tudo está a ser feito para a continuação da construção das moradias.

### 6.2 Construção em ritmo lento pelos materiais e custos

*Jornal Economia*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Adérito Veloso*

O processo de reestruturação em curso, no sector da construção civil, depois de ter vivido momentos menos bons, resultante do actual contexto macro económico, poderá contribuir para que o país volte ao "boom" económico.

Actualmente, o mercado apresenta inúmeros problemas, com as obras em grande parte paralisadas, tanto as privadas, quanto as públicas, muito também por culpa do "abalo" que se registou, nos últimos meses, com a subida vertiginosa do preço do cimento, um dos principais produtos para a construção civil.

Até 2016, por exemplo, a produção instalada de oito milhões e 30 mil toneladas/ano, a indústria cimenteira nacional dispunha de um excedente de dois milhões e trinta mil toneladas anuais, quantidades que eram exportadas para outros mercados, principalmente na República Democrática do Congo.

#### Estratégia para o sector

Na sua estratégia, o Ministério da Construção e Obras Públicas pretende "resgatar" a sua responsabilidade de regular a actividade de engenharia e construção em todo o território nacional.

Para isso foi já aprovado, através do Decreto Presidencial 258/17 de 27 de Outubro, um Plano Intercalar que estabelece, entre outras acções para o sector potenciar o Laboratório de Engenharia de Angola, no sentido de criar capacidades técnicas imediatas para a certificação das obras públicas visando assegurar melhor o nível de qualidade e segurança.

Por outro lado, está em forja transformar a Empresa Nacional de Estudos e Projectos (ENEP), em Instituto Nacional de Obras Públicas, que será investido de competências e autoridade visando normalizar, regulamentar e supervisionar a qualidade e critérios dos projectos, bem como, as técnicas de execução das obras de construção civil.

O Plano Intercalar estabelece também a necessidade de se cadastrar os edifícios do país visando registar o seu estado de degradação (em colaboração com os governos provinciais).

No âmbito das estradas, o projecto irá dar um grande destaque na descentralização dos serviços de conservação e manutenção das secundárias e a construção, conservação e manutenção das terciárias, para a responsabilidade das províncias e municípios, para a sua intervenção seja oportuna e dentro da realidade e necessidade local.

As linhas de força do sector da Construção contam ainda com alguns eixos fundamentais, nomeadamente a sua reestruturação, reforço das capacidades institucionais, regulação do sector das Obras Públicas, cooperação institucional e governação participativa.

O plano de reestruturação do sector da Construção e Obras Públicas contempla a eliminação do excesso de burocracia nos órgãos e serviços tutelados com vista a tornar mais célere e eficiente o atendimento do cidadão, dos empresários e outros usuários dos serviços do sector, contribuindo para o aumento da produtividade dos serviços.

Em colaboração com a indústria nacional, destaca um documento do Ministério da Construção que o JE teve acesso, deve-se incentivar a produção de materiais de construção de origem nacional visando a redução de importações e dos custos de construção.

"Dinamização da indústria nacional de produção de materiais de construção, redução de custos e sustentabilidade da execução dos projectos de construção civil e obras públicas e fomento do emprego no sector", sublinha.

Reforçar a economia

No quadro da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento, a médio, curto e longo prazo "Angola-2025", foi gizado e aprovado um cronograma de acções que têm como prioridade continuar a propiciar ao país de infra-estruturas que se adequam ao desenvolvimento socioeconómico, recorrendo também aos investimentos privados.

O sector da Construção prevê continuar a ter um peso significativo no produto interno bruto, sendo que, por exemplo, em 2014, correspondeu a 9,4 por cento do PIB total do país. Dados indicam que de 1992 até 2015, foram aplicados investimentos no sector, na ordem de 2,5 mil milhões de dólares americanos e estima-se que estejam a trabalhar no sector cerca de 1.000.000 de pessoas em geral, nas obras públicas e privadas, enquadrados nas pequenas, micro empresas bem como do sector informal. Destes trabalhadores cerca de 99 por cento são angolanos.

Rede de estradas

Sendo os "vasos sanguíneos da economia", as estradas têm merecido uma atenção especial por parte do Governo angolano, sendo que cerca de 76 mil quilómetros de extensão que compõe a rede nacional, sendo estradas primárias asfaltadas num total de 12.300, cerca de 27.200 da rede secundária e 36.500 correspondem a rede terciária, segundo dados avançados em 2015.

## 6.3 Crise afectou construção na capital

*Jornal Económico*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: António Eugénio*

Gruas paradas, movimento reduzido de viatura basculantes, trabalhadores sentados mostra literalmente que os trabalhos de construção, em Luanda, vão a meio gás.

O habitual carga e descarrega nas várias infra-estruturas públicas ou privadas em execução em Luanda" reduziu muito, se comparado à dois anos, quando Angola estava no "pico".

Uma ronda feita pelo JE, em alguns empreendimentos em construção, os empreiteiros queixam-se da escassez de material, como por exemplo, o ferro, cimento e outros.

A lentidão nas obras deve-se em alguns casos, ao alto custo do material de construção civil, já em outros, pela escassez de dinheiro para a continuidade das obras.

Um dos principais factos apontados para se debelar a redução do valor do material de construção é o aumento da produção, consubstanciado na criação de mais fábricas, principalmente as de cimento.

Para pôr fim a especulação dos preços praticados, fonte do Ministério da Construção e Obras Públicas indica que, o sector vai trabalhar em parceria com as unidades industriais, principalmente as fábricas de tijolo, cimento e ferro.

#### Denúncias

O sector da construção serviu durante muito tempo, como escapatória para muita gente angariar altas somas de dinheiro, sem apresentar obras, conta Carlos Monteiro, ligado a área de construção.

Há inclusive denúncias de muitos empresários estrangeiros em parceria com nacionais, que compraram casas na "planta", na ordem de 300 mil dólares a 500 mil, até hoje nem casa nem dinheiro.

Há gente endividada com alguns bancos comerciais, conta Miguel Márcio, que lembra com muita tristeza a "finta" que levou ao pagar na totalidade, um apartamento no ilusório projecto "Copa Cabana", protagonizado por uma construtora.

Uma outra conta fonte, identificada apenas por Júlia, levou um "golpe" duro anos atrás.

Desembolsou 350 mil dólares para obter uma residência. Resultado, nem o dinheiro nem casa.

Já aposentada, descreve que teve que fazer uma "engenharia", para eliminar a dívida no seu balcão.

"Levamos o caso ao tribunal até hoje nada", desabafa.

## 6.4 Empresas só recebem dinheiro no fim da obra

*Jornal Economia*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: António Eugénio*

A fuga dos empreiteiros com valores a locados pelo Estado sem concluir as obras vai terminar.

A garantia é do ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, durante uma visita realizada na passada segunda-feira, às obras em curso a nível de vários eixos da província de Luanda.

O construtor para receber qualquer valor da obra terá que, apresentar um boletim de serviço que traduz o trabalho executado, onde se faça constar o aval de todas às repartições envolvidas no sistema de pagamento, avançou a fonte...

O Governo angolano, pretende eliminar métodos que impossibilitem o pagamento de obras, rigorosamente inexistentes e em alguns casos inacabados.

"Daqui para frente vamos pagar em função dos boletins de serviço, que traduzem os serviços executados, não vamos pagar nada adiantado", anunciou.

O ministro indicou que este será o caminho a seguir, para ter o controlo dos infractores no ramo da construção.

#### Visita de campo

O ministro visitou a nova Marginal a Sudoeste de Luanda, cujas obras estão a ser executadas pelo grupo China Railway 20 Bureau Group Co (CR20).

As obras da marginal de Luanda, entre a Praia do Bispo e a Corimba terão um custo estimado de 142,3 milhões de dólares, cujas obras já estão na segunda fase.

A iniciativa inclui a construção de duas faixas de rodagem em cada sentido e urna área para a criação de corredores exclusivos, para os transportes públicos, inserida no Plano Director Metropolitano de Luanda.

#### Nó de ligação da Samba

A visita de campo passou também pelo futuro nó de ligação da Samba com a Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, que deve iniciar brevemente, numa latura em que a fase de estudos já está concluída.

A obra consistirá na construção de um viaduto que permitirá a passagem directa de veículos que circulam entre o Benfica/Golf II.

O projecto incluirá urna rotunda para facilitar a mobilidade rodoviária na estrada da Samba e a Avenida 21 de Janeiro.

#### Viaduto do Camama

Durante a visita de campo o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, anunciou para este mês, a inauguração do viaduto do cemitério do Camama que irá ligar Talatona/Viana/Golfe II/Via Expressa, sem a intercessão de vias.

As obras que começaram no início deste ano, abrangem também o alargamento e melhoramento do tapete asfáltico, iluminação pública (nos principais eixos), sinalização vertical e horizontal além de valas para a drenagem das águas.

## 6.5 Há muitas queixas

*Jornal Economia*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Xavier António*

O presidente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (AIMCA), José Manguera, considera que há um esforço das indústrias de materiais de construção em produzir com qualidade e em conformidade com as melhores normas existentes no mundo.

O responsável falava durante o programa "Vector" emitido pela Luanda Antena Comercial (Lac) que juntou vários especialistas do sector para abordar a questão dos "preços, quantidade e qualidade dos materiais de construção".

José Manguera sublinhou que um dos principais entraves do sector é a falta de regulação o que faz com que muitas empresas trabalhem de forma ilegal, não pagam impostos e competem com as que cumprem com todos os requisitos previstos por lei.

Acrescentou ainda que o Executivo não está a garantir as infra-estruturas necessárias para permitir um melhor funcionamento das empresas, uma vez que "continuamos a trabalhar com péssimas vias de acesso, águas em cisternas e recurso a geradores o "que torna pesados os custos de produção encarecendo o produto".

Revelou que as 17 empresas ligadas à AIMCA estão interessadas em diversificar e exportar para conseguir divisas para o país mas, devido aos vários constrangimentos, não tem sido possível. E deste modo, não há condições para competir com outros mercados como a Namíbia e África do Sul.

Por seu turno, o Engenheiro António Venâncio lembrou que no tempo colonial havia um parque industrial de materiais de construção que estava no seu auge sobretudo em Luanda, onde o seu crescimento era mais acelerado e cobria plenamente as necessidades do país.

"Naquela altura não havia tanta necessidade de importação porque tínhamos um parque de cerâmica branca e vermelha, indústrias siderúrgicas, tintas e a Cimangola, sendo que tudo era produzido localmente, o que permitiu construir edifícios que resistem até hoje".

Falha de estratégia

António Venâncio disse durante a sua intervenção que houve alguns erros no passado que devem ser corrigidos e considera errada a estratégia que permitiu

fomentar e encorajar a importação de praticamente tudo e que só faltava importar areia.

Mais adiante assegurou que o país apostou fortemente na construção, mas não apostou na concepção, projectos e em cadernos de encargos.

"Construímos as centralidades, mas não desenvolvemos, com isso, a indústria de materiais de construção, mesmo havendo condições objectivas para o efeito", indicou.

Apesar dos desafios que o mercado enfrenta a Fabrimetal, empresa produtora de varão de aço, prevê atingir uma capacidade de produção de 10 mil toneladas/mês, no próximo ano contra as actuais oito mil a fim de diminuir as importações, segundo fez saber o seu director, Luís Diogo.

A empresa que produz varão de aço a partir de sucatas dispõe 550 colaboradores nacionais e 95 expatriados. O gestor considera a actual crise como uma oportunidade porque permitiu a aposta na qualidade e na procura da produção nacional.

Confirmou que os dados do Conselho Nacional de Carregadores registavam que o consumo de varão de aço no mercado nacional em 2012 rondava 25 mil toneladas/mês, mas devido à crise em 2015 este consumo baixou para a 16 mil.

## 6.6 Imposto Predial Urbano com défice de arrecadação de 6%

*Jornal O PAÍS*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Miguel Kitari*

No início do ano em curso, a expectativa do Executivo, através da AGI, apontava para a arrecadação de mais receitas com o IPU, comparativamente ao ano passado. No entanto, do crescimento previsto na ordem de 7% conseguiu-se apenas 1%, registando-se assim um défice de 6%.

A Administradora da AGI, Conceição de Matos, considera ligeiro o crescimento e avançou que estão em curso acções que visam aumentar os níveis de arrecadação de receitas.

"De Janeiro a Outubro o país arrecadou, através do Imposto Predial Urbano, mais de 27 mil milhões de Kwanzas, representando um aumento de 1% face ao período homólogo do ano passado, e cerca de 7% abaixo do nível esperado, conforme estimativas do Orçamento Geral do Estado de 2017", afirmou.

Inscrição dos imóveis e actualização dos valores patrimoniais, fiscalização do pagamento do imposto, nomeadamente incremento na comunicação, sensibilização dos contribuintes através de campanhas publicitárias, são outros dos desafios que a autoridade tributária vai desenvolver no sentido de inverter o quadro negativo, sobretudo no tocante ao IPU.

Apesar da arrecadação de receitas que fica longe do previsto, Conceição de Matos afirma que o sector imobiliário tem um papel fundamental em termos de contribuições fiscais, realçando o constante crescimento do referido sector.

#### Mais receitas tributárias

As receitas tributárias vão ganhar um novo incremento com a introdução das taxas de imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas, casas nocturnas, jogos e lotarias, de acordo com o Plano Intercalar do Executivo que contém medidas de política e acções para melhorar a situação económica actual.

De acordo com o Ministério das Finanças, o referido plano intercalar, cuja implementação iniciou em Outubro e termina em Março de 2018, prevê igualmente o aumento das taxas de imposto de consumo em produtos de luxo e serviços prestados por entidades externas.

As taxas de imposto previstas são aplicáveis tanto à produção dos bens em território nacional, tanto à sua importação, sem prejuízo dos regimes de isenção aplicáveis, quer na produção nacional, quer na importação.

Ainda no quadro da previsão de aumento das receitas tributárias, consta o incremento do imposto sobre as importações, a implementação de acções ligadas à revisão do regime de isenções, o regulamento da dívida aduaneira de entidades públicas, a eliminação do regime de regulamentação a posterior das obrigações aduaneiras.

A actualização do quadro de isenções tributárias e optimização do imposto industrial, de modo a equilibrar as necessidades fiscais do presente e do futuro, bem como a promoção da produção e do emprego, são outros aspectos constantes neste documento.

O Executivo prevê também, com este plano, aprovado a 10 de Outubro deste ano, na primeira reunião do Conselho de Ministros orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, implementar acções necessárias para a aplicação do

Imposto sobre o Valor Acrescido (IVA) no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2019.

## 6.7 Jefran - o bilingue da casa própria?! (Fim)

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Carlitoz de Kambambe*

As makas não param por aí, se o cliente desistir por incumprimento da Jefran, que não entrega a casa mesmo paga, ver-se-á à nora para ter o kumbu de volta, lutando mais de um ano pelo reembolso, sem sequer a Jefran se importar com correcção cambial, inflação, desvalorização, sem esquecer a compensação pelo tempo que o kumbu ficou a ser usado por eles deixando o cliente numa enorme expectativa em que teria a casa dentro do prazo. E nem sempre há a garantia de que o kumbu será devolvido. A empresa (mal) gerida pelos Srs. Francisco Simão da Silva e Gerson da Silva têm feito com cada tramoia que nem o maior bilingueiro teria pensado. Dentre os clientes há grávidas, hipertensos, diabéticos, idosos e outros cidadãos que precisam de cuidados especiais e que não deviam de modo algum ser expostos a essa triste situação.

Apesar de todas as reclamações feitas à direcção da empresa, os responsáveis dizem sempre que estão a resolver, não tarda entregarão as casas e devolverão o kumbu de quem quer. Há pouco tempo mudaram as regras contratuais novamente, obrigando os clientes a pagarem em menos tempo o valor das casas, caso contrário ser-lhes-ia devolvido o kumbu, mas com o câmbio de 130 Kz por USD, quando nem a Jefran aceita esse câmbio nos pagamentos, estando a rondar os 200 Kz por USD, acima do câmbio do BNA! Estranho é que as casas para o Ministério do Interior sempre foram entregues a horas, sem atrasos ou reclamações sonantes. Porque será que a casa para o cidadão normal sofre com esse cafrigue do Francisco e do Gerson!? Uns são filhos e outros não!? Dois pesos e duas medidas!?

Porque será que a casa para o cidadão normal sofre com esse cafrigue do Francisco e do Gerson?

Questões várias se levantam sobre esse filme de terror, que tem desgraçado famílias que venderam tudo na esperança do sonho ser realidade: ter casa. Quem são os poderosos donos da Jefran que não são chamados à justiça, continuam a bilingar a torta e a direito, sem que nada lhes aconteça!?

- Por que razão as instituições afins do Estado angolano não intervêm de forma séria, vigorosa,

imparcial e exemplar para garantir o direito dos cidadãos queixosos?

- Onde está o INADEC? As finanças? A AGT? Algo nos diz que as contas da Jefran estão certas, nem os impostos, nem taxas...

- Porque a Jefran tem a sua própria taxa de câmbio paralela? É o novo Mártires de Kifangondo?

- Se aceitam cobrar (e pagamentos) em USD e euros, porquê que não devolvem na mesma moeda? Para quê pagar em Kz ao câmbio de 2015?

- Até que ponto um negócio feito com base nos moldes da Jefran e num contrato suspeito, deve continuar a ser feito sem que as instituições de direito ponham cobro à situação para não haver mais cidadãos lesados?

Até quando a impunidade vai proteger os prevaricadores e prejudicar os clientes? Será que os clientes terão de pedir a intervenção do Sr. Presidente da República, para corrigir o que está mal com as casas da Jefran e o dinheiro dos clientes? Sério!?

O que vai na cabeça dos donos da Jefran quando estão em casa, a comer, beber, descansar, conviver com a família no bem bom, com saúde, alegria, segurança, conforto, dinheiro à custa de sangue, suor, lágrimas e lamentos (há quem esteja a praguejar!) de milhares de almas que apostaram tudo para viverem de forma condigna!? Assim mesmo está bom!? Cadê a missão e os valores ditos pela Jefran!? Será o projecto Jefran mais um bilingue da casa própria?

## 6.8 Moradores retirados da Chicala jogados nas matas da Kissama

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Isabel João*

Há quase quatro anos que o Governo Provincial de Luanda, na altura chefiado por Graciano Domingos, retirou mais de mil famílias do bairro do Kilombo, no distrito urbano da Ingombota, para o bairro da Ilha Dourada, no município da Kissama. A promessa feita na altura, de acordo com os moradores, era de que depois de três meses cada família receberia uma moradia.

A equipa de reportagem deste semanário descolou-se até ao município da Kissama para saber como vivem os cidadãos retirados compulsivamente do Kilombo. Tristeza patente no olhar de idosos, jovens e crianças, com pouca ou nenhuma força para enfrentar as

dificuldades por que passam, foi o cenário constatado.

As famílias, que se encontram abrigadas desde Janeiro de 2014 no bairro da Ilha Dourada, na Kissama, estão aflitas com as condições de vida, que a cada dia pioram, por falta de tudo naquela zona. Capim, maus cheiros, mosquitos, cobras e falta de saneamento básico marcam o ambiente onde mais de mil pessoas vivem desconfortavelmente em casas de chapas de zinco. O bairro está a alguns metros do rio Kwanza e a altura do capim é o cartão-de-visita para quem passa por aquela zona de Luanda.

Quanto ao ensino, muitas crianças do bairro, por falta de vagas, não frequentam a escola. A única que lá existe, a 736, conta com 14 salas de aulas e lecciona em dois períodos.

A alguns metros das casas de chapa, o Novo Jornal encontrou 11 residências feitas de esferovite cujas obras, segundo os moradores, paralisaram no início de 2016.

Francisca Esperança, uma moradora do bairro do Kilombo transferida para a Ilha Dourada, conta que tudo começou em Janeiro de 2014. Sem aviso prévio, nem alternativas para alojar os moradores, foram destruídas as casas daquele bairro, na Ilha de Luanda.

Na altura da retirada dos moradores, de acordo com a entrevistada, foi feita uma lista para o registo dos nomes e os proprietários das casas receberam fichas de identificação, tendo sido depois transportados para o município da Kissama, concretamente para o bairro da Ilha Dourada, que se encontrava completamente vazio e sem condições de habitabilidade. "Só Deus sabe o que nós passámos aqui, foram dois dias ao relento. Só ao terceiro dia é que nos deram tendas para fazermos de casa e podermos ficar com as crianças. Não sei que tipo de Governo é esse que faz uma maldade dessas com o seu povo. Não é justo o que estamos aqui a viver", disse, em tom de desabafo.

De acordo com Francisca Esperança, de 36 anos, tem sido um martírio viver naquela zona, por falta de tudo e ainda pelos vários riscos que os populares correm por viverem na mata. "Aqui nós vivemos com vários bichos dentro de casa, principalmente cobras. Dois dos meus filhos já foram parar ao posto médico por causa de picadas de cobras. É difícil e não nos parece haver solução para isso", reclamou.

## 6.9 Obras precisam ser fiscalizadas

*Jornal Economia*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Vânia Inácio e Regina Handa*

Aldo Celestino

O funcionário público, Aldo Celestino, disse que algumas obras públicas têm uma péssima qualidade, tendo aconselhado ao Governo maior rigor, por altura da contratação das empresas construtoras.

O interlocutor revela que a fiscalização, das obras, principalmente das estradas, o Executivo tem que "monitorar rigorosamente todos os passos que as construtoras estiverem a fazer para termos vias duráveis e com qualidade".

Hélio Cunha

Por sua vez, Hélio Cunha, funcionário público, entende que a fiscalização deve controlar melhor a qualidade das obras.

"Penso que até nestes edifícios espalhados pela cidade de Luanda, existem várias irregularidades. Temos de velar pelos critérios técnicos e criar canais de fiscalização efectiva, para acompanhar os projectos e exigir que se atinja os padrões mínimos de qualidade", destacou depois de frisar que "queremos ver o país cada vez mais organizado e bonito".

Alfredo Congo

Alfredo Congo, carpinteiro de profissão, destaca que grande parte das obras executadas no país, tanto pelos empreiteiros nacionais, como por estrangeiros, não tiveram um acompanhamento correcto, por parte das empresas de fiscalização.

"É por isso que vemos em pouco tempo, muitas dessas obras começar a apresentar fissuras", afirmou.

José Diogo

Na visão de José Diogo, funcionário público, nota-se que as obras espelhadas aparentam alguma qualidade, mas "só sinto isso em relação a edifícios".

"Se por um lado temos edifícios e jardins a melhorar, por outro, e em contrapartida temos as estradas que deixam muito a desejar. No meu entender, a fiscalização falhou, porque as estradas continuam esburacadas, o que mostra talvez, a fraca qualidade do material usado".

José Martins

Para o supervisor de limpeza e jardinagem, José Martins, os novos edifícios apresentam uma arquitectura moderna, o que está a melhorar a imagem da cidade.

"Acho que por conta da crise existem muitas obras estagnadas, mas de um modo geral, os designers dos edifícios têm melhorado muito, e de certo modo está a contribuir para o embelezamento da nossa cidade. Agora é necessário apostar na manutenção", espera.

Lucas Costa

Lucas Costa, é mestre-de-obras. Alertou que o grande problema reside na higiene e segurança no trabalho nas obras.

"Temos tido dificuldades de nos proteger, porque há vezes que não temos capacetes, botas de protecção, entre outros. Se queremos ver melhorias na qualidade das obras, as empresas construtoras devem apostar também nas condições de trabalho das pessoas" alertou.

Divina Mimososa

A estudante Divina Mimososa sublinha que o mercado já teve muitas obras, mas actualmente vê-se algum abrandamento.

"É preciso que as entidades de direito exijam e façam a manutenção e fiscalização das obras, porque muitas delas acabam por degradar com facilidade", frisou.

A estudante entende que ainda assim, o mercado "tem algumas obras com bastante qualidade como, por exemplo, os novos viadutos inaugurados, recentemente, edifícios e muitas outras".

Cristina Mariano

Cristina Mariano é estudante. Ressalta que quando "uma obra não é acompanhada correctamente por um fiscal competente, o resultado é haver qualidade duvidosa e que pode no futuro trazer consequências trágicas".

Chama atenção "à necessidade das pessoas não pensarem apenas no lucro, mas sobretudo, na segurança dos outros. Deve-se também apostar na qualidade do material a ser utilizado, na mão-de-obra qualificada, para que se obtenha um resultado".

## 6.10 Tribunal ordena a general a devolução de imóveis

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

O Tribunal provincial de Luanda ordenou a restituição de dois complexos habitacionais compostos por 60 apartamentos que alegadamente terão sido tomados à força pela família do general António Francisco de Andrade.

A empresa queixosa, Africa Growth Corporation (AGC), já tinha intentado uma acção judicial em solo norte-americano, por alegado roubo de 55 milhões de dólares a uma empresa que tinha sociedade na construção de imóveis na Ilha de Luanda.

De acordo com o processo nº 2911/2017-B, o Tribunal provincial de Luanda deu provimento ao pedido de providência cautelar de restituição provisória de posse, segundo informações publicadas por vários sites nacionais.

"Ordeno a imediata restituição provisória dos complexos habitacionais denominados ISHA e PINA, pertencentes às Requerentes, designadamente à sociedade Illico-Comércio e prestação de Serviço e à Sociedade AGVP Lda., respectivamente", lê-se na sentença proferida pela juíza Zinaida da Costa Mendes, da 1.ª Secção do Cível e Administrativo.

A queixa foi apresentada no dia 15 de Novembro pela Africa Growth Corporation, empresa sedada nos Estados Unidos da América, contra a República de Angola.

A juíza considerou inequívoca a produção de provas Zinaida da Costa Mendes concluiu que a acção de expropriação das propriedades executadas pelo general e seus filhos, a procuradora da República Natasha Andrade Santos e o capitão das FAA Miguel Kenehele Andrade, "foi violenta".

## 6.11 Ex - militares e viúvas recebem casas sociais

*Jornal de Angola*

*04 De Dezembro de 2017*

Ex-militares, viúvas e seus descendentes receberam na aldeia Camela Amões, município do Cachiungo, no Huambo, casas sociais mobiliadas da tipologia T3, incluindo um anexo de 100 m<sup>2</sup>, um espaço para a lavoura e criação de animais, e fornecimento de energia por sistema de painéis solares, no âmbito do

projecto de reforma e requalificação desta zona do meio rural.

A entrega das chaves das casas foi feita pelas autoridades tradicionais da região, na presença do presidente do Conselho de Administração do grupo ASAS, António Segunda Amões, responsável pela execução do projecto, que prevê construir, até 2025, duas mil casas sociais no Cachiungo.

Almeida Chinganguela, um dos beneficiários, disse que nunca sonhou ter uma casa com estas condições. "Quando fui desmobilizado do serviço militar em 1992, com a patente de sargento, perdi as esperanças de vida, porque o subsídio que recebo não chega para construir uma casa de 'barro', nem para cuidar dos filhos".

Nas palavras de Loudrina Tchampula, viúva de um ex-militar e mãe de oito filhos, o projecto que está a ser executado pelo empresário António Segunda Amões "é mesmo uma obra de Deus. A partir de agora é só alegria e mais vontade para trabalhar a terra", disse emocionada.

Na ocasião, o presidente do grupo ASAS, António Segunda Amões, disse que nenhum habitante da aldeia, sobretudo os que estão registados, ficará sem casa, por ser um compromisso "assumido com um povo especial, que trabalha a terra noite e dia", sendo, por esta razão, responsabilidade da classe empresarial nacional levar os "vestígios da Independência, com várias iniciativas, às localidades".

O empresário garantiu que o grupo ASAS vai continuar a apoiar acções que visam melhorar a qualidade de vida da população.

## 6.12 China importa menos crude, mas Angola mantém-se o segundo fornecedor

*Jornal O PAÍS*

*16 De Outubro de 2017*

*Texto: Luís Faria*

No primeiro relatório mensal sobre o mercado petrolífero após a extensão do acordo entre a OPEP e outros 10 produtores quanto ao corte de produção até ao final do próximo ano, a organização que reúne 14 países exportadores, entre os quais Angola, reduziu a sua produção, em Novembro, em 133,5 mil barris por dia.

A produção angolana foi a que mais recuou e terá diminuído, no último mês, 108,7 mil barris diários, de acordo com as habituais 'fontes secundárias' citadas



pela organização, caindo para um valor abaixo de 1,6 milhões de barris. Deste modo, Angola terá produzido abaixo do limite que se obrigou a cumprir no âmbito do corte global de cerca de 1,8 milhões de barris diários acordado por 24 países para equilibrar o mercado. A quota de produção angolana mantém-se em 1,673 milhões de barris por dia, ou seja, um corte de 78 mil barris em média diária.

Já do ponto de vista das 'comunicações directas' relativas ao nível de produção, também compiladas pela OPEP, Angola produziu em Novembro 1,607 milhões de barris por dia, mais 6 mil barris que no mês anterior.

No seu conjunto, os países filiados na OPEP reduziram a produção, em Novembro, em 133,5 mil barris diários. É a Arábia Saudita que apresenta, com base nos dados obtidos através de 'fontes secundárias', a seguir a Angola, a maior redução mensal (menos 45,4 mil barris por dia), o que sinaliza a vontade do maior produtor da OPEP em cumprir o acordo que tem por objectivo obter o equilíbrio no mercado e a estabilidade do preço do crude num patamar aceitável (que será, pelo menos, acima de USD 60). O país que mais aumentou a produção foi a Nigéria, apresentando um registo de 1,79 milhões de barris por dia e garantido o estatuto de maior produtor africano. Recorde-se que a Nigéria passou a estar vinculada, no âmbito da decisão de estender até ao fim de 2018 as restrições à produção, ao regime de cortes, estando agora sujeita a uma quota.

No mês anterior ao da publicação do documento da OPEP, em Outubro, Angola manteve, a seguir à Rússia, o seu estatuto de segundo fornecedor de petróleo bruto à economia chinesa, apesar de, no mesmo mês, a China ter diminuído as suas importações da matéria-prima energética em 19%, o correspondente a cerca de 1,7 milhões de barris por dia, face a Setembro. No entanto, na comparação anual, que confronta as importações chinesas em Outubro deste ano com as realizadas pela potência asiática em igual mês de 2016, aquelas cresceram 8%. Angola e Rússia, os principais fornecedores, viram as suas exportações de petróleo para o gigante asiático cair 26% e 29%, respectivamente. Pelo contrário, a Arábia Saudita, o terceiro fornecedor de petróleo à economia chinesa, aumentou, em Outubro, as suas exportações de petróleo para a China em 4 %.

A OPEP mantém as suas previsões para a procura mundial, onde sobressai a China entre os países não pertencentes à OCDE - que é vista como o clube das economias mais desenvolvidas - tanto no que respeita a este ano como ao próximo: crescerá 1,53 milhões

de barris por dia em 2017 e 1,51 milhões de barris por dia em 2018.

Estima, no entanto, que a produção dos países não integrados na organização cresça mais que o previsto na sua última avaliação, apontando agora para um aumento de 0,81 milhões de barris por dia, mais 0,15 milhões de barris do que o estimado no anterior relatório. Também em 2018 a estimativa para a produção de países não filiados é revista em alta, de 0,12 milhões de barris diários para 0,99 milhões. Para tal contribui a produção norte-americana para o próximo ano, que deverá crescer mais de um milhão de barris por dia.

Mesmo assim, a OPEP acredita que no final de 2018 o mercado estará equilibrado, num momento em que o preço do Brent (referência das ramas angolanas) parece ter conquistado um 'chão' na cotação de USD 63 por barril, tendo chegado inclusive, esta semana, a superar USD 65.

### 6.13 Empresas chinesas com lucros, apesar das dificuldades

*Jornal O PAÍS*  
19 De Dezembro de 2017

O actual momento de crise, causado pela baixa no preço do petróleo no mercado internacional, segundo o empresário, constitui a principal causa das dificuldades de repatriar os lucros obtidos pelas empresas.

No meio desses obstáculos, informou, alguns empresários têm optado por estender os negócios para domínios como a agricultura.

É o caso de um investimento na província da Lunda-Norte, onde produzem maracujá, alface, tomate, milho, melancia, pimento e cenoura.

O líder associativo afirmou que as dificuldades para repatriar os lucros, assim como de obter divisas para importar bens diversos, desencorajam os investidores chineses.

Segundo o presidente da associação, há muitos empresários chineses no ramo do comércio que enfrentam muitos obstáculos para manter o negócio. "Eles estão ligados à importação e exportação, mas com a falta de divisas, resultante da crise, correm o risco de falir".

Por outro lado, referiu que os bancos não têm respondido positivamente às suas solicitações de divisas e, como solução, recorrem ao mercado informal que é muito caro.

Para si, o ambiente de negócios no país ainda é muito instável e prejudicial à atracção de investidores, mas acredita que, se a situação melhorar, mais empreendedores chineses virão a Angola.

A título de exemplo, referiu que até antes da crise havia pelo menos 300 mil chineses em Angola, cifra que caiu para 100 mil devido à baixa do preço do petróleo - situação que fez também muitas obras paralisarem.

Em função da nova realidade, empresários chineses começaram a direccionar os seus negócios para a agricultura e pesca, ao contrário da construção e comércio, sectores que receberam muitos investimentos.

#### Cumprimento dos Deveres fiscais

Questionado sobre se as empresas associadas têm pago os impostos devidos, disse que cumprem as obrigações tributárias, mas reconheceu que tiveram, durante algum tempo, barreiras relativas ao conhecimento de leis de natureza fiscal. Referindo-se a empresas que estão no Shopping Kilamba, sendo a maioria associadas, disse que 80 por cento paga impostos, como o industrial, IRT, de selo e também a segurança social dos trabalhadores.

He Faming refutou a crítica aos chineses referente a salários baixos oferecidos aos trabalhadores angolanos, argumentando que o país pratica um ordenado básico na ordem dos 17 mil Kwanzas e que eles cumprem a lei.

## 6.14 Empresas chinesas com lucros apesar das dificuldades do país

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Dezembro de 2017

A classe empresarial chinesa em Angola tem negócios rentáveis em vários segmentos da economia, mas enfrenta algumas dificuldades, como o repatriamento de capitais, declarou esta semana o presidente da Associação dos Empresários Chineses em Angola, He Faming.

O actual momento de crise, causado pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, segundo o empresário que falava à Angop, constitui a principal causa das dificuldades de repatriar os lucros obtidos pelas empresas.

Em meio a esses obstáculos, informou o dirigente da associação, alguns empresários têm optado em estender os negócios para domínios como agricultura.

É o caso de um investimento na província da Lunda Norte, onde produzem maracujá, alface, tomate, milho, melancia, pimento e cenoura.

O líder associativo afirmou que as dificuldades para repatriar os lucros, assim como de obter divisas para importar bens diversos, desencorajam os investidores chineses.

Segundo o presidente da associação, há muitos empresários chineses no ramo do comércio que enfrentam muitos obstáculos para manter o negócio. "Eles estão ligados à importação e exportação, mas com a falta de divisas, resultante da crise, correm o risco de falir".

Por outro lado, referiu que os bancos não têm respondido positivamente às suas solicitações de divisas e como solução recorrem ao mercado informal que é muito caro.

Para si, o ambiente de negócio no país ainda é muito instável e prejudicial à atracção de investidores, mas acredita que, se a situação melhorar, mais empreendedores chineses virão a Angola.

A título de exemplo, referiu que até antes da crise, havia pelo menos 300 mil chineses em Angola, cifra que caiu para 100 mil devido à baixa do preço do petróleo - situação que fez também muitas obras paralisarem.

Em função da nova realidade, empresários chineses começaram a direccionar seus negócios para agricultura e pesca, ao contrário da construção e comércio, sectores que receberam muitos investimentos.

Quando questionado sobre o cumprimento dos deveres fiscais, sobretudo, se as empresas associadas têm pago impostos, disse que cumprem com as obrigações tributárias, mas reconheceu que tiveram, durante algum tempo, barreiras relativas ao conhecimento de leis que regulam matérias fiscais.

Referindo-se a empresas que estão no Shopping Kilamba, sendo a maioria associadas, disse que 80 por cento paga impostos, como o industrial, IRT, de selo e também a segurança social dos trabalhadores.

He Faming refutou a crítica contra os chineses sobre a oferta de salários baixos aos trabalhadores angolanos, argumentando que o país pratica um ordenado básico na ordem dos 17 mil kwanzas e que eles cumprem a lei.

## 6.15 Cidadão reivindica direito de construir no próprio terreno

*Jornal O Crime*

*23 De Dezembro de 2017*

O caso nos faz recuar até 1977, quando Maurício António Joaquim, comprador do imóvel situado na província do Uíge, município do Negaje, Rua B, casa nº5-A, destinado a fins habitacional e comercial, o mesmo era ocupado por quatro inquilinos: um na parte principal, um na loja e dois nos anexos, a dependerem todos de uma única entrada que dá acesso ao quintal.

Com o surgimento da lei sobre a venda do património habitacional do Estado, foi autorizado à compra da parte habitacional, menos a parte comercial porque a lei, na altura, não abrangia a venda. Assim, todos os inquilinos foram advertidos pela Comissão Provincial para a Venda do Património Habitacional aquando da avaliação dos espaços, pelo que ficaram preocupados em saber o que seria da posição deles, já que deixaram de ser permitidos em requerer à compra dos anexos a parte principal. "Em Setembro de 1991, a Delegação Municipal de Finanças de Negage cedeu-me a certidão para o requerimento do imóvel. Em Abril e 1992, requeri a compra ao Ministério das Finanças, autorizado e avaliado em Maio, no valor de 1.550.260kzs. Meses depois, surgiu a guerra e a cidade ficou despovoada e desabitada, alguns refugiando-se para as aldeias e outros para Luanda e eu retomei à cidade doze meses depois, vindo de uma aldeia onde encontrava-me refugiado", refere.

"Tendo retomado a minha casa na altura, como o único morador no imóvel, a maior parte das casas da cidade estavam desabitadas. Meses depois, fui deparando-me com alguns inquilinos vizinhos do imóvel sem interesse em querer voltar a viver nos anexos por duas razões: 1ª, em saber que a casa tinha sido comprada e 2ª porque tinham perdido todos haveres, assim como o senhor que geria a loja. Nesta altura, vivíamos sem nenhum órgão administrativo porque a cidade estava ocupada pela UNITA", conta Maurício Joaquim.

Em 1997, continua, deixou a cidade do Negage para Luanda por questões profissionais, tendo deixado uma família em casa com a mínima manutenção, visto que as casas estavam degradadas devido a guerra, registada em 1992. Depois da retomada da cidade pelo Governo, a Direcção da Habitação teve necessidade de fazer o levantamento habitacional, visto que alguns imóveis encontravam-se desocupados por consequência da degradação e outros pelo facto de os seus proprietários

encontrarem-se fora da cidade, por, igualmente, questões profissionais e outros por desgosto.

Assim, a Administração Municipal deu ultimato a todos os titulares de imóveis na cidade do Negage para regularização dos mesmos. Tomando conhecimento deste anúncio, deslocou-se à referida cidade, para regularização do imóvel, conforme orientação da Delegação, obrigado a reavaliar o imóvel em 2002, tendo ficado no valor de AOA 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos Kwanzas), sendo que nesta altura só era permitido a avaliação para a parte habitacional, pelo que ficou de resolver sobre a parte comercial, como inquilino, visto que o antigo inquilino não tinha interesse em renovar o contrato. Preocupado com a regularização da loja, e porque o imóvel estava a degradar-se cada vez mais, afirma Maurício, havia necessidade urgente de intervenção, para reabilitação do mesmo, visto que não era possível a intervenção por parcela, na medida em que o tecto é comum e de matriz única.

Segundo o mesmo, ao longo da regularização dos imóveis, muitos chegaram tarde em fazê-lo e os aproveitadores de bens alheios ocuparam o que nunca os pertenceu, com auxílio e conivência de colaboradores das delações de habitação, sem saber que alguns imóveis já tinham sido vendidos, violando todas as regras estabelecidas.

"É assim que sou surpreendido, em Luanda, pelo meu compadre, depois de ser despejado por ocupação ilegal do imóvel, apresentando-me interesse em querer ficar em minha casa, mas eu disse que não era possível, porque não tinha concluído a regularização. A partir desta data, foi insistindo, chegando a aparecer com a proposta de trocar a casa por uma outra que tinha sido atribuída pelo administrador, na inocência que eu tinha a casa comprada", revela.

Meses depois, sublinha, um responsável afecto à Direcção Municipal da Habitação ligou para si, dizendo que a legalização da loja a seu favor não foi aceite porque o administrador cedeu ao cidadão Jacinto, isto depois de ser desalojado da residência de outro proprietário, identificado apenas por Guilherme, aonde tinha tentado, mas sem sucesso. Insatisfeito com o ocorrido, em 2009 fez uma reclamação à Direcção Provincial de Urbanização e Habitação, com cópia da administração do Negage, a solicitar que fosse vedada a continuação de realização de benfeitorias, bem como suspender o contrato de Jacinto Gomes Joaquina, mas nunca teve resposta.

"Sempre que fosse saber, diziam que o documento ainda não tinha sido despachado. Nesta altura, a viver em Luanda, era obrigado a deslocar-me ao Uíge

todos os meses e sem sucesso, porque os responsáveis dessas áreas dificilmente me recebiam. Desesperado com a situação, resolvi arranjar alguns mestres para fazer alguns arranjos no imóvel e os mesmos foram impedidos pelo senhor Jacinto", queixa-se.

Tomando conta da situação, deslocou-se ao Negage para saber o que estava a se passar, encontrando Jacinto a fazer algumas reparações no imóvel que, por sinal, eram as mesmas que pretendia fazer, ao que perguntou-lhe a razão daquele proceder, tendo como resposta que ele não estava ilegal, por isso, devia fazer o que quisesse. "Então, pedi-lhe que fôssemos à Habitação, mas disse que não tinha nenhum problema com aquela. Porém, como não queria confrontar-me com ele, resolvi surpreender o director na rua, porque se fosse no seu gabinete não seria capaz de receber-me. Pondo-lhe a questão, ele disse-me que o meu caso era com a Direcção Provincial", referiu.

Nos fins de 2009, quando Jacinto deu conta das providências que Maurício tomava, resolveu, por iniciativa própria, construir um anexo no quintal, de tomava a vedar o acesso único ao quintal. "Desde 1977 que vivo aí, nunca nenhum inquilino pensou em cometer essas asneiras num imóvel daquele modelo arquitectónico, da era colonial, com uma engenheira perfeita", disse, adicionando que aquele espaço que já foi utilizado por várias instituições e nunca nenhuma delas pensou em criar divisões.

Em 2011, já desapontado com a situação, informou à Direcção Provincial, aonde encontrou um novo chefe, expôs o problema e, admirado, solicitou o documento em que continha a reclamação a Daniel Segundo, o responsável do processo, ao que, sob orientação daquele, remeteu de novo, como segunda entrada, a 29 de Junho de 2011, sendo que a primeira data de 01 Setembro de 2009.

No Negage, contactou o administrador, explicou-lhe a situação e este, por sua vez, solicitou o documento ao responsável da Direcção Municipal da Habitação, mas não foi encontrado. Pediram-lhe uma cópia e voltou a dar entrada, pela segunda vez, no dia 06 de Junho de 2011, sendo a primeira no dia 02 Setembro de 2009, dizendo que só a Direcção Provincial poderia resolver o seu caso. "A partir desta data, fiquei desorientado com a prática administrativa da Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação do Uíge e Negage", desembuchou.

Aos 30 de Junho de 2011, escreveu uma carta ao Governo Provincial a informar o sucedido e as más práticas administrativas daí, solicitando uma audiência ou que lhe passassem a ficha de avaliação para

compra da parte comercial, segundo o artigo 1028º nº 3 do Código Civil, abrindo uma excepção para garantir a reconstrução do imóvel que está a ficar aos escombros, mas não teve nenhuma resposta. Desapontado, em Julho de 2012, recorreu ao Ministério das Finanças, apresentando a mesma solicitação. Este, sem demora, respondeu-lhe por escrito em Maio de 2013, dizendo que teria que aguardar pela resposta da Direcção Nacional do Património do Estado.

Obtida a resposta em Julho de 2014, que dizia que, por se tratar de pequena actividade económica, regida pelo decreto nº 60/91 de 18 de Outubro, o assunto devia ser concertado ao nível do Governo Provincial onde se localiza o imóvel. Segundo ele, os mesmos documentos que deu entrada em 2009 e 2011 à Direcção do Urbanismo e Habitação não foram despachados até agora, pelo que, sendo assim, resolveu constituir um advogado, junto ao escritório David Mendes e associados.

Nessa conformidade, seu advogado deu entrada à primeira carta ao Governo Provincial no dia 25 de Junho de 2013, no dia 24 à Direcção do Urbanismo e Habitação e à Administração Provincial do Uíge, a solicitar ao Governo Provincial para que tomasse medidas, de forma que fosse possível resolver o conflito por via extrajudicial, responsabilizado as pessoas de má-fé que estão a impedir o bom funcionamento das instituições públicas e a manchar o bom nome da Administração.

"Várias vezes solicitadas as respostas, nunca as tínhamos. A lição era tão bem estudada que nas três instituições diziam-nos o mesmo: ainda não foi despachado. Por vezes, encontrávamos funcionários que respondiam-nos que quem recebeu o documento já não trabalhava ali, como se o funcionário levasse o documento consigo!", Diz, agastado. Sem as respostas da primeira carta enviada pelos advogados, deram entrada da segunda, em 2015, ao Governo Provincial, com anexo da resposta da carta do Ministério das Finanças, mas também não obtiveram resposta.

"Uma das vezes, ao saber das respostas do Governo Provincial, insisti em não sair da secretaria sem falar com o chefe que, ao ver a minha inquietação, ajudou-me em saber da documentação e disseram-me que não tinha nenhuma aí. O senhor, aborrecido, aconselhou-me a fazer aditamento das mesmas e assim se fez, dando-se entrada no dia 18 de Agosto de 2017, com cópia da Direcção do Urbanismo e Habitação", conta.

Ao saber sobre os despachos dos mesmos, estes disseram-nos que o assunto foi encaminhado para a

Direcção de Urbanismo e Habitação e, assim, no dia 13 de Outubro de 2017, os seus advogados receberam uma convocatória, assinada pelo director de Urbanismo e Habitação, a solicitar um encontro para o dia 17, às 09 horas, na Direcção de Habitação. Lá, recebidos por Daniel Segundo, enviado pelo seu director para orientar o encontro, havia divergências sobre o que eles alegavam e o entendimento daquele. Assim, marcou-se para a semana a seguir, a ida ao terreno, para constatação "in loco". Mas ainda assim, depois de Daniel Segundo, o representante de urbanismo e habitação, não solucionou o caso, porque os representantes não tinham poder de decisão.

Impedido de reconstruir no seu imóvel, porque, como diz, é impossível fazê-lo parcialmente, e profundamente agastado com a situação, Maurício Joaquim pede aos órgãos de direito que velem sua situação, pois crê que por detrás da má administração com que lida, corrupção e falta de senso e transparência, ainda existem homens de bom senso, amigos da verdade justos e honestos.

## 6.16 A fronteira entre os dois Golfes

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2017*

*Texto: João Pedro*

Nos últimos anos, a cidade de Luanda vem registando um crescimento demográfico assustador. Nasceram vários bairros, uns a seguir aos outros. No início dos anos 90, poucas pessoas pensavam morar em zonas como Benfica, Ramiros, Camama ou Viana. Mas, hoje, estes bairros estão muito povoados. Novas terras são descobertas e habitadas pela população carente, que, regra geral, chega primeiro que a administração do Estado.

Apesar disso, nos bairros antigos, com casas erguidas e bem conhecidos, ainda existem espaços e histórias surpreendentes, por descobrir. Nas imediações do Golfe 2, Kilamba Kiaxi, numa paragem de táxi, os cobradores apregoam: "Vala/Caminheiro, 100 Kwanzas...". O repórter do Luanda, *Jornal Metropolitano* (LJM), que andava por aquelas bandas, ficou intrigado, pois não conhecia o lugar anunciado. Será que o caro leitor e munícipe conhecem onde se localiza?

Geograficamente, este ponto fica situado entre os Golfes 1 e 2, no rio Cambamba. Os moradores chamam-no "Vala", pelo facto de apenas correr água no tempo chuvoso. Na verdade, o rio que envia a água para a vala nas- ce nas imediações do condomínio dos Cajueiros, no Golfe 2. Corre até à

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", desce, atravessando a ponte do Nguami Maka, que dá à zona 10, do bairro Golfe 1, não muito distante da Praça dos Correios.

No táxi para o Golfe 2, com destino à Vala/Caminheiro, passa-se por inúmeras ruas, bastante movimentadas: vendedores, compradores e até crianças misturam-se. O condutor do táxi é obrigado a reduzir a velocidade.

Paulo Manuel avisa: "aqui, o melhor é não teres pressa. Se atropelas uma criança, tens que ter sorte. A população aqui não pergunta; dá-te uma boa surra e, pode acontecer, estragam-te o carro. Aqui tens de ter muita calma", aconselhou o taxista, com um sorriso. Depois de, aproximadamente, dez minutos de andamento, chegamos à ponte do Nguami Maka. Rapidamente, o cobrador perguntou aos passageiros: "quem fica na vala?". Desceram apenas duas senhoras. Logo, apercebemo-nos que este é um ponto de referência para quem vive nas imediações da ponte Nguami Maka e que Caminheiro é o nome de um colégio que fica na Zona 10 do Golfe 1, sendo a paragem final.

O Hiace, com os outros ocupantes, incluindo o repórter do LJM, continua o seu trajecto. Em conversa, descobrimos que a ponte da Vala é uma zona muito perigosa. Há registo de muitos assaltos.

### Reclamação dos Municípes

Em Julho deste ano, o Governo construiu, no Nguami Maka, sobre o rio Cambamba, uma ponte metálica com 30,48 metros de comprimento e largura de 7,35 metros.

A ponte veio beneficiar tanto a mobilidade rodoviária quanto a de peões. Os moradores enalteceram a obra. Mas aqueles que viram as suas residências demolidas, pela construção da infra-estrutura, queixam-se da administração local, que tarda a indemnizá-los.

Nzatoto Pedro teve a casa parcialmente destruída. Ele disse que, antes do início da construção, os técnicos da Administração "estavam a obrigar os moradores a assinar papéis em branco. Nós recusamo-nos. Até agora, não temos resposta da administradora, nem do Gabinete Técnico, que, antes da construção, procurou os moradores para os sensibilizar sobre os benefícios da construção", lamentou.

O morador pretende reconstruir o seu quintal, que foi demolido pela administração, para não ser invadido pelas águas da chuva. "Hoje, depois de muitos meses, estamos numa situação triste. Partiram todo o meu quintal e uma parte da residência.

Quando chove, a água invade o interior da casa, o que me deixa muito triste".

Marceneiro de profissão Nzatoto Pedro usava o seu quintal como oficina, mas agora, devido à demolição, "desenrasca" a vida como taxista. "Não tenho espaço para guardar as obras feitas", justifica-se. Por isso, pede ao Governo Provincial de Luanda maior a atenção e consideração às reclamações dos munícipes.

Adão Garcia teve sorte diferente. Viu a sua casa a ser totalmente demolida. "Fomos burlados pelos técnicos da administração. Acho que alguns deles tiraram benefícios. Tenho cinco filhos e, por causa desta situação, fui obrigado a viver em casa da minha sogra", desabafou o cidadão, que ainda tem esperança em ver o seu caso solucionado.

Com a circulação de água já obstruída, muito lixo vai parar à vala, gerando um cheiro nauseabundo. Basta atravessar a rua, chegamos ao Largo da Kitanda, já na direcção de quem vai ao Largo Deolinda Rodrigues ou, em caso de contornar à esquerda, ao Aeroporto, com as ruas cheias de lojas de venda de peças e acessórios de automóveis, aí convenientemente instaladas para alimentarem a barricada de carros parados e os trabalhos de mecânica.

## INTERIOR

O primeiro obstáculo para se chegar dentro do espaço é achar um letreiro ou seta que indique qual, entre tantas portas, é a principal, a dos utentes que queiram expor à direcção assuntos diversos. Antes, é preciso rodá-la a 360 graus, percorrendo a parede que não oferece mais do que a flagrante poluição visual, resultante de cores e nomes de estabelecimentos escritos cada um à sua maneira e cor, que vão de lojas de alimentação da uma conhecida rede a dormitórios ocasionais, como uma pensão com nome de tipo de dança e música. Ou, e talvez até a rápida solução, pedir a um dos seguranças que fazem de alguns carros aí parados como suas moradias que indique onde se dirigir para se chegar à porta da direcção.

Lá dentro, rés-do-chão e primeiro piso estão ocupados com roulettes que vendem comida rápida, um restaurante que serve sopas e almoços e o escritório da Brigada Jovem de Literatura. No momento da nossa reportagem, o grupo teatral NAI - Núcleo de Arte Independente - ensaiava 'no local. É do segundo piso que se pode ver a arena, em progressivo estado de degradação.

Negócio dominado por “mamadus”

Não são apenas angolanos a fazerem trabalhos de mecânica. Há um grupo de indivíduos oriundos da

África do Oeste, vulgo mamadus, que ganharam grande aceitação da clientela angolana, que recorre a estes mestres por serem pessoas "muito honestas", conforme qualificou um jovem que lhe foi indicada a oficina da Tourada como grande trunfo para resolver o seu problema de motor. Postos no local, apuramos que é mesmo a oficina mais concorrida, sempre a receber carros grandes e pequenos, com problemas mais ou menos complexos.

Um dos mestres disse à nossa reportagem que trabalha neste recinto da Tourada há mais de 8 anos, já tendo conquistado a confiança dos clientes angolanos, sem contar os carros dos seus conterrâneos que não paravam de chegar ao local.

Um outro mestre preferiu enveredar pelo negócio, sendo sua propriedade a loja de peça mais frequentada.

Os carros sem solução ou cujos proprietários ainda não dispõem de verbas suficientes para comprar peças, são aí guardados, controlados por uma empresa de segurança que garante que ninguém surripie acessórios na calada da noite. Isso leva os clientes a ficarem descansados, confiantes nos mecanismos de segurança adoptados, tanto que alguns deixam aí os seus carros por meses.

Por outro lado, verificamos que todos os serviços de mecânica são feitos por pessoas que não estão minimamente no rigor das regras exigidas em segurança no trabalho, desprovidos até do famoso fato-macaco de mecânico, quanto mais bota e capacete. Sendo que é uma oficina a céu aberto, perguntamos como precedem quando são atacados pela necessidade de urinar ou defecar, ao que responderam que urinam mesmo à volta mas, para defecar socorrem-se das latrinas dos estabelecimentos.

Esta é, à vista, a vida à volta da Tourada, onde o lixo cresce, o negócio flui e a cultura sai como enteeda.

## 6.17 Comércio entre Angola e China aumentou quase 50%

*Jornal O PAÍS*

*30 De Dezembro de 2017*

As trocas comerciais entre Angola e China subiram, nos dez primeiros meses de 2017, quase 50%, face ao mesmo período do ano anterior, atingindo USD 18,8 mil milhões, de acordo com as informações disponibilizadas pelas alfândegas chinesas e divulgadas pelo Fórum Macau.

As exportações de Luanda para Pequim aumentaram 48,83%, situando-se em USD 16,92 mil milhões e as importações provenientes da potência asiática cresceram 32,82%, somando, entre Janeiro e Outubro, USD 1,87 mil milhões.

No referido período a China comprou ao conjunto dos países de língua portuguesa, até ao final de Outubro, bens avaliados em USD 68,38 mil milhões (mais 32,21%) e vendeu produtos no valor de USD 29,61 mil milhões, mais 24,60% em termos anuais homólogos.

O Brasil permaneceu o principal parceiro comercial da segunda economia mundial, tendo o comércio entre os dois países atingido um valor de USD 72,83 mil milhões, o qual traduz um aumento anual homólogo de 29,26%.

As exportações da China para Brasil somaram USD 23,50 mil milhões, traduzindo uma subida de 33,12%, enquanto as importações totalizaram USD 49,33 mil milhões), mais 27,50% face aos primeiros dez meses de 2016.

Com Portugal, terceiro parceiro da China no universo dos países de língua portuguesa, o comércio bilateral cifrou-se até Outubro em USD 4,66 mil milhões (mais 0,50%), numa balança comercial favorável a Pequim.

A China vendeu a Lisboa bens na ordem de USD 2,97 mil milhões (menos 11,69%) e comprou produtos avaliados em USD 1,69 mil milhões, mais 32,69% face aos primeiros dez meses do ano passado.

As trocas do país asiático com Moçambique, o seu segundo parceiro em África entre os países de língua portuguesa, cifraram-se em USD 1,49 mil milhões, um valor muito distante do apurado no comércio com Angola, denotando mesmo um ligeiro recuo (menos 0,88%) em relação ao mesmo período de 2016. No entanto, a China aumentou em 12% as suas importações do país do Índico, as quais se situaram em USD 169,18 milhões.

Menos exportações em Outubro  
No mês de Outubro, ainda de acordo com as informações dos serviços de alfândegas chineses, as exportações de Angola para a China, sobretudo petróleo bruto, declinaram mais de 21,5% em comparação com Setembro, situando-se em USD 1,45 mil milhões, o que se reflectiu no valor global das trocas comerciais entre os dois países, que caiu mais de 19% em relação ao mês anterior. Luanda importou, entretanto, de Pequim produtos avaliados em USD 220,25 milhões.

Também o valor global das relações comerciais entre a China e o Brasil regrediu em Outubro face a Setembro, tanto no que respeita às exportações da potência asiática para terras de Vera Cruz (menos 10,53%), como às importações chinesas de produtos brasileiros (menos 29,79%).

Dado que o valor das trocas comerciais com Portugal caiu, de igual modo, em Outubro, não admira que o mês registe uma quebra de mais de 22% no comércio da potência asiática com os oito países de língua oficial portuguesa.

## 6.18 Funcionários públicos recebem casas sócias

*Jornal de Angola*

*30 De Dezembro de 2017*

*Texto: Elautério Silipuleni*

O Governo Provincial do Cunene entregou, quarta-feira, 32 casas sociais do tipo T3 a funcionários públicos, no município do Cuanhama, no âmbito do subprograma de construção 1 de 200 fogos habitacionais.

O projecto residencial, localizado no bairro Ekuma II, arredores de Ondjiva, conta com 78 casas concluídas das 100 previstas e foi financiado pelo Programa de Investimentos Públicos, no valor de 172 milhões de Kwanzas.

O novo bairro de Ondjiva conta com serviços de energia eléctrica, água e arruamentos terraplanados.

A cerimónia de entrega foi orientada pelo vice-governador do Cunene para o sector Técnico e Infra-estruturas, Feliciano Salomão Himulova, que na ocasião disse que as residências visam garantir condições de habitabilidade aos funcionários públicos, tendo, para tal, solicitado a sua preservação. Salomão Himulova salientou que este é mais um passo na execução do programa do Governo do Cunene para a concretização do sonho da casa própria, principalmente para a juventude da província.

O vice-governador garantiu que o Governo Provincial está empenhado na melhoria das condições de habitabilidade dos funcionários e quadros do Estado, assim como na construção de escolas e postos de saúde.

Narciso Mendes, contemplado, encorajou o Governo a prosseguir com o programa de melhoria e aumento da oferta de serviços sociais básicos à população.

Luísa Kajuanda, outra beneficiária, disse ser necessário atingir as 200 casas previstas para cada município, porque a criação de condições de acomodação é fundamental para atrair mais quadros para o interior. Acrescentou que a questão das assimetrias pode ser ultrapassada quando houver condições básicas em cada localidade do país.

## 6.19 Mercado de proximidade aberto no novo condomínio

*Jornal de Angola*

*30 De Dezembro de 2017*

*Texto: Jaqueline Figueiredo*

Moradores do condomínio Kinganga Mavácala, cerca de 20 quilómetros da cidade do Soyo, na província do Zaire, contam com um mercado de proximidade, com capacidade para 108 bancadas.

O referido mercado, construído de raiz, conta com todas as condições necessárias para o seu funcionamento, como água canalizada, energia eléctrica, WC's e áreas de armazenamento de produtos, incluindo uma zona livre para a instalação de frigoríficos, para a conservação de frescos.

O administrador municipal adjunto para área económica e social, José Suka, disse que a abertura oficial do mercado de proximidade faz parte do conjunto de soluções para as principais preocupações apresentadas pelos moradores do Kinganga Mavácala, que eram obrigados a percorrer longas distâncias para adquirir produtos para as suas necessidades diárias.

"A abertura oficial deste mercado representa o fim de algum desgaste ou esforço adicional que os moradores do condomínio Kinganga Mavácala estavam sujeitos para adquirirem alguns produtos ou bens de primeira necessidade", acrescentou.

Os vendedores, em mensagem lida pela moradora Teresa Pemba, mostraram-se satisfeitos pela abertura do referido mercado e comprometeram-se em cuidar a infra-estrutura, com vista a durar mais tempo e servir as futuras gerações.

"Tudo faremos para o bom aproveitamento deste mercado, mantendo-o sempre limpo, conservando-o e organizar o processo de venda, para que possa durar mais tempo e beneficiar as futuras gerações, visto que o mesmo se enquadra nas políticas do Executivo de combate à fome e redução da pobreza", acrescentou.

A vendedora e moradora do condomínio Kinganga Mavacala, Elisa António Maria, mostrou-se satisfeita com a abertura oficial do mercado, na medida em que vai acabar com o sofrimento de se deslocar todos os dias, de moto táxi, com todos os riscos que acarreta, no sentido de comprar o essencial para os seus filhos.

"Estou muito contente com a abertura do mercado aqui no Kinganga, porque sofríamos muito todos os dias de moto táxi, para fazermos compras. Pedimos à Administração Municipal do Soyo que nos coloque também os autocarros, porque andar sempre de moto é perigoso. Os autocarros públicos não chegam aqui no condomínio e em função disso, somos obrigados a utilizarmos moto táxis que cobram muito caro. Cada corrida 200 Kwanzas. Ida e volta 400, até a paragem do "T", esperamos que se faça alguma coisa", solicitou a vendedora e moradora do condomínio Kinganga Mavacala, que está a dar nova imagem à região.



## 7. TERRA

### 7.1 «Tenho esperança que o PR vai resolver a situação»

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Isabel João*

O número de mortes tem aumentado, por falta de um hospital próximo do bairro, e durante o tempo que os moradores estão no local já ocorreram mais de 30 mortes.

Michel Domingos é um dos moradores que acredita que o governo central, na pessoa do Presidente da República, João Lourenço, poderá resolver a situação que ele e as mais de mil pessoas vivem na zona. "É mesmo muito sofrimento porque estamos a viver assim desde 25 de Janeiro de 2014. Mas acredito que essa informação vai chegar até ao nosso Presidente e vai resolver a situação; nós aqui não temos água, luz, hospital e não temos como pagar a escola nem suportar os estudos dos filhos porque aqui não há trabalho", pormenorizou.

Segundo Michel Domingos, inicialmente o Governo provincial de Luanda forneceu tendas à população, velas e fogareiros, mas provocavam incêndios. E para evitar mortes, porque já havia ocorrido muitas, foi feita a distribuição de folhas de chapas, pregos e um barrote para cada morador poder construir uma casa de chapa e aguentar um pouco mais de tempo e sobreviver.

Por outro lado, Michel aponta que, por falta de esgotos na zona, os moradores fazem as necessidades maiores e menores no capim, mesmo ao lado das moradias, o que tem causado várias doenças e mortes principalmente de crianças, porque é nesses locais onde elas brincam.

Ao Novo Jornal Michel Domingos declarou que o número de mortes tem aumentado por falta de um hospital próximo do bairro e durante o tempo que vivem no local já ocorreram mais de 30, na sua maioria de crianças. Só no mês de Outubro, contou, pelo menos cinco pessoas morreram por várias doenças e algumas perderam a vida por falta de alimentação condigna e de assistência médica.

Maria Balbina, de 43 anos, também é uma ex-moradora do Kilombo e afirma que o que mais a preocupa são as chuvas intensas que caem na zona. "O meu desespero piora quando vejo o céu escurecer. Por duas vezes, a minha casa de chapa foi

levada pela chuva e uma das minhas filhas encontrava-se dentro. Só não morreu porque Deus não quis", frisou.

Á mulher deu a conhecer que algumas vezes o administrador municipal da Kíssama visita o bairro e garante que tudo está a ser feito para a continuação da construção das moradias.

### 7.2 Moradores retirados da Chicala jogados nas matas da Kíssama

*Novo Jornal*

*01 De Dezembro de 2017*

*Texto: Isabel João*

Há quase quatro anos que o Governo Provincial de Luanda, na altura chefiado por Graciano Domingos, retirou mais de mil famílias do bairro do Kilombo, no distrito urbano da Ingombota, para o bairro da Ilha Dourada, no município da Kíssama. A promessa feita na altura, de acordo com os moradores, era de que depois de três meses cada família receberia uma moradia.

A equipa de reportagem deste semanário descolou-se até ao município da Kíssama para saber como vivem os cidadãos retirados compulsivamente do Kilombo. Tristeza patente no olhar de idosos, jovens e crianças, com pouca ou nenhuma força para enfrentar as dificuldades por que passam, foi o cenário constatado.

As famílias, que se encontram abrigadas desde Janeiro de 2014 no bairro da Ilha Dourada, na Kíssama, estão aflitas com as condições de vida, que a cada dia pioram, por falta de tudo naquela zona. Capim, maus cheiros, mosquitos, cobras e falta de saneamento básico marcam o ambiente onde mais de mil pessoas vivem desconfortavelmente em casas de chapas de zinco. O bairro está a alguns metros do rio Kwanza e a altura do capim é o cartão-de-visita para quem passa por aquela zona de Luanda.

Quanto ao ensino, muitas crianças do bairro, por falta de vagas, não frequentam a escola. A única que lá existe, a 736, conta com 14 salas de aulas e lecciona em dois períodos.

A alguns metros das casas de chapa, o Novo Jornal encontrou 11 residências feitas de esferovite cujas obras, segundo os moradores, paralisaram no início de 2016.

Francisca Esperança, uma moradora do bairro do Kilombo transferida para a Ilha Dourada, conta que tudo começou em Janeiro de 2014. Sem aviso prévio,

nem alternativas para alojar os moradores, foram destruídas as casas daquele bairro, na Ilha de Luanda.

Na altura da retirada dos moradores, de acordo com a entrevistada, foi feita uma lista para o registo dos nomes e os proprietários das casas receberam fichas de identificação, tendo sido depois transportados para o município da Kissama, concretamente para o bairro da Ilha Dourada, que se encontrava completamente vazio e sem condições de habitabilidade. "Só Deus sabe o que nós passámos aqui, foram dois dias ao relento. Só ao terceiro dia é que nos deram tendas para fazermos de casa e podermos ficar com as crianças. Não sei que tipo de Governo é esse que faz uma maldade dessas com o seu povo. Não é justo o que estamos aqui a viver", disse, em tom de desabafo.

De acordo com Francisca Esperança, de 36 anos, tem sido um martírio viver naquela zona, por falta de tudo e ainda pelos vários riscos que os populares correm por viverem na mata. "Aqui nós vivemos com vários bichos dentro de casa, principalmente cobras. Dois dos meus filhos já foram parar ao posto médico por causa de picadas de cobras. É difícil e não nos parece haver solução para isso", reclamou.

### 7.3 Empresa gestora de terrenos, prevê um retorno de Kz 132 mil milhões em dez anos

*Jornal O PAÍS*

*6 De Dezembro de 2017*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Criada ainda na vigência do anterior Governo, a empresa EGTI tem sob sua responsabilidade, todos os terrenos infra-estruturados nas centralidades do país e noutras localidades do país.

No acto de apresentação pública que teve lugar, ontem, no Hotel Convenções de Talatona, em Luanda, a direcção da empresa tornou igualmente público o seu plano estratégico para o quadriénio 2016/2020.

Segundo a directora do Gabinete de Estudos Investimentos e Estratégias Urbanas, Fátima Camara, a empresa participa nas políticas de urbanização do distrito do Sambizanga, avançando que decorre a construção de 1000 fogos para habitação evolutiva no Sequele. "Dos investimentos desenvolvidos até agora, está previsto, no prazo de 10 anos, um retorno de 132 mil milhões de Kwanzas", revelou. Neste momento, prosseguiu, a empresa tem sob sua responsabilidade 61 lotes situados nas principais intersecções das avenidas.

Com os macro lotes, a empresa prevê uma receita bruta na ordem de 109 mil milhões de Kwanzas. No activo do Camama, a empresa possui mil 144 macro lotes, distribuídos ao longo da centralidade, com uma receita bruta estimada em 23 mil milhões Kwanzas.

Fátima Camara fez saber ainda que, em função da demanda, a Centralidade do Sequele, município de Cacuaco, em Luanda, tem sido trabalhada com alguma urgência. "Neste momento possui apenas um lote disponível para comercialização", explica.

### 7.4 Terrenos estruturados geram mais de 800 milhões de dólares

*Jornal de Angola*

*6 De Dezembro de 2017*

*Texto: Victorino Joaquim*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI - E.P.) prevê arrecadar, nos próximos dez anos, 800 milhões de dólares para os cofres do Estado, com a comercialização de parcelas de terrenos, revelou ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da companhia.

Rodrigo dos Santos, que falava no final da cerimónia de apresentação pública da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, disse que a empresa, totalmente de domínio público, foi criada por Decreto Presidencial de 5 de Março de 2015 e tem como objectivo o retorno do investimento feito pelo Estado nos terrenos infra-estruturados.

Para o efeito, disse Rodrigo dos Santos, a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados tem sob sua gestão 19 projectos públicos de desenvolvimento urbano entre cidades, centralidades e zonas de requalificação, localizados em 12 províncias, com destaque para a província de Luanda.

Na província de Luanda, explicou Rodrigo dos Santos, existem terrenos em diversas zonas disponíveis para a comercialização a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiro, desde que tenham capacidade financeira.

Os terrenos estão localizados nas zonas do perímetro das encostas da Boavista, arredores do Sambizanga, Pólo de Desenvolvimento do Futungo, Centralidade do Sequele e Pólo de Desenvolvimento do Mussulo,

Existem também terrenos infra-estruturados nas zonas do Camama, Cidade do Kilamba, Centralidade do Zango Zero, Centralidade do Zango Cinco, Centralidade do Quilómetro 44, Zona Económica

Especial, Universidade Agostinho Neto, Novo Aeroporto Internacional de Luanda, Es t á d í o 11 de Novembro e Porto de Luanda.

Rodrigo dos Santos disse que os interessados devem contactar os escritórios da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados em Luanda. Os preços, acrescentou Rodrigo dos Santos, são definidos em função da localização, dimensão do espaço e do projecto a ser implementado.

Em relação às demais províncias, Rodrigo dos Santos explicou que os trabalhos estão atrasados em relação a Luanda. Neste momento, decorrem trabalhos de registo, localização das zonas, e estudos.

Rodrigo dos Santos garantiu que o trabalho a ser desenvolvido pela Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados não vai colidir com as responsabilidades das demais empresas do género existentes no país.

Pelo contrário, acrescentou, vai complementar todo um trabalho já desenvolvido por estas instituições, como o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola, as administrações municipais e provinciais, entre outras.

A criação da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados é considerada de interesse estratégico, na medida em que está encarregue da gestão, a nível nacional, dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado que lhe sejam atribuídos por diploma específico, refere uma nota distribuída ontem à imprensa. A Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados foi criada para prosseguir os objectivos preconizados pelo Governo relativamente aos terrenos infra-estruturados e garantir a requalificação, expansão das cidades e dos centros rurais, numa lógica económica para o Estado angolano.

Uma apresentação feita pela directora do Gabinete de Estados e Planeamento (da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, Fátima Camara, indica terem sido definidos os eixos e medidas estratégicas que devem orientar os primeiros anos de actividade da empresa.

Os princípios orientadores asseguram a conquista do seu espaço no ambiente político e de negócio, fomentam a sua capacidade para concretizar a sua missão com sucesso e consolidam a evolução do seu funcionamento interno. Os seis eixos pretendem afirmar a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados, como veículo estratégico de políticas de expansão urbana, que promove um clima de

confiança, transparência e credibilidade no seu mercado de actuação.

Além disso, pretende assegurar a máxima valorização dos terrenos, através da viabilização técnica, económica e financeira dos projectos a implementar, bem como posicionar a empresa, como entidade de referência de desenvolvimento económico e urbano sustentável.

Outros eixos pretendem tornar a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados num modelo operativo de instalação eficiente e flexível, que se ajuste à actividade e aos desafios da captação, desenvolvimento e retenção de quadros nacionais.

No discurso de abertura do acto, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação' Ana Paula Carvalho, disse que a terra, sendo propriedade originária do Estado, pode ser transferida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional.

## 7.5 Projecto de gestão de terras ajuda na solução de conflitos

*Jornal de Angola*

*17 De Dezembro de 2017*

*Texto: Marcelino Wambo*

O projecto de gestão de terras ainda em curso no país está a contribuir de forma significativa na solução de muitos conflitos registados entre cidadãos e instituições nas comunidades, com a divulgação das leis e regulamento geral sobre a concessão de terrenos para a autoconstrução e exploração agropecuária.

Esta é a conclusão do encontro regional que juntou técnicos das Organizações Não Governamentais Development Workshop e Visão Mundial, especialistas e membros da sociedade civil das províncias do Huambo, Bié e Benguela, que, entre outros objectivos, serviu para fazer o balanço das actividades desenvolvidas ao longo de três anos nas comunidades rurais e urbanas das respectivas regiões.

O projecto facilitou a criação de mecanismos e políticas que incentivam maior articulação' coordenação e cooperação entre os vários órgãos que intervêm no processo de concessão de terrenos.

Na província do Huambo, projecto avaliado em 3.000.000 euros, foi implementado em sete municípios, durante um período de três anos, com o financiamento da União Europeia.

Neste período foram delimitadas igualmente 169 comunidades com croquis de localização, nos municípios do Huambo, Longonio, Caála, Ekunha, Tchicala Tchologanga, Catchiungo, Bailundo e Mungo, e na província do Bié o projecto facilitou a legalização de terrenos, com a emissão de títulos de propriedade em 23 comunidades.

Calunga Quissanga lembrou que tem havido relatos sobre conflitos de terrenos entre cidadãos e instituições públicas e privadas muitos dos quais terminam em violência o vice-governador do Huambo para o sector Técnico e Infra-estruturas, Francisco Quissanga, disse, durante o encontro, que o projecto de gestão de terras foi caracterizado por quatro componentes, nomeadamente o fortalecimento técnico' que visou a capacitação de técnicos nas comunidades' o fortalecimento comunitário' o fortalecimento legal e administrativo, assim como a difusão de informações sobre a lei de terra.

Aconselhou aos órgãos judiciais a criarem mecanismos e políticas que visem a celeridade e prontidão no tratamento de casos sobre conflitos de terras que cheguem ao seu conhecimento.

"Aconselhamos que os croquis de localização sejam elaborados apenas por entidades autorizadas, para permitir uniformização na inserção das parcelas no cadastro provincial de terras".

O vice-governador recomendou também a promoção de campanhas de legalização e cadastramento dos terrenos, cujos titulares não possuam nenhuma documentação, assim como a criação de mecanismos capazes de desencorajar a ocupação ilegal de terrenos e aumentar o número de efectivos da fiscalização.

Calunga Quissanga lembrou que tem havido em todo o país relatos sobre os conflitos de terrenos entre cidadãos e instituições públicas e privadas, muitos dos quais terminam em actos de violência.

## 7.6 Cidadão reivindica direito de construir no próprio terreno

*Jornal O Crime*

*23 De Dezembro de 2017*

O caso nos faz recuar até 1977, quando Maurício António Joaquim, comprador do imóvel situado na província do Uíge, município do Negaje, Rua B, casa nº5-A, destinado a fins habitacional e comercial, o mesmo era ocupado por quatro inquilinos: um na parte principal, um na loja e dois nos anexos, a

dependerem todos de uma única entrada que dá acesso ao quintal.

Com o surgimento da lei sobre a venda do património habitacional do Estado, foi autorizado à compra da parte habitacional, menos a parte comercial porque a lei, na altura, não abrangia a venda. Assim, todos os inquilinos foram advertidos pela Comissão Provincial para a Venda do Património Habitacional aquando da avaliação dos espaços, pelo que ficaram preocupados em saber o que seria da posição deles, já que deixaram de ser permitidos em requerer à compra dos anexos a parte principal. "Em Setembro de 1991, a Delegação Municipal de Finanças de Negage cedeu-me a certidão para o requerimento do imóvel. Em Abril e 1992, requeri a compra ao Ministério das Finanças, autorizado e avaliado em Maio, no valor de 1.550.260kzs. Meses depois, surgiu a guerra e a cidade ficou despovoada e desabitada, alguns refugiando-se para as aldeias e outros para Luanda e eu retomei à cidade doze meses depois, vindo de uma aldeia onde encontrava-me refugiado", refere.

"Tendo retomado a minha casa na altura, como o único morador no imóvel, a maior parte das casas da cidade estavam desabitadas. Meses depois, fui deparando-me com alguns inquilinos vizinhos do imóvel sem interesse em querer voltar a viver nos anexos por duas razões: 1ª, em saber que a casa tinha sido comprada e 2ª porque tinham perdido todos haveres, assim como o senhor que geria a loja. Nesta altura, vivíamos sem nenhum órgão administrativo porque a cidade estava ocupada pela UNITA", conta Maurício Joaquim.

Em 1997, continua, deixou a cidade do Negage para Luanda por questões profissionais, tendo deixado uma família em casa com a mínima manutenção, visto que as casas estavam degradadas devido a guerra, registada em 1992. Depois da retomada da cidade pelo Governo, a Direcção da Habitação teve necessidade de fazer o levantamento habitacional, visto que alguns imóveis encontravam-se desocupados por consequência da degradação e outros pelo facto de os seus proprietários encontrarem-se fora da cidade, por, igualmente, questões profissionais e outros por desgosto.

Assim, a Administração Municipal deu ultimato a todos os titulares de imóveis na cidade do Negage para regularização dos mesmos. Tomando conhecimento deste anúncio, deslocou-se à referida cidade, para regularização do imóvel, conforme orientação da Delegação, obrigado a reavaliar o imóvel em 2002, tendo ficado no valor de AOA 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos Kwanzas), sendo que nesta altura só era permitido a

avaliação para a parte habitacional, pelo que ficou de resolver sobre a parte comercial, como inquilino, visto que o antigo inquilino não tinha interesse em renovar o contrato. Preocupado com a regularização da loja, e porque o imóvel estava a degradar-se cada vez mais, afirma Maurício, havia necessidade urgente de intervenção, para reabilitação do mesmo, visto que não era possível a intervenção por parcela, na medida em que o tecto é comum e de matriz única.

Segundo o mesmo, ao longo da regularização dos imóveis, muitos chegaram tarde em fazê-lo e os aproveitadores de bens alheios ocuparam o que nunca os pertenceu, com auxílio e conivência de colaboradores das delações de habitação, sem saber que alguns imóveis já tinham sido vendidos, violando todas as regras estabelecidas.

"É assim que sou surpreendido, em Luanda, pelo meu compadre, depois de ser despejado por ocupação ilegal do imóvel, apresentando-me interesse em querer ficar em minha casa, mas eu disse que não era possível, porque não tinha concluído a regularização. A partir desta data, foi insistindo, chegando a aparecer com a proposta de trocar a casa por uma outra que tinha sido atribuída pelo administrador, na inocência que eu tinha a casa comprada", revela.

Meses depois, sublinha, um responsável afecto à Direcção Municipal da Habitação ligou para si, dizendo que a legalização da loja a seu favor não foi aceite porque o administrador cedeu ao cidadão Jacinto, isto depois de ser desalojado da residência de outro proprietário, identificado apenas por Guilherme, aonde tinha tentado, mas sem sucesso. Insatisfeito com o ocorrido, em 2009 fez uma reclamação à Direcção Provincial de Urbanização e Habitação, com cópia da administração do Negage, a solicitar que fosse vedada a continuação de realização de benfeitorias, bem como suspender o contrato de Jacinto Gomes Joaquina, mas nunca teve resposta.

"Sempre que fosse saber, diziam que o documento ainda não tinha sido despachado. Nesta altura, a viver em Luanda, era obrigado a deslocar-me ao Uíge todos os meses e sem sucesso, porque os responsáveis dessas áreas dificilmente me recebiam. Desesperado com a situação, resolvi arranjar alguns mestres para fazer alguns arranjos no imóvel e os mesmos foram impedidos pelo senhor Jacinto", queixa-se.

Tomando conta da situação, deslocou-se ao Negage para saber o que estava a se passar, encontrando Jacinto a fazer algumas reparações no imóvel que, por sinal, eram as mesmas que pretendia fazer, ao que perguntou-lhe a razão daquele proceder, tendo como

resposta que ele não estava ilegal, por isso, devia fazer o que quisesse. "Então, pedi-lhe que fôssemos à Habitação, mas disse que não tinha nenhum problema com aquela. Porém, como não queria confrontar-me com ele, resolvi surpreender o director na rua, porque se fosse no seu gabinete não seria capaz de receber-me. Pondo-lhe a questão, ele disse-me que o meu caso era com a Direcção Provincial", referiu.

Nos fins de 2009, quando Jacinto deu conta das providências que Maurício tomava, resolveu, por iniciativa própria, construir um anexo no quintal, de tomava a vedar o acesso único ao quintal. "Desde 1977 que vivo aí, nunca nenhum inquilino pensou em cometer essas asneiras num imóvel daquele modelo arquitectónico, da era colonial, com uma engenheira perfeita", disse, adicionando que aquele espaço que já foi utilizado por várias instituições e nunca nenhuma delas pensou em criar divisões.

Em 2011, já desapontado com a situação, informou à Direcção Provincial, aonde encontrou um novo chefe, expôs o problema e, admirado, solicitou o documento em que continha a reclamação a Daniel Segundo, o responsável do processo, ao que, sob orientação daquele, remeteu de novo, como segunda entrada, a 29 de Junho de 2011, sendo que a primeira data de 01 Setembro de 2009.

No Negage, contactou o administrador, explicou-lhe a situação e este, por sua vez, solicitou o documento ao responsável da Direcção Municipal da Habitação, mas não foi encontrado. Pediram-lhe uma cópia e voltou a dar entrada, pela segunda vez, no dia 06 de Junho de 2011, sendo a primeira no dia 02 Setembro de 2009, dizendo que só a Direcção Provincial poderia resolver o seu caso. "A partir desta data, fiquei desorientado com a prática administrativa da Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação do Uíge e Negage", desembuchou.

Aos 30 de Junho de 2011, escreveu uma carta ao Governo Provincial a informar o sucedido e as más práticas administrativas daí, solicitando uma audiência ou que lhe passassem a ficha de avaliação para compra da parte comercial, segundo o artigo 1028º nº 3 do Código Civil, abrindo uma excepção para garantir a reconstrução do imóvel que está a ficar aos escombros, mas não teve nenhuma resposta. Desapontado, em Julho de 2012, recorreu ao Ministério das Finanças, apresentando a mesma solicitação. Este, sem demora, respondeu-lhe por escrito em Maio de 2013, dizendo que teria que aguardar pela resposta da Direcção Nacional do Património do Estado.

Obtida a resposta em Julho de 2014, que dizia que, por se tratar de pequena actividade económica, regida pelo decreto nº 60/91 de 18 de Outubro, o assunto devia ser concertado ao nível do Governo Provincial onde se localiza o imóvel. Segundo ele, os mesmos documentos que deu entrada em 2009 e 2011 à Direcção do Urbanismo e Habitação não foram despachados até agora, pelo que, sendo assim, resolveu constituir um advogado, junto ao escritório David Mendes e associados.

Nessa conformidade, seu advogado deu entrada à primeira carta ao Governo Provincial no dia 25 de Junho de 2013, no dia 24 à Direcção do Urbanismo e Habitação e à Administração Provincial do Uíge, a solicitar ao Governo Provincial para que tomasse medidas, de forma que fosse possível resolver o conflito por via extrajudicial, responsabilizado as pessoas de má-fé que estão a impedir o bom funcionamento das instituições públicas e a manchar o bom nome da Administração.

"Várias vezes solicitadas as respostas, nunca as tínhamos. A lição era tão bem estudada que nas três instituições diziam-nos o mesmo: ainda não foi despachado. Por vezes, encontrávamos funcionários que respondiam-nos que quem recebeu o documento já não trabalhava ali, como se o funcionário levasse o documento consigo!", Diz, agastado. Sem as respostas da primeira carta enviada pelos advogados, deram entrada da segunda, em 2015, ao Governo Provincial, com anexo da resposta da carta do Ministério das Finanças, mas também não obtiveram resposta.

"Uma das vezes, ao saber das respostas do Governo Provincial, insisti em não sair da secretaria sem falar com o chefe que, ao ver a minha inquietação, ajudou-me em saber da documentação e disseram-me que não tinha nenhuma aí. O senhor, aborrecido, aconselhou-me a fazer aditamento das mesmas e assim se fez, dando-se entrada no dia 18 de Agosto de 2017, com cópia da Direcção do Urbanismo e Habitação", conta.

Ao saber sobre os despachos dos mesmos, estes disseram-nos que o assunto foi encaminhado para a Direcção de Urbanismo e Habitação e, assim, no dia 13 de Outubro de 2017, os seus advogados receberam uma convocatória, assinada pelo director de Urbanismo e Habitação, a solicitar um encontro para o dia 17, às 09 horas, na Direcção de Habitação. Lá, recebidos por Daniel Segundo, enviado pelo seu director para orientar o encontro, havia divergências sobre o que eles alegavam e o entendimento daquele. Assim, marcou-se para a semana a seguir, a ida ao terreno, para constatação "in loco". Mas ainda assim, depois de Daniel Segundo, o representante de

urbanismo e habitação, não solucionou o caso, porque os representantes não tinham poder de decisão.

Impedido de reconstruir no seu imóvel, porque, como diz, é impossível fazê-lo parcialmente, e profundamente agastado com a situação, Maurício Joaquim pede aos órgãos de direito que velem sua situação, pois crê que por detrás da má administração com que lida, corrupção e falta de senso e transparência, ainda existem homens de bom senso, amigos da verdade justos e honestos.

## 7.8 Administração municipal de Malanje preocupada com ocupação ilegal de terrenos

*Jornal O PAÍS*

*26 De Dezembro de 2017*

*Texto: Miguel José*

O administrador municipal de Malanje, João e Assunção, afirmou que a ocupação ilegal de terrenos que constituem reserva fundiária do Estado, assim como as cedências ilegais e não previstas no plano urbanístico, têm estado na base das construções de residências de forma desorganizada, algumas das quais, muito próxima do cemitérios e de fontes de água, representando sérios riscos para a Saúde pública.

João de Assunção, que convidou os munícipes para o encontro de interacção, com vista a convencê-los a participar na organização da vida do município, revelou que, em determinados casos, os detentores de terrenos relatam que os mesmos lhes foram concedidos a título oneroso por indivíduos que do ponto de vista legal não estão legitimados para o efeito. Porém, considerou que as construções feitas, na maioria dos casos, sem prever espaços para estradas e instalações de infra-estruturas básicas, como saneamento, energia e águas, contribuem negativamente para a descaracterização da imagem da cidade e bairros periféricos.

"Quem passa pela cidade de Malanje nota que nalgumas residências foram ampliados muros de vedação e transformados na sua parte frontal estabelecimento comerciais, que acabam por descaracterizar a estrutura arquitetónica da cidade", disse.

O responsável do município aludiu às obras de construção, reabilitação ou restauro que devem ser devidamente licenciadas a fim de se assegurar que as

respectivas acções sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente sobre urbanismo e

ordenamento do território. "Somos chamados a envidar esforços para prevenir esse tipo de práticas", apelou. - Do mesmo modo, reprovou a acção dos municípios que constroem as residências ou estabelecimentos comerciais sem a devida autorização, e só depois recorrem à Administração para solicitar a licença.

#### Direito de terras

Sendo o Estado o proprietário titular de todos os espaços, enquanto direito que lhe foi conferido por lei, deve ser ele a ceder estes mesmos direitos às autonomias locais. No caso dos sobas nas suas comunidades, são representantes do Estado e fazem parte da gestão de um espaço de tutela total deste, visto que é sua propriedade legítima. Pelo facto, as autonomias locais não podem ceder espaços a qualquer um, sem que o mesmo tenha os requisitos exigíveis, com base na capacidade total, autorização e finalidade.

O palestrante Pascoal Muieba instigou os municípios a compreenderem a natureza jurídica da Lei de Terras, fez uma breve abordagem sobre os princípios fundamentais consagrados que são: «Princípio da Propriedade Originária da Terra pelo Estado»; «Princípio da Transmissibilidade dos Terrenos Integrados no Domínio Privado do Estado»; «Princípio do Aproveitamento Útil e Efectivo da Terra»; «Princípio da Taxatividade»; «Princípio do Respeito pelos Direitos Fundiários das Comunidades Rurais»; «Princípio da Propriedade dos Recursos Naturais pelo Estado»; «Princípio da não Reversibilidade das Nacionalizações e dos Confiscos».

De um modo geral, fez saber que o Estado pode transmitir a pessoas singulares de nacionalidade angolana, o direito de propriedade sobre terrenos urbanos, concedíveis, integrados no domínio privado. Porquanto, todo o cidadão tem o direito de requerer um espaço, mas é necessário que o requerente tenha capacidade jurídica ou total, de modo a que, ao recebê-lo, possa ter condições de nele construir, segundo os requisitos que a lei estipula.

De acordo com o jurista, verifica-se na cidade de Malanje muitos espaços baldios concedidos a requerentes que não constroem, de certo modo, atrapalha a implementação do plano urbanístico do município e o desenvolvimento da província. "Quero com isto dizer que não basta requerer, mas é

necessário que tenhamos a capacidade e as condições de podermos ajudar a melhorar a imagem da cidade", apelou o jurista.

Em face das discussões e questões levantadas pelos municípios, no âmbito do Ordenamento do Território, o director provincial, João Miguel, assegurou que já existe um plano director elaborado e, localmente aprovado, embora de ainda faltar a anuência ministerial, ou seja, há um conjunto de instrumentos que permite fazer algum trabalho relacionado com o loteamento e urbanização de alguns locais, assim como estão elaborados os planos de requalificação de certos bairros, que aguardam tão-somente, pela componente financeira.

De acordo com o responsável, o plano director é um instrumento que conduzirá os gestores e, principalmente, as administrações municipais, a funcionar como um órgão orientador em termos de ocupação dos espaços. Porquanto, alvitrou que quase todos os sectores concorrerão para uma boa planificação condizente com o Ordenamento do Território, porque saberá direccionar todos os projectos dos municípios, no caso, a cidade de Malanje. "É preciso estar claro que esse plano não é fixo. Ele é dinâmico e não fugirá muito àquilo que é a perspectiva da Administração de Malanje", sustentou. No fim, concluiu que coma providência do plano director, haverá mais organização e menos anarquia.

## 7.9 Famílias são realojadas em zonas mais seguras

*Jornal de Angola*

*30 De Dezembro de 2017*

*Texto: Matias da Costa*

Pelo menos 50 famílias que vivem junto à ravina do bairro do Cangangawe, arredores do Cuito, serão realojadas no próximo mês de Janeiro, no projecto habitacional das 500 casas, garantiu o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas.

José Tchatuvela, que falava no final da visita efectuada às infra-estruturas inacabadas e às zonas de risco, considerou lamentável a actual condição em que vivem as famílias no local adjacente à ravina com mais de 12 metros de profundidade.

O vice-governador explicou que, no âmbito das políticas habitacionais desenvolvidas pelo Executivo, que visam proporcionar melhores condições à população, o governo do Bie está a concluir a

construção de 500 residências sociais na localidade do Chissindo II, com todos os serviços básicos, destinada aos moradores que vivem em zonas de risco. José Tchatuvela, ao apontar soluções para

combater as ravinas, disse que nalgumas se observam intervenções nas crateras, com recursos a solos compactados, criação de galerias, acesso aos moradores, bem como a construção de valas de drenagem. O vice-governador salienta que em função da imprevisibilidade das calamidades naturais torna-se complexo avançar os custos para intervenções em ravinas. Foram já estancadas as ravinas dos bairros do Catraio, Chissindo, Paraíso e Catala.



## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Municípios reprovam políticas de Tany Narciso

*Jornal Liberdade*

*1 De Janeiro de 2017*

*Texto: António João*

Para os cidadãos, o administrador Tani Narciso tem sido infeliz nas suas declarações aos órgãos de comunicação social, segundo Anacleta Matias, moradora do bairro Tio Chico, afirma que a situação do bairro em que reside há muito necessita de cuidados, no que concerne à energia, este bairro expira-se cuidado, o crime tem aumentado a cada dia que passa.

"Estamos a mais de cinco anos, desde que nos colocaram as torneiras em casa, nunca correu água, olha que fizeram isto no princípio de dois mil e doze, ano de eleição!": avançou

Para Daniel José, morador da mesma circunscrição, afirma ter sofrido vários assaltos por causa da falta de energia eléctrica, Daniel, diz mesmo que com a escuridão, o crime se multiplica, o futuro contabilista, informa que não é só a questão de energia que merece atenção. "Esta situação dos crimes, o nosso governo é que não quer parar, quando há um grande controlo, a energia não falta e o policiamento é constante, em épocas do género até nos perguntamos onde estão os gatunos!": enfatizou.

O formando em contabilidade, salienta a época eleitoral como sendo uma das melhores do bairro no que concerne à energia eléctrica. "Já fomos muitos felizes aqui no bairro, olha que foi este ano, no período eleitoral, as ruas encontravam-se iluminadas, poderias até andar tarde, o policiamento era regular, mas falta-nos águas, acho que vieram colocar as torneiras de enfeite, é que nunca correu o líquido precioso", avançou.

Fátima Manuel, moradora do Nguanhã, diz serem várias vezes enganados pelas políticas do administrador, a cidadã afirma que chegou a hora de Nataniel Narciso deixar o município do Cazenga. "Queremos renovação, o senhor administrador não está a dar conta do recado, está velho para estas coisas, Cazenga é grande e precisa sangue novo, queremos jovens na liderança do nosso município, este mais velho já deu!": salientou.

### 8.2 Zona alta do Lobito sem água há meses

*Jornal de Angola*

*02 De Dezembro de 2017*

*Texto: Jesus Silva*

A zona alta da cidade do Lobito, concretamente os bairros do Alto Liro, Zâmbia, Lixeira, 4 de Abril, Golfe e Alto Esperança deixaram de ter água há cerca de quatro meses, uma situação que está a obrigar os moradores a comprá-la em banheiras ao preço de 50 Kwanzas ou cisternas a 15 mil.

Segundo a moradora daria da Glória, a última vez que jorrou nas torneiras foi 10 dia das eleições e desde aí nunca mais se viu água 10 bairro, obrigando os moradores a comprá-la a preços especulativos.

Fernanda Tomás, outra moradora, disse que, quando há água, vendem a banheira 120 Kwanzas, mas, desde que deixou de jorrar nas torneiras o preço subiu para 50. "Queremos que a água jorre nas torneiras dos bairros e não apenas em algumas zonas, como tem acontecido", salientou. O administrador para a área técnica da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASL), Adilson Telanga, frisou que os sistemas estão operativos e tudo está a ser feito para que esse problema seja ultra- passado ainda este mês.

"A ESAL está a empreender esforços para rapidamente cobrir o défice existente de 50 por cento e pensamos que nos próximos dias a população vai conhecer melhorias, pois a empresa não está de braços cruzados", anunciou.

Adilson Telanga reconheceu que a reclamação dos populares dos bairros afectados é legítima, uma vez que é seu direito ter água diariamente, fornecida pela Empresa de Águas e Saneamento do Lobito.

### 8.3 AADIC alerta que pagamento por estimativa da ENDE é ilegal

*Jornal O PAÍS*

*03 De Dezembro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi*

Devido às constantes restrições de corrente eléctrica que se verificam em quase todos os bairros de Luanda, cresce a onda de reclamação dos residentes na cidade capital, muitos dos quais esperam que a Empresa Nacional de Distribuição de Energia

Eléctrica (ENDE) assuma a situação e siga o exemplo da sua congênera das águas, mostrando-se disponível a amortizar as facturas dos fregueses.

Os populares socorrem-se do facto de, algumas vezes, a ENDE vir a público informar sobre limitações na distribuição de luz, para aconselharem a mesma a acrescentar sempre na sua responsabilidade de divulgação da situação a expor, as consequentes modalidades de pagamento referentes aos períodos das diminuições no abastecimento por si invocadas.

O facto é que, até agora, os consumidores que não têm contadores instalados em suas residências, muito menos o sistema de pagamento pré-pago, continuam a pagar as mensalidades na totalidade, como se estivessem a consumir o produto na íntegra.

Para perceber o referido caso relativamente à relação jurídico-contratual entre consumidores e fornecedores de produto, OPAÍS contactou o vice-presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Lourenço Texe, que começou por esclarecer que a postura tomada pela EPAL resultava do processo judicial instaurado pela sua associação, face às constantes reclamações dos clientes.

Ainda sobre a reacção da empresa de águas, Lourenço Texe, foi taxativo em dizer que tal postura, por si só, não resolvia o problema, uma vez que a EPAL não avançou qualquer modalidade de compensação aos danos causados aos cidadãos que ficaram privados do bem vital.

Em relação ao caso que envolve a ENDE e seus fregueses, o vice-presidente recordou que a relação contratual das duas partes exige ao fornecedor garantir o produto durante o mês inteiro e o consumidor a pagar os serviços que lhe são prestados pela firma.

"Mas esta responsabilidade não está a ser cumprida pela empresa, porquanto o quadro que se nos apresenta é, de um lado um cliente que não faz uso dos serviços que se predispôs a pagar, e ainda assim paga-os, e, do outro, o fornecedor que não o abastece, contudo não compensa as suas falhas", avaliou o defensor dos consumidores, realçando que o que se pretende é uma relação equilibrada.

Por esta razão, Lourenço Texe assegurou que se tratava de uma cobrança por estimativa, revelando que tal procedimento constituía uma autêntica ilegalidade perante a lei, porque a entidade fornecedora tinha de garantir o produto a tempo integral.

"Se os indivíduos não possuem um contador em casa e nem estão sob regime de contrato pré-pago, então deve-se criar uma estrutura de cálculos para saber quanto se consome", orientou o especialista.

A AADIC supõe que todos os consumidores usuários deste serviço, tenham aderido a esta mesma prestação de serviço (energia eléctrica), por meio de um Contrato de Adesão. O nº 1 do artº 406º do Código Civil diz que "O contrato deve ser pontualmente cumprido, e só pode ser modificado ou extinto por acordo mútuo dos contraentes ou nos casos previstos pela lei".

Restrição de uma semana inviabiliza mensalidade

Quando a ENDE está consciente de que haverá limitação na distribuição da corrente eléctrica em determinadas localidades e anuncia publicamente, deve, em seguida, anunciar o tratamento que vai proceder na factura do cliente, soube este jornal do segundo homem forte da AADIC, para quem um desconto justo seria o caminho mais viável para a resolução de conflitos.

"Por isso mesmo, os consumidores devem forçar a empresa a recuar na imposição do pagamento total, partindo para queixas formais no caso de ver a sua causa não atendida", aconselhou Lourenço Texe, referindo-se a um processo judicial.

Finalmente, o líder da associação ilustrou ocasiões em que moradores de certas localidades de Luanda e não só, se vêem privados de energia eléctrica durante uma ou duas semanas, recomendando-os, portanto, que "a lei prevê que não devem pagar o referido mês".

## 8.4 Luanda quer duplicar abastecimento de água

*Jornal de Angola*

*07 De Dezembro de 2017*

*Texto: Yara Simão*

Luanda precisa atingir, nos próximos tempos, a cifra de um milhão de metros cúbicos de água para abastecer a população, como forma de superar a actual capacidade instalada de 750 mil metros cúbicos, deu a conhecer ontem, o vice-governador para a Área Económica.

Apesar de a capacidade instalada ser de 750 mil metros cúbicos de água, neste momento, Luanda está a consumir apenas 500 mil metros cúbicos, níveis considerados baixos pelo vice-governador para Área Económica, Júlio Bessa.

Num encontro sobre a problemática da água em Luanda, realizado na sede do GPL, Júlio Bessa disse que a EPAL tem estado a efectuar o abastecimento de água à capital, conforme as suas possibilidades e está orientada a informar a população sempre que tencionar efectuar cortes e restrições.

O vice-governador também pediu mais vigilância e dureza contra os garimpeiros de água. "Nós vamos representar ao Governo Central as preocupações da EPAL, no sentido de se aumentar o investimento da água na província".

Os principais constrangimentos no abastecimento de água estão relacionados com a insuficiência da produção, devido ao estado técnico das estações, desvalorização dos dispositivos hídricos da rede de distribuição' bem como as manobras e cortes do fuso de válvulas, o que dificulta a operação de fecho e abertura de zonas.

A danificação de condutas causadas por terceiros, em trabalhos de terraplanagem, requalificação das vias, escavação de outras redes técnicas e recolha de resíduos sólidos, também foram apontados como constrangimentos que emperram o fornecimento de água em Luanda.

Para o reabastecimento da água foram apresentadas algumas soluções, como a reposição da capacidade instalada, por via de reabilitação dos sistemas existentes, a implementação do sistema de telegestão e telemetria, para a monitorização dos sistemas de abastecimento de água e o reforço à interacção com as instituições no sentido de evitar danos nas condutas instaladas.

## 8.5 João Lourenço vai exonerar o "Deus" da água

*Jornal Folha 8*

*09 De Dezembro de 2017*

A província de Luanda apresenta necessidades diárias de cerca de 1,2 milhões de metros cúbicos de água, para uma capacidade real disponível, inferior a metade, de 516,582 metros cúbicos, informaram as autoridades angolanas.

Os dados foram disponibilizados durante uma reunião realizada entre o governo da província de Luanda e o Ministério da Energia e Águas de Angola, para análise da problemática do abastecimento de água potável.

O comunicado final da reunião refere que é "manifestamente insuficiente" a capacidade actual para suprir a demanda, apesar dos investimentos

realizados pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), para aumentar o número de ligações nos mais variados distritos da província capital, que tem cerca de sete milhões de habitantes.

A nota sublinha a existência de inúmeras localidades da província onde as populações recorrem ao consumo de água imprópria e a constatação de muitas das ligações recentemente implantadas não estarem a fornecer água devido às insuficiências no seu fornecimento.

Foi também constatada a existência de zonas com alta densidade populacional sem ligações domiciliárias a captação e venda de água não tratada para a venda ilegal às populações, instituições e empresas.

Outro dos problemas identificados é a danificação constante de condutas para a realização de negócios de venda de água, um conluio entre populares e trabalhadores da EPAL.

No encontro, em que participaram o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, vice-governadores, administradores municipais e dos distritos urbanos, o presidente do conselho de administração da EPAL e responsáveis da área técnica, ficou concluído que o problema de captação e distribuição de água para Luanda só poderá estar quase totalmente resolvido em meados de 2020, quando os projectos Bita e Quilonga estiverem concluídos.

Entre várias recomendações, os participantes apontam a necessidade de a EPAL recorrer as instâncias superiores para o aumento dos seus recursos financeiros de modo a acelerar o incremento da capacidade de captação e tratamento da água.

Nesse sentido, o Governo Provincial de Luanda deverá em conjunto com o Ministério da Energia e Águas efectuar uma missão de bons ofícios junto das autoridades centrais, para a apresentação do quadro actual de captação e distribuição de água na província, suas dificuldades, soluções, e necessidades de recursos materiais e financeiros.

## 8.6 Maus em bom... Português

*Jornal Folha 8*

*09 De Dezembro de 2017*

Angola é dos nove Estados lusófonos, o país com menor acesso a água potável "per capital", em que apenas 44% população a obtém facilmente, com Portugal (100%) e Brasil (97%) no polo oposto, indica-nos estudos da ONU.

No que ao reino do MPLA respeita, tudo normal. Por que carga de chuva os 20 milhões de pobres precisarão de água potável?

Num relatório do Programa Conjunto de Monitorização das Nações Unidas, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), são analisadas as situações, até 2016, da água potável, saneamento e higiene em mais de 200 países e territórios.

O documento faz a comparação entre a evolução registada em cada um dos nove países lusófonos Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste entre 2000 e 2015, tendo também em conta o respectivo aumento da população.

No quadro deste período, é referido também o aumento da população nas zonas urbanas, o acesso a água que dista mais de 30 minutos do local de residência, água não melhorada e água proveniente da superfície, como rios e lagos, entre outras fontes. No acesso, a água potável canalizada, Cabo Verde surge em terceiro lugar entre os lusófonos (subiu de 75% em 2000 para 86% em 2015), 3 frente de São Tomé e Príncipe (de 67% para 80% no mesmo período), Timor-Leste (não havia dados disponíveis em 2000, mas em 2015 tinha 70%), Guiné-Bissau (de 53% para 69%) e Moçambique (de 22% para 47%). No mesmo período, Angola subiu de 38% para 41%, enquanto o Brasil passou dos 94% para 97% e Portugal de 99% para 100%.

O relatório sublinha que os dados são suscetíveis de alguma "relatividade"; tendo em conta o tamanho dos países, o total da população e o grau de desenvolvimento de cada um deles.

À exceção de Portugal (com 0% já em 2000) e Brasil (que baixou de 1% em 2000 para 0% em 2015), todos os restantes países lusófonos, em maior ou menor escala, ainda têm bolsas da população que só conseguem obter água a mais de 30 minutos do local de residência. Angola, com 16% da população nessas circunstâncias ao longo do mesmo período, e Guiné Equatorial, que também continua com 29%, são os dois Estados lusófonos que mantiveram os números estatísticos entre 2000 e 2015.

Diferentes dados estatísticos, mas para pior, foram, no mesmo período, registados em São Tomé e Príncipe (de 13% para 15% da população), Moçambique (subiu de 5% para 14% da população) e na Guiné-Bissau (de 4% para 5%).

Cabo Verde desceu, em 15 anos, de 11% para 10% da população nessas circunstâncias, enquanto Timor-Leste, de que não existem dados de 2000, conta com 6% do total dos habitantes com a necessidade de ir buscar água a mais de 30 minutos dos locais de residência.

O estudo dá ainda conta da relação entre os dados estatísticos e a evolução da população urbana no mesmo período 2000 a 2015 nos nove Estados lusófonos, sempre em crescendo, com o Brasil a "liderar" esta tabela, com os habitantes citadinos a subirem, em 15 anos, de 81% para 86%.

Cabo Verde é o segundo país lusófono com maior crescimento da população urbana (aumentou, no mesmo período, de 53% para 66%), seguido por São Tomé e Príncipe (de 53% para 65%), Portugal (de 56% para 63%), Guiné Bissau (de 37% para 49%), Angola (de 32% para 44%), Guiné Equatorial (de 39% para 40%), Timor-Leste (de 24% para 33%) e Moçambique (de 29% para 32%).

## 8.7 Água de vala residual é vendida para o uso doméstico em Luanda

*Jornal de Angola*

*18 De Dezembro de 2017*

*Texto: Rodrigues CambaIa*

Mal a viatura da reportagem do Jornal de Angola se aproxima a uma distância de 200 metros, vemos um grupo de mais ou menos 20 rapazes de calções e cuecas, ensopados de água da vala de drenagem, a fugir como se visse o "rei da selva". Uns penduram-se à pressa para retirar brutalmente as mangueiras do orifício das cisternas dos dois camiões ali estacionados e outros correm em desespero para o meio de uma mata verde com capim alto e fechado. O "sprint" não é para premiação, mas para desligar as motobombas.

Em poucos segundos, as seis mangueiras, iguais àquelas de combate a incêndio, deixam de jorrar água. A tarefa é difícil para quem está por cima da cisterna. Além de desconectar a mangueira do camião, tem de se atirar ao chão e fugir como ladrão.

Já estamos a 100 metros. Um motorista de camisola de alças gesticula com todas as garras e formas ao seu alcance. Levanta os braços. Olha para trás. Debruça-se e tenta ajudar a puxar as mangueiras. Corre à volta do camião. Parece muito nervoso. Encontra uma solução: abre a porta do camião e arranca em bólide num troço íngreme, levando consigo um coração

latejado de medo. Um outro homem adulto, de calções e chinelas de borracha, abandona a sombra de uma árvore frondosa e se põe na mata. Agora só resta um camião já sem ninguém ao lado. As mangueiras estão jacentes no terreno húmido e lamacento.

A fuga dos vendedores da água da vala não travou a objectiva de Eduardo Pedro. Disparava de todas as maneiras e por todos os cantos. Os mais corajosos espreitavam à distância para tentar perceber o que se passava. Quem não foi a tempo de consumir a fuga, fixa o olhar atentamente para nós. E lá estava o engenheiro químico Sebastião da Costa com um bidão, persuadindo um jovem para encher. O jovem de calções desportivo está no interior da vala de drenagem. Ele teve a "nobre" missão de desligar as motobombas invisíveis, por culpa do capim alto. "A motobomba está no meio, ali é fundo, porque a água é mais limpa", responde um jovem com uma voz de catraio, impedindo o fotógrafo de lá entrar.

Quando no dia 24 de Julho de 2014, o Jornal de Angola fez uma reportagem sobre esse local, denunciando que os proprietários de camiões cisternas vendem água insalubre, retirada directamente da vala que drena águas residuais pensava-se que a situação estivesse já resolvida. Mas não. O canal está a menos de 400 metros da Via Expresso, sentido Cacucaco- Benfica.

À primeira vista o engenheiro Sebastião Costa avaliou a nocividade da água. Quis, talvez, o Zé, gerente de uma das motobombas, com um diálogo ameaçador ouvir do engenheiro que aquela água era potável. "Enchemos uma cisterna a mil Kwanzas e não sei a quanto revendem", explica, de forma muito lacónica.

Encontramo-lo sentado debaixo de uma árvore. Nem se assustou, nem arredou daí as nádegas. "Vocês não podem fazer fotos. Eu não autorizei", avançou, num tom duro, olhando para Eduardo Pedro, o nosso fotógrafo, que se afasta, fazendo ouvidos de mercador.

Passamos uma explicação miúda e baralhada. Deu certo. O engenheiro, o fotógrafo e, claro, o nosso motorista Fontoura, avisam o repórter dos riscos da nossa presença. Os vendedores de água continuavam a monte.

A reportagem está inconclusiva. Uns miúdos aproximam-se. Um parece ter um tronco na mão.

"Eles estão a pensar que viemos estragar o ganha-pão deles", pensa o engenheiro, merecendo unanimidade de outros companheiros. Que solução!!!!!! O repórter lança um concurso para a lavagem dos pneus do carro. Dois candidatos ganham a selecção a troco de

500 Kwanzas. A paz está decretada com os homens da vala.

De seguida, oferecem-nos um saco pintalgado com umas sete mangas, O profeta António e Hossi Cassoma limpam com esmero o carro. Profeta? "Sim, é meu nome".

Ainda bem que não passa só de nome, pelo menos não vai prever nada. Falou, apenas, que é natural de Luanda, tem 16 anos e vive com o pai. Quer o rosto quer a voz são opostos à malícia.

"O Zé e o outro moço são donos destas motobombas", confidência em surdina. "A polícia aparece aqui, levam os donos e os camiões num canto e cobram dinheiro", confessa Profeta, que vê a sua palavra reforçada por Hossi, um rapaz de Benguela com uma musculação que nos remete para Mandume, Rei dos Kwanhamas, cujos feitos de resistência são repartidos entre Angola e a Namíbia.

"Os polícias cobram dinheiro e depois vão embora", conta Hossi, de cueca azul e tronco nu. Mas Zé corrobora: "os polícias pedem 200 Kwanzas e depois vão", conta, com um sorriso fechado.

Na zona de enchimento dos camiões cisternas há muitas mangueiras. Dizem que há abelhas, ao invés de trepar, eles jogam pedras para saborear a fruta. Zé, só diz o seu nome quando estávamos em pé para nos retirarmos. Tem a barba e suíça desenhada a preceito. Sentamo-nos nalguns bancos improvisados. A cadeira de Zé parece confortável. É uma velha cadeira de carro. As suas costas só terminam no encosto, onde as molas de arame são visíveis. Fala e olha com alguma desconfiança e desprezo. "Os camiões vendem nas obras", insiste, sem dizer que obras.

Se há três anos informámos que os camionistas, depois de abastecerem as suas cisternas com esta água, colocavam lixívia e vendiam-na como potável aos pacatos cidadãos, nos dias de hoje a cena se repete. Informam os jovens vendedores de água da vala que alguns introduzem cloro, em grandes quantidades, para eliminar o cheiro e baixar algumas partículas. "Com cloro fica limpa, o lixo fica em baixo e uns vendem essa água", explicam os jovens.

A maioria dos jovens é proveniente de Benguela. Hossi, por exemplo, mora naquela mata com muitos outros miúdos da sua idade.

Sem receio, aponta para um colchão, sórdido e velho, como sendo a sua cama.

"Os donos da motobomba pagam-nos, por dia, mil Kwanzas e, desta forma, fazemos a nossa comida", conta Hossi, sem largar o balde preto de água.

A vala drena água das indústrias localizadas naquela circunscrição e da Estação de Tratamento do Kikuxi. Quinze minutos depois, o homem adulto de calções e de chinelas de borracha, provavelmente já na casa dos quarenta, passa por nós. Faz uma saudação tímida e fria. Caminha até à vala e, de seguida, abre a porta do camião, saindo em velocidade com o tanque quase vazio. Ah! É o motorista que estava em fuga.

## 8.8 EPAL e ENDE estão no descrédito

*Jornal Economia e Finanças*

*22 De Dezembro de 2017*

*Texto: António Eugénio*

Há muito que os consumidores da Empresa Nacional Pública de Água de Luanda (EPAL-EP), reclamam por medidas práticas relacionadas à melhoria dos serviços prestados, reforçar os testes do líquido, e levar água para vários pontos da capital.

São inúmeras as necessidades que os consumidores, esperam da nova gestão da EPAL, recentemente nomeada pelo Chefe do Executivo João Lourenço, onde destacam o fim das cobranças por estimativa, combate ao garimpo da água, e uso de métodos de gestão que apenas prejudica o consumidor final.

Contactados pelo JE, defendem que a nova gestão implemente projectos facilitadores na captação, tratamento e distribuição da água, e chegue às torneiras das suas casas a preços reais.

Sandra Maria, moradora do bairro Gamek, tem a torneira instalada em casa por técnicos da EPAL, desde 2011, e esperava que em pouco tempo a água jorrasse, passados seis anos a torneira enferrujou, e a chegada do líquido continua uma "miragem".

Ao lado está uma outra torneira completamente enferrujada. É da casa da vizinha Amélia Franco, com semblante carregado, conta que o trabalho da EPAL, não passou de um "conto".

Para preencher o vazio, têm nos quintais tanques de 8 e 12 mil litros de água, que compram aos proprietários de camiões preparados para o efeito, e desem- bolsam em média 15 a 20 mil kwanzas. A qualidade da água é duvidosa com todos os riscos para a saúde, já que se desconhecem os locais de obtenção.

Acresce-se o estado higiénico dos recipientes, aliado ao tempo que água pode permanecer no tanque, que em alguns casos pode demora em média 30 dias ou mais.

## Negócio rentável

O negócio da venda de água por via de camiões cisterna é tão rentável, que a água jorra nas torneiras de algumas casas nos condomínios por sistema de gravidade, depois do abastecimento por camiões cisternas, com contratos "chorudos",

Todos consideram que o trabalho daquela empresa pública nos últimos tempos foi um fiasco. "Houve é muita conversa com os consumidores, a água quase não jorrou, há zonas em Luanda que a qualidade da água é um problema à saúde pública", contam.

Fátima Ester mora no município do Sambizanga faz anos. Vive numa casa modesta, ter água parece coisa de gente abastarda. Nem torneira, nem tanque. Falta-lhe dinheiro. "A EPAL passou aqui muitas vezes, e foi tudo conversa fiada", ironizou.

Espera que a nova gestão da EPAL, "olhe para água como uma necessidade, e não luxo para um grupo, também não quero que montem uma torneira e sem passar água. E nem fazer da água um negócio milionário", disse.

## ENDE-EP

Para a empresa Ende-EP, os nossos contactados reconhecem que se nota ligeira melhoria com destaque para a implementação do sistema pré-pago na cobrança aos consumidores.

Uma medida que consideram inteligente, e deixa pouca margem de dúvida, apesar de reclamarem que as unidades de consumos pagos demoram pouco tempo.

Sobral Augusto, mora na centralidade do Kilamba, lembra que quando foi implementado o sistema pré-pago e com recarga de três mil kwanzas de energia chegava para consumir o mês todo, de lá para cá a situação mudou.

Porém, deixa um recado à nova gestão, que faça chegar a energia eléctrica em todos os cantos de Luanda, assim como iluminar às vias públicas para reduzir com os roubos e raptos. "A Via Expresso é um exemplo, nem sempre está iluminada e é perigosa".

Fernando Pancho, morador do bairro Talatona, está satisfeito com o sistema de cobrança, porém, triste com a ausência do produto e os frequentes apagões no bairro, uma situação partilhada por Conceição.

À nova gestão exige-se energia em quantidade e comunicação sempre que eventualmente exista um

problema no sistema de distribuição aos consumidores.

"Nós queremos que a energia chegue à casa e não ser uma novidade, porque gasta muito com a falta de energia. Os frescos estragam e a delinquência aumenta", refere o cliente.

## 8.9 Municípios exortados ao uso racional

*Jornal de Angola*  
23 De Dezembro de 2017  
Texto: Eduardo Cunha

Os consumidores na cidade de Malanje foram aconselhados a evitarem o desperdício e a pagarem o consumo.

O administrador para a Área de Marketing da Direcção Provincial da Energia e Águas, Miguel Gregório, apelou aos municípios a denunciarem todo o tipo de fraude que for constatada pelos consumidores, contribuindo para um melhor funcionamento da instituição.

Miguel Gregório garantiu que o Governo Provincial continua a desenvolver esforços para o reforço no abastecimento de água potável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os últimos anos, acrescentou, se tem registado um grande crescimento populacional, o que toma o consumo maior. Miguel Gregório defendeu a mudança de atitudes comportamentais dos municípios, para a preservação da água, tendo em conta o volume de investimentos que acarreta.

## 8.10 Água para ninguém

*Jornal O PAÍS*  
23 De Dezembro de 2017  
Texto: Isaac António

Apesar de toda a propaganda que foi feita, o programa água para todos só funciona bem lá onde foram cavadas cacimbas e puseram bombas manuais, ou seja, onde fizeram furos. Porque o resto está com problemas. Alguns têm problemas de filtros ou produtos como o cloro, mas isso é o menos na maioria das comunas e municípios. O grande problema está nos motores, as motobombas para puxar a água até aos reservatórios para que ela depois caia por gravidade, ou mesmo para dar a pressão que leva a águas até aos consumidores. Muitos chafarizes estão parados.

Se nas cidades é o que se vê, não há água às vezes porque não há energia, quanto mais nos municípios e nas comunas. Eu já vi muitos municípios com centrais de captação e tratamento de água que não estão a funcionar. Penso que estes serviços deveriam mesmo ser da responsabilidade directa, do princípio ao fim, da administração municipal.

Estimados,

Neste país falamos muito da malária e de outras doenças e olhamos só para as águas paradas e para o lixo. Tudo isso tem de ser combatido, é verdade, mas temos de olhar também para a qualidade da água que o cidadão consome. A maior parte consome água imprópria. Nas cidades compramos águas das cisternas que ninguém sabe onde são abastecidas. Há gente que não se importa se os outros vão morrer, só quer o dinheiro.

Nos municípios a situação é pior, e nas comunas também, aí, água só mesmo das cacimbas e dos rios ou riachos, mas sem saber se as águas estão contaminadas, ou os solos. Acho que as autoridades devem prestar uma maior atenção à qualidade da água consumida pelos angolanos para termos menos gente a recorrer aos hospitais.

## 8.11 Serviços de água e luz serão municipalizados

*Jornal de Angola*  
27 De Novembro de 2017  
Texto: José Meireles

O abastecimento de água e de energia eléctrica à população de Luanda será feito, a partir de agora, mediante a municipalização dos serviços da EPAL e da ENDE, em consonância com os órgãos da administração locais do Estado.

O anúncio foi feito ontem, em Luanda, num encontro entre o governador provincial e os ministérios da Energia e Águas e da Administração do Território e Reforma do Estado, que decidiu criar uma comissão técnica para os devidos efeitos.

No encontro, o governador Adriano Mendes de Carvalho, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges e a secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, decidiram implementar um modelo de parceria com vista a levar a avante o processo de municipalização dos serviços das empresas de abastecimento de água e de energia eléctrica.

De acordo com a secretária de Estado da Administração do Território e Reformas do Estado, o encontro de ontem, na sede do Governo Provincial de Luanda, surgiu em resposta a um processo que já está em curso, um diploma recentemente analisado e aprovado pelo Conselho de Ministros, relativamente à desconcentração de competências dos órgãos centrais e locais da administração do Estado.

Laurinda Cardoso esclareceu que no fundo, o que se pretende é definir as competências, o modo de actuação dos órgãos da administração local do Estado, para doravante haver uma maior articulação na flexibilização e actuação da EPAL e da ENDE.

Laurinda Cardoso explicou que independentemente do que se discutiu no encontro de ontem, o regime jurídico das empresas do sector de energia e águas permite a criação de empresas concessionárias para os respectivos serviços.

Agora, o trabalho vai continuar do ponto de vista técnico, com vista definição e a criação dos serviços municipalizados que certamente terão que ter uma orientação metodológica do Ministério da Energia e Águas, mas é uma questão a regulamentar, disse.

Segundo ela, há muitos aspectos técnicos e jurídicos que vão ser tidos em consideração, para a definição da melhor forma de articulação que se pretende nos próximos dias, visando a melhoria do abastecimento de água e de energia eléctrica a província de Luanda.

"A finalidade desse trabalho é exactamente a municipalização dos serviços da ENDE e da EPAL. O trabalho está a ser efectivado para materializar esse diploma da delimitação e coordenação das competências dos órgãos centrais e locais da administração do Estado", esclareceu Laurinda Cardoso.

Essa articulação já fazia falta, disse a secretária de Estado da Administração do Território e Reforma do Estado, para acrescentar que de amanhã em diante, um dos métodos que se vai adoptar, é exactamente essa articulação entre as empresas do sector de Energia e Águas e os órgãos da administração do Estado.

De acordo com a governante, nesse ponto de discussão, foram importante as palavras do ministro da Energia e Águas, que mesmo ainda não havendo uma base legal formal, orientou a EPAL e a ENDE a começarem a trabalhar de maneira aberta, de forma articulada com os órgãos locais da administração do Estado.

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, reconheceu que o resultado do desempenho do

serviço da EPAL e da ENDE suscita reclamações e insatisfações por parte dos beneficiários (a população em geral) e dos responsáveis do poder local, em particular.

De acordo com João Baptista Borges, existe um diálogo permanente com o Governo da Província para encontrar as melhores vias de se resolver estas exigências e haver uma articulação entre as duas empresas e o poder local no sentido de ela ser mais eficaz.

## 8.12 Água jorra em torneiras da periferia do Lubango

*Jornal de Angola*

*30 De Dezembro de 2017*

*Texto: Domingos Mucuta*

A água potável já jorra em torneiras de várias residências de bairro periféricos da cidade do Lubango, na província da Huíla, com a conclusão, quarta-feira, da primeira fase dos trabalhos da nova rede de captação, tratamento e distribuição de água.

O projecto de instalação da nova rede de água do Lubango, numa extensão de 140 quilómetro e cerca de 20 mil ligações, resulta de um investimento avaliado em 10 milhões dólares.

O acto oficial do teste dos ramais dos bairros do Santo António, Machiqueira e 14 de Abril (Benfica) foi realizado com êxito pela vice-governadora da Huíla para o Sector Político, Social e Económico. O director provincial da Energia e Águas, Abel da Costa, explicou que as obras de instalação da rede de distribuição de água permitiram estabelecer mais de seis mil ligações nas zonas urbanizadas e suburbanas dos três bairros.

Abel da Costa disse que o processo de instalação da rede foi realizado em paralelo com a montagem de contadores e a assinatura de contratos com os moradores, para que o consumo seja pago com regularidade, numa altura em que a tarifa ronda em 750 a 1.000 Kwanzas por cada 5.000 metros cúbicos. Apelou aos moradores para a cultura de pagamento do consumo.



### 8.13 EPAL vai tomar medidas para detectar rupturas

*Jornal de Angola*  
30 De Dezembro 2017  
Texto: José Meireles

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) vai adoptar, a partir do próximo ano, um sistema de telemetria e telegestão, com recurso a novas tecnologias para detectar rupturas e avarias na sua rede de distribuição, em tempo oportuno, deu a conhecer o novo Presidente do Conselho de Administração.

Num encontro, realizado na sede do Governo Provincial de Luanda, Diógenes Diogo, adiantou que as condutas e as nossas tubagens da Empresa Pública de Águas de Luanda vão ter sensores necessários para detectar, na hora, qualquer violação que possa ocorrer, nas infra-estruturas.

Diógenes Diogo, explicou que a empresa vai investir, a partir do próximo ano, em tecnologias que estarão à disposição da telegestão e telemetria para detectar, em tempo oportuno, quem está a violar a conduta ou mesmo em situações de ruptura que acontecem frequentemente, em Luanda.

"Nós vamos com esse sistema de telegestão e telemetria conseguir fazer isso, mas, como disse, durante a reunião, são investimentos que têm que ser feitos, tem de haver disponibilidade financeira para implementarmos esses projectos. Acreditamos que vamos chegar a esses níveis", disse o PCA da EPAL. A ideia de se implementar esse mecanismo por parte da EPAL, para detectar avarias e rupturas, na rede de distribuição do precioso líquido à população, justifica-se pelo facto de haver elevadas perdas do volume de água, estimadas em 40 por cento.

Diógenes Diogo apontou o dedo ao garimpo, como sendo responsável pela vandalização da tubagem, e que concorre também para as enormes perdas de volume de água, prejudicando a empresa e os seus respectivos consumidores.

O Presidente do Conselho de Administração da EPAL, Diógenes Diogo, acredita que com o combate à exploração ilegal de água, a partir da danificação das condutas, práticas usadas pelos garimpeiros, haverá maior estabilidade no fornecimento e maior satisfação da parte dos consumidores.

"Não é pouco o que o governo perde com o garimpo. Nesse momento, temos uma capacidade instalada de 730 mil metros cúbicos, mas estamos a

produzir só 525 mil metros cúbicos", disse Diógenes Diogo.

No âmbito da sua actuação, a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) pretende também implementar um novo modelo de gestão que passa pelo agenciamento dos seus serviços, a terceiros, e desse modo responder aos desafios da municipalização, em consonância com os órgãos da administração local.

"Com o agendamento dos serviços, nós vamos ter empresas que vão estar ligadas directamente ou estar muito mais próximas da população. É neste sentido que se pretende que, com essa proximidade, o próprio garimpo possa ser detectado com antecedência", esclareceu o presidente do Conselho de Administração.

### 8.14 Valas de drenagem estão a ser limpas

*Jornal de Angola*  
07 De Dezembro de 2017  
Texto: Elautério Silipuleni

Um plano de emergência para limpar as valas de drenagem das águas pluviais e residuais e o nivelamento dos diques de protecção contra as enchentes da cidade de Ondjiva, na província do Cunene, começou a ser implementado na segunda-feira, pelo Governo Provincial, no âmbito do programa de melhoramento do saneamento básico da urbe.

Os trabalhos são executados pela empresa CRBC e têm como objectivo permitir o rápido escoamento das águas pluviais, para se evitarem inundações e danos materiais, principalmente na época chuvosa.

O vice-governador provincial do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Feliciano Salomão Himulova, disse que o sistema de saneamento básico da cidade de Ondjiva vai conhecer melhorias, com a requalificação da vala de drenagem. O governante apontou como um dos principais problemas da cidade as dificuldades técnicas do sistema de drenagem em valas existentes, o que tem originado grandes inundações sempre que caem chuvas intensas.

"Devemos repensar seriamente o sistema que permite o desassoreamento das valas de drenagem, para que nas próximas chuvas não hajam incidentes com a população residente próximo das valas", sublinhou Feliciano Salomão Himulova que acrescentou que a conclusão dos trabalhos de limpeza dos canais de

drenagem e nivelamento dos diques de protecção contra enchentes da cidade de Ondjiva vai melhorar a funcionalidade dos diques, as condições de saneamento básico e também da própria mobilidade urbana.

O vice-governador provincial do Cunene pediu aos moradores da cidade de Ondjiva para terem uma postura cívica e evitar a deposição de resíduos sólidos ao longo das valas de drenagem de águas pluviais e residuais.

## 8.15 Contadores pré-pagos melhoram serviços

*Jornal Economia e Finanças*  
15 De Dezembro de 2017  
Texto: Adérito Veloso

O plano de expansão dos contadores pré-pago a nível nacional, cuja acção está a ser desenvolvida pela Direcção Nacional de Energia Eléctricas para o período 2015-2017, prevê a instalação de cerca de 1.060.000 contadores de pré-pagamento.

Este volume de contadores permitirá atingir no final de 2017, um total acumulado em pré-pago de aproximadamente 1.220.000 clientes.

O ritmo de instalação apresentado até Maio de 2016 ano é em média 250 mil contadores em 2015, cerca de 350 mil (2016) e 460 mil (2017). Antes deste período (2015-2017) tinham sido instalados 172.729 contadores pré-pagos.

Segundo um documento da Direcção Nacional de Energia Eléctrica (órgão afecto ao Ministério da Energia e Águas) a que o JE teve acesso, até Maio de 2016, o processo contar com Luanda, está em cerca de 11 províncias, onde já estão disponíveis 83.940 contadores.

Aumentar as receitas

Na sua estratégia para o sector, o documento acrescenta que a visão do novo modelo comercial visa garantir maior eficácia do processo comercial, consequentemente o aumento das receitas, o aumento do nível de satisfação dos clientes e a redução acentuada dos custos.

O projecto está assente numa estrutura de relacionamento com os clientes, garantindo desta forma uma cobertura total em todo o território nacional com a disponibilização de todos os serviços comerciais e técnicos. Prevê igualmente tarifas atractivas que permitam o retorno de capital investido.

Consta dos principais objectivos que estão a ser executados desde 2015, a reabilitação das redes de distribuição existentes, expansão das redes de distribuição, aumento da fiabilidade do sistema e redução das perdas técnicas, cadastro completo dos pontos de fornecimento e minimização de ligações irregulares.

A iniciativa contempla também a reestruturação e optimização do modelo de contratação, medição, facturação e cobrança, incluindo reforço de modelos pré-pago.

Objectivos globais

O sector da Energia e Águas joga um papel preponderante na prossecução dos objectivos globais definidos na estratégia "Angola 2025", na medida em que contém dois subsectores de infra-estruturas básicas, cuja dimensão e desempenho condiciona o desenvolvimento harmonioso do país.

A estratégia aponta que as empresas públicas dos dois subsectores necessitam de uma "profunda" reestruturação, a fim de serem viabilizadas a sua actividade e reduzir a dependência do Orçamento Geral do Estado no que toca à subsídição.

A fonte acrescenta que serão efectuadas alterações no figurino institucional do subsector eléctrico, assegurando ganhos de escala com as valências existentes e reduzindo as margens de ineficiência comercial, que permitirão estabelecer os novos "entes empresariais e dar início a um programa de actualização progressiva das tarifas e redução dos subsídios".

## 8.16 Moradores da Zona Verde no Benfica exigem fim do negócio dos PT's

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Dezembro de 2017

Texto: Regina Handa & Vânia Inácio

Os moradores falam de um senhor Hebreu, proprietário da empresa que distribui energia por via de um Posto de Transformação (PT), e que o montou há cerca de dois anos.

Misterioso para muitos e desconhecido para outros, a tentativa de quem quer encontrar-se com o senhor Hebreu é tanto infeliz quanto impossível. A equipa de serviços administrativos e mesmo os operacionais não deixa nem mesmo ao morador/cliente que tal privilégio aconteça.

No bairro Zona Verde, localizado no distrito urbano do Benfica, município de Belas, em Luanda, as casas de diferentes tipologias mostram à partida quem são os moradores.

Há mansões e casebres. Lá mistura-se tudo.

E o paradoxal também é que nas primeiras ruas que percorreram a nossa reportagem deparamo-nos com casas com ligação de energia da rede pública da Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE). Ao que dizem os moradores, nas épocas eleitorais as promessas de ligação são intensas, e como exemplo falam também da água e da asfaltagem, onde os arruamentos, recentemente, foram terraplanados com terra vermelha e ficou-se por aí.

O cenário justificava as lamentações dos moradores que aproveitaram, por denúncia, chamar a reportagem deste jornal a constatar "in loco" o drama que se vive neste bairro de luxo para uns e de miséria para outros tantos.

Contratos são caríssimos

No bairro Zona Verde, por um contrato monofásico paga-se 240 mil kwanzas. A mensalidade são seis mil. Já para um contrato trifásico paga-se 400 mil kwanzas e a mensalidade 12 mil. Como se não bastasse o pagamento é fixo, independentemente dos dias em que se verificam cortes no fornecimento, que segundo dizem, o proprietário argumenta não serem as interrupções por sua iniciativa e vontade.

A Zona Verde pode ser ilustrativa do que acontece em bairros como Mundial, Tendas, Floresta, Autódromo, Km 30, enfim, tantos e tantos que surgiram na extensão do Benfica, no município de Belas.

Sérgio Ladislau é morador do bairro. Como outros, socorre-se de um gerador para tentar de forma ininterrupta não faltar energia eléctrica. Mas os gastos com combustíveis não o deixam cómodo. Ao pagar o contrato trifásico esperava melhorar a sua condição de vida. Foi ilusório e só sonho mesmo.

Como ele, quem também reclama do péssimo serviço disponibilizado pelo Posto de Transformação (PT) do senhor Hebreu é o morador António Libra. O docente universitário pede maior responsabilidade, embora denuncia a existência de grupos que continuam a fazer monopólios e desrespeitam os consumidores.

"Há cerca de dois anos se não mais houve um decreto a pôr fim aos operadores privados no segmento da distribuição de energia. Só não entendo

como é que até ao momento a ENDE não assume as suas responsabilidades".

Um outro morador, mais antigo ainda no bairro, pois já leva cinco anos de vivência, diz ser preciso que se melhore as condições de habitabilidade nesta parte de Luanda.

Francisco Segredo quer entender as razões de tanta demora, num bairro até facilitado pela boa organização dos quarteirões.

Para ele, seja a Ende, seja a Epal têm tudo para levarem aos moradores os serviços, contando até com a boa vontade dos moradores.

A moradora Winnie Domingos também alinhou na ideia dos vizinhos. Os PT privados têm de pôr termo à sua actividade.

## 8.17 Varredores benguelenses “sem Natal” por falta de remuneração

*Jornal O PAÍS*

*23 De Dezembro de 2017*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

Na manhã de Terça-feira, 19 de Dezembro, as artérias do município sede de Benguela tiveram um início de dia diferente do que é habitual, pois não se viam varredores a trabalhar.

Tudo porque, ao invés de realizarem o seu trabalho rotineiro, das 7h da manhã à 1h da tarde, a varrer as ruas da cidade das acácias rubras, os trabalhadores e trabalhadoras decidiram reivindicar os seus direitos.

Assim, suspenderam actividades, reclamando as remunerações em falta há dois meses e duas semanas, acusando a Administração Municipal de Benguela (AMB) pelo facto de que, desde que houve mudança de administrador não recebem vencimentos.

Varrer ruas de sol a sol, em troca de comida

"O administrador antigo de Benguela prometeu-nos que, deveríamos trabalhar e receber aquilo por que temos trabalhado", explicou o jovem Joaquim Cassanda, de 22 anos, que presta serviços à AMB há seis meses. Esse acordo feito, segundo contaram as mais de duas dezenas de trabalhadores penalizados, defendia que o salário a ser pago seriam 20 mil Kwanzas mensais, em troca da limpeza das ruas, de Segunda a Sábado.

Todavia, os varredores das ruas das acácias rubras narraram que Leopoldo Muhongo, em Abril de 2017, na altura administrador municipal, argumentando

limitações orçamentais propôs-lhes o fornecimento de bens alimentares como pagamento, tendo eles concordado.

Deste modo, semanalmente, os colaboradores dos serviços gerais recebiam de vencimento cerca de 8Kg de fuba, 1L de óleo, 2Kg de arroz, barras de sabão, sacos de feijão e, assim, o acordo foi funcionando.

Porém, Joaquim informou que desde Outubro, quando Muhongo foi substituído por Carlos Guardado, as remunerações cessaram. "O administrador actual falou connosco tendo asseverado: "quem quiser trabalhar, trabalha, quem não quiser, pode ir para casa".

Descontente com a actual situação precária que vive, por consequência da ausência de salário ou qualquer tipo de contrapartida pelo trabalho prestado, financeira, alimentar ou de outro género, o benguelense apela à resolução do problema.

Sofrendo do mesmo mal, Rosalina Garcia, presta serviços à administração de Benguela há um ano e quatro meses, enquanto varredora das artérias do município sede.

Indignada com a compensação inexistente, realçou: "o nosso contrato foi com o senhor Muhongo, que saiu. Trabalhámos, nunca tinha falha. Com esse administrador que entrou, estamos há dois meses e uma semana sem nunca nos pagaram."

Quando a comida falta e o trabalho continua

"Nós ganhamos fuba", anunciou Rosalina. Nos últimos setenta dias, essa fuba tem faltado no seu lar. Ela e os seus demais colegas, na grande maioria, mulheres, dizem não ter nada em casa e, é natal.

Revoltado com o panorama, o jovem Joaquim enunciou: "quando fomos contratados para trabalhar, a cidade estava suja, as empresas de limpeza já não estavam a trabalhar, então, fomos chamados para prestar serviços à administração".

Na altura, "trabalhámos nas valas, varremos a cidade" por isso, custa-lhe perceber que, agora, "depois de a cidade estar limpa, então já não nos querem, estamos a ser expulsos" e sem salário, lamentou Joaquim Cassanda.

Neste momento, a munícipe Rosalina Garcia preocupa-se com o seu futuro, uma vez que, por terem paralisado os serviços ontem, terão recebido represálias.

Supostamente, o administrador municipal, Carlos Guardado, segundo o testemunho dos cidadãos

lesados, terá dito à responsável pelos trabalhadores dos serviços gerais que, os que não trabalharem, a partir de Janeiro, estarão dispensados.

Por seu turno, Rodé Ernesto, de 27 anos, mãe de três crianças, lamenta a instabilidade no emprego. Antes, produzia fuba, auferindo 10 mil kwanzas mensais, por isso, aceitou trabalhar na A.M.B., para ganhar o dobro.

O marido paga-lhe a viagem de táxi para o trabalho porque a cidadã não tem salário. Falando em seu nome, reflectindo a vontade dos demais colegas, a jovem solicitou: "queremos o que nós trabalhámos".

Contactado para se pronunciar sobre a questão, o administrador municipal de Benguela, alegando que "são eventuais, não podem impor regras nem exigir direitos de trabalhadores efectivos", declarou: "nós não vamos falar sobre esse assunto".

Assegurar a higiene em condições decadentes

As queixas expostas pelos mais de vinte trabalhadores não se resumem ao salário que não vêem, nem aos bens alimentares que deixaram de receber. Porque, meios para trabalharem de forma condigna, também não os têm.

Exemplificando, Tchilombo Cambimbe, jovem de 23 anos de idade, varredora no município sede de Benguela há 8 meses, fez saber que os materiais providos pela administração, para que faça o seu trabalho, são poucos.

Tais utensílios resumem-se à bata, colete, pá e carrinho de mão. São-lhes dadas luvas também, contudo, de acordo com Tchilombo, "as luvas são aquelas leves", a seu ver, impróprias para o trabalho que efectuam.

As lides obrigam a que estejam em contacto constante com volumes de lixo, de diversa ordem, em vários estágios de decomposição, poeiras, excrementos de animais e humanos. Todavia, dizem não receber máscaras para sua protecção.

Para exercerem a profissão com dignidade, os trabalhadores, que criam as suas próprias vassouras, esperam que a administração lhes dê botas, uniformes, luvas fortes, máscaras, óculos e chapéus, para resistir em ao sol ardente, diariamente.

## 8.18 Operadoras de lixo desistem da limpeza

*Jornal de Angola*  
29 De Dezembro de 2017  
Texto: João Lubaco

As empresas contratadas pela Administração Municipal do Lubango para procederem à recolha do lixo na cidade abdicaram do compromisso por falta de pagamento, disse na quarta-feira à imprensa o administrador da cidade, Francisco Leonardo, que falava por ocasião da cerimónia de cumprimentos de fim de ano.

Segundo Francisco Leonardo são necessários dez milhões de Kwanzas mensalmente para que a cidade seja limpa. "Para darmos resposta cabal ao saneamento básico da cidade temos de mobilizar 120 trabalhadores, mas não temos disponível dade financeira para tal, daí que usemos os meios à nossa disposição para recolher e dar o devido tratamento aos resíduos sólidos".

O responsável municipal lamenta o facto de as empresas que têm contrato para a recolha do lixo terem desistido por não serem pagas há mais de três anos.

"Uma das grandes preocupações que os munícipes têm estado apresentar prende-se com o débil saneamento básico. A nível do município, este ano o orçamento previsto para limpeza é de três milhões e 450 Kwanzas, e só recebemos 676 mil e 420 Kwanzas, quantia que não chega para os trabalhos que se impõem", deplorou.

A Administração Municipal, segundo Francisco Leonardo, deve a algumas operadoras de lixo desde 2015, daí a razão de estas desistirem de limpar a cidade. "Por isso, a própria Administração Municipal está a assumir com os seus próprios meios a limpeza da cidade.

## 8.19 Amontoados de lixo aumentam índice de malária em Benguela

*Jornal O PAÍS*  
30 De Dezembro de 2017  
Texto: Zuleide de Carvalho

Benguela já foi uma metrópole bonita e limpa, dizem os antigos, que viveram o tempo colonial.

Hoje, a cidade das acácias rubras têm lixo em todo o lado, reflectindo-se negativamente na saúde das crianças.

Na urbe ou na periferia, o lixo é recolhido irregularmente, nesta última então, é pior. Há Bairros que ficam meses a fio a acumular resíduos sólidos em plenas ruas, onde as crianças brincam e contraem malária. De acordo com o testemunho da doutora Ana Cardoso, responsável interina da pediatria do Hospital Geral de Benguela, (H.G.B.), a malária é a doença que mantém os médicos e técnicos de saúde mais ocupados actualmente.

Segundo a médica residente em pediatria, os 14\$ casos de crianças diagnosticadas com malária grave, internadas em Dezembro, devem-se à proximidade do lixo às áreas habitacionais, nas zonas A e B do município sede.

Preocupada com o quadro, a doutora Ana Cardoso declarou que, "este mês (que ainda não terminou), nota-se um acréscimo nos internamentos por malária", sendo o principal factor "o défice de saneamento básico na periferia".

Na manhã de ontem, a pediatria controlava 59 crianças com "malária complicada" e, no mês de Novembro, foram internadas até 130 crianças, tendo havido mais de vinte que faleceram devido a esta patologia. Com capacidade para cerca de 45 camas, as enfermarias para a malária estão sobrelotadas, uma vez que têm 14 crianças além do limite, o que obriga a dormirem dois pacientes por cama.

Por causa de uns, pagam os outros

Há uma relação directa entre amontoados de lixo nas periferias, nas valas da zona urbana e o aumento de crianças afectadas com malária. Caso chova, o cenário irá piorar. Por sorte, tem chovido pouco. O munícipe Abel Marques, residente em Benguela, zona A, fez saber que "antigamente, os carros vinham de três em três dias". Actualmente, a situação está "péssima", não havendo apanha do lixo há 45 dias.

A senhora Maria dos Santos, acha que "o lixo está mal no bairro, tem que se tirar, porque está a trazer muitas doenças, paludismo, vômitos, diarreia", sendo um constante motivo de aflição para os munícipes.

Concordando, Africano Andrade, morador no bairro Calohombo, zona B, informou que, quanto à colheita do lixo, "a empresa não faz o trabalho como deve ser, passamos quatro semanas sem eles aparecerem." Assim, a pediatra Ana Cardoso, argumentou: "não há recolha do lixo, os mosquitos depositam os ovos", é aí que as crianças das periferias brincam, logo, isto "está na base do aumento dos casos de malária."

E, por causa da inoperância dos serviços de limpeza da cidade, quem paga são os hospitais, vêm-se lotados com crianças com malária. Por sua vez, não

têm todas as condições para atendimento, faltando medicamentos.

Quanto aos fármacos para malária, a doutora Ana enunciou que hospital tem stock para garantir atendimento, alegando que, "de momento, nós temos medicamentos para acudir essa situação, temos os anti maláricos".

Todavia, não foi isso que se viu, ao entrevistar-se os pais de dois pequenos internados, sendo-lhes receitados fármacos e material gastável que teriam de comprar, dentre esses, consta o Artemether em ambas as receitas.

Orlando Alves, que tem o filho de 4 anos internado com malária, desde Quarta-feira, recebeu ontem, da equipa que tem cuidado do seu rapaz, uma receita para que fosse comprar "Artemether, Amoxicilina, seringas e agulhas".

Confirmando as causas na base da epidemia associadas ao lixo, o município vive com a mulher e os cinco filhos no bairro Bela Vista Baixa, situado na Zona B, no município sede de Benguela.

Já Maria de Fátima, residente na Seta Antiga, outro bairro com o mesmo problema, tem o filho de 4 anos com paludismo, internado desde o dia 25, para quem comprou "Artemether, Amoxicilina, Ácido Fólico e seringas".

Inquieta, a jovem mãe mencionou que, no início, o petiz tinha "muito, muito paludismo" mas que, a cada dia, nota melhorias. Contudo, mostrou-se desassossegada com a abundância de mosquitos na enfermaria, que não tem mosquiteiros.

Pais reclamam do atendimento pediátrico "lento"

Na manhã de Quinta-feira, às 9h30, um jovem encontrava-se com o filho na pediatria desde as 5 horas da manhã, à espera que lhes fosse passada a receita para os medicamentos, pois o médico "estava reunido".

E o cidadão Orlando Alves alega ter chegado com o filho Maurício febril, ao hospital, ao meio dia de Quarta-feira e terem sido atendidos apenas seis horas depois, às 6 da tarde.

Questionada sobre a suposta morosidade dos serviços, a responsável interina refutou, dizendo que "os pais querem ser atendidos na hora" porém, o tempo médio de espera é de cerca de uma hora e meia, assegurou.

Sem contar com a malária, as outras doenças mais registadas na pediatria do H.G.B. são bronco

pneumonia, patologias diarreicas agudas e também 12 casos de tuberculose, que vêm crescendo, transmitida por adultos às crianças.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Golfe 2 transformado em campo da morte

*Jornal O Crime*

*23 De Dezembro de 2017*

*Texto: Norberto Paulo e Engrácia*

*Francisco*

De acordo o Comunicado de Imprensa do Comando Provincial de Luanda a que 'O Crime' teve acesso, quatro suspeitos do assassinato dos cinco jovens no bairro da Lixeira, Urbanização ova Vida, já estão detidos e são todos efectivos colocados na 32ª Esquadra da Polícia acional, dos quais dois a responder em processo disciplinar por violação de normas na condução de detidos amplamente divulgado nas redes sociais.

Na edição 63, este jornal divulgou os nomes dos suspeitos envolvidos neste crime hediondo que chocou a sociedade luandense pelas circunstâncias em que o crime ocorreu. Dentre os nomes citados, destacam-se: Fernando Chaves, Chefe de departamento no Serviço de Investigação Criminal (SIC), no Kilamba Kiaxi, Osvaldo Nascimento, especialista, e dois outros efectivos do mesmo órgão.

Conforme apurado, foram assassinados, no espaço de dezasseis dias, oito jovens com idades compreendidas entre 16 a 22 anos, no Distrito do Kilamba Kiaxi, município do Belas. O primeiro caso ocorreu a 14 de Novembro, onde cinco jovens identificados por: Da Chiquito ou Da Rijura, 19 anos, Fábio ou Panda, 19 anos, Zé de Fora, 20 anos, Domingos Marcos, conhecido também por Dada dois, 21 anos e Luís Manuel Serrote, mais conhecido por Stobo, 17 anos, foram mortalmente assassinados, no bairro da Lixeira por agentes do Serviço de Investigação Criminal.

Abreu Manuel Costa, tio de uma das vítimas, identificada por Domingos Marcos, 21 anos, conta que seu sobrinho tinha saído de casa a três meses, para viver com um dos seus familiares, no bairro do Zango na quinta-feira, 13 de Novembro, regressou ao Golfe 2, mas na manhã do dia seguinte decidiu voltar para o Zango. Não se sabe o que realmente aconteceu, mas horas depois, foram surpreendidos por gritos dos vizinhos dando conta que cinco jovens tinham sido assassinados e os cadáveres abandonados na montanha da Lixeira.

"Na manhã de sexta-feira, ele mesmo comprou o pão e fez o matabicho, depois disse-me que voltaria ao Zango. Por volta das 12 horas, reunidos em casa, fomos surpreendidos por uma multidão de pessoas a gritar 'mataram', 'mataram'... Uma vizinha chegou aqui e disse à minha mulher que ia também para lá" lembrou, Abreu Costa, acrescentando que o reconhecimento do corpo só foi possível, porque sua esposa resolveu acompanhar para ver de quem se tratava e ficou surpresa quando avistou o corpo de seu sobrinho, deitado no chão e cravado com oito tiros.

Depois de ter recebido a triste notícia, Abreu Costa deslocou-se às pressas para o local onde encontrou os corpos já em estado de putrefação. "Eu cheguei ao local por volta das 15 horas e encontrei os corpos já com mau cheiro e a despelar... Como é possível, se supostamente foram mortos as 12 horas? Pronto, foi triste!" Lamentou, para mais adiante acrescentar que seu sobrinho foi baleado com um tiro na cabeça e perfurado o crânio, dois na barriga, dois na bexiga e em outras regiões do corpo, perfazendo no total oito disparos.

De acordo com os familiares, no dia do funeral foram ainda surpreendidos por alguns efectivos da Polícia acional, alegando que havia um grupo de jovens amigos das vítimas mortais, que pretendiam organizar uma rebelião contra um dos efectivos da corporação que residia naquela zona.

"No momento em que nos preparávamos para o funeral, apareceram quatro agentes da Polícia, perguntando por mim, como o responsável da família, dizendo que o comandante se encontrava no interior da viatura da Polícia e que queria falar comigo. Posto lá, o comandante me disse que havia um grupo de jovens, supostos amigos do falecido que ameaçavam fazer uma rebelião, inclusive invadiram a casa de um dos efectivos da Polícia que reside no referido bairro", contou.

Com olhar lacrimajante ao recordar a forma fria e brutal que seu sobrinho foi assassinado, Abreu Costa contou à nossa equipa de reportagem que acolheu Domingos Marcos (a vítima) quando este tinha apenas três anos de idade e com muito sacrifício o criou dentro dos costumes aceitáveis na sociedade, mas mesmo assim este não conseguiu absorver estes ensinamentos.

"Ele tinha uma mente um pouco retraída... Ora roubava telefones, mesmo na escola onde ele estudava... Tanto que eu cheguei a leva-lo à Judiciária onde abri-lhe um processo e passou a ter o acompanhamento de uma psicóloga e durante três

meses, depois de notarem que já estava bom, parou com as consultas", contou o tio do malogrado acrescentado que aquele nunca foi detido e não há registo de um dia ter dormido fora de casa.

## 9.2 “Não estamos muito mal em termos de criminalidade”

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2017*

*Texto: António Pimenta*

A falta de iluminação pública, na opinião do porta-voz do Comando Provincial de Luanda, Mateus de Lemos Rodrigues, prejudica o trabalho nocturno dos agentes da ordem pública. Apesar disso, a autoridade considera Luanda uma cidade segura e com índice de criminalidade baixo comparativamente às capitais mais violentas do mundo.

A natureza dos crimes que se registaram, recentemente, em Luanda, levaram a que muitos cidadãos passassem a considerá-la cidade de risco, Qual é a leitura que a Polícia faz sobre o assunto?

Se me perguntares se podemos considerar a cidade de Luanda uma cidade segura, eu diria que sim...podemos. Contudo, precisamos ter em conta alguns elementos que considero importantes. Luanda tem um território com 18 mil quilómetros quadrados e uma população estimada em cerca de sete milhões de habitantes. Ocupa apenas 1,5 por cento de todo território nacional e quase 30 por cento da população nacional. É no Município de Luanda que se encontra a maior densidade populacional do país. Tem mais população que as províncias do Bié, Huambo e Benguela juntas. Tudo isso representa factores a considerar, quando falamos de criminalidade ou segurança dos cidadãos. Além destes, existem outros factores externos, que, em nossa opinião, contribuem para o aumento da criminalidade na nossa capital. Os problemas de urbanização que temos e a falta de iluminação representam alguns destes factores que contribuem para o actual estado das coisas em Luanda, onde a criminalidade suscita alguma preocupação, não tanto pelos crimes em si, mas por se estar a assistir a um aumento na forma violenta como esses crimes são cometidos. A sociedade luandense está a ser forçada a conviver com crimes muito violentos e, como disse muito bem, alguns deles fora daquilo que consideramos o padrão da convivência social dos angolanos.

Em termos estatísticos, é possível fazer uma abordagem sobre os índices da criminalidade em Luanda?

Os índices da criminalidade em Luanda situam-se entre os 6, 9 homicídios por cada cem mil habitantes. Taxas que ficam muito a quem dos números registados nas cidades tidas como as mais violentas do mundo, com o registo de 107 homicídios, em cada cem mil habitantes.

Com a apresentação destes índices, podemos afirmar que Luanda não vai muito mal em termos de criminalidade?

Não. Não estamos muito mal em termos de criminalidade. Mas temos contra isso o sentimento de insegurança que paira no seio da população, o que indicia para uma cidade muito mais violenta do que ela representa na realidade.

Quais as medidas preventivas que a polícia tem vindo a adoptar para prevenirem a onda crescente da criminalidade em Luanda?

Prevenir e combater o crime apresentam-se como uma das principais tarefas da polícia. Mas, mesmo assim, não podemos garantir que quem comete um crime não volta a cometer crimes, depois de penalizado. Até porque a sociedade continua a produzir criminosos.

Não é só com a acção da polícia que nós vamos combater o crime. É necessário que haja o envolvimento de outras sensibilidades e a adopção de políticas públicas que estabeleçam medidas preventivas, que, de alguma forma, possam contribuir para se pôr fim aos criminosos. O problema da criminalidade representa um assunto multidisciplinar e multissetorial. Nós, Polícia ou Ministério do Interior, entramos na senda da punição dos criminosos. Portanto, quando se pune é porque o criminoso já existe. Não é a polícia que produz os criminosos. É a sociedade que os produz. Cabe à sociedade a definição de estratégias para limitar ou reduzir a produção de criminosos. A Polícia garante que eles sejam punidos, mas não pode garantir que não vai haver novos criminosos.

Acredita na criminalidade como um mal social?

A criminalidade é, sem dúvidas, um mal social, cuja solução transcende o simples envolvimento da polícia. A simples actuação da polícia reside na punição dos criminosos.

Pode-se considerar Luanda uma cidade segura?

Pode-se sim e os comprovativos estão aí. Estamos com uma média diária de menos de um homicídio por dia.

Que tipologia de crimes Luanda mais regista?



Os furtos representam a tipologia de crimes mais praticada em Luanda, com maior incidência para o roubo de dinheiro e bens que podem ser facilmente comercializados. O problema que se põe é que grande parte destes crimes é praticada com o uso de armas de fogo e que os presumíveis meliantes as utilizam, em caso de resistência das vítimas, resultando em homicídios seguido de roubo. Por estas razões, continuamos a ter, entre as nossas prioridades, a campanha de recuperação de armas de fogo, que consiste no desarmamento pacífico da população civil, desenvolvida a nível do Comando Geral. E outra que consiste na recolha compulsiva e captura de elementos em posse de armas de fogo. Em função do trabalho que desenvolvemos, apresentamos, diariamente, ao tribunal vários indivíduos que são apanhados em posse de armas de fogo.

Mas esta é uma campanha que, apesar de existir há já algum tempo: não impede a alta de crimes praticados com armas de fogo?

Sim! O processo está em curso há já algum tempo e com resultados muito positivos. Mas não podemos avançar mais dados, por se tratar de um assunto sob a alçada do Comando Geral da Polícia.

Recentemente, dois crimes tenebrosos marcaram os luandenses, que hoje evitam, ao máximo, a circulação na Via-Expressa, por a considerarem de alto risco?

Se olharmos um pouco para as pessoas que diariamente fazem este trajeto, vamos dar conta que as pessoas continuam a utilizá-lo como o faziam anteriormente. Agora, temos que reconhecer que os incidentes violentos que se registaram recentemente nesta via terão, com certeza, influenciado a opinião que se tem em relação a mesma e o consequente sentimento de (in) segurança. Relativamente a medidas preventivas, nós aumentamos a presença da Polícia na área, com a instalação de postos em quase toda a sua extensão. Aumentamos também as medidas preventivas para a localização e detenção de suspeitos que operam naquela área.

Os raptos parecem indicar uma tendência para uma nova tipologia de crime...

O rapto em si não corresponde a uma nova tipologia de crimes. A Lei 3/14 que é a mais recente, traz já algumas especificações, onde o crime de rapto está previsto. A questão é que, quando falamos de rapto ou sequestro, nós estamos a falar daquele caso em que os criminosos exigem resgate. Em 2017, foram registados seis crimes de rapto, em Luanda, envolvendo estrangeiros, nomeadamente, da África Oriental, chineses, portugueses e franceses.

Cidadãos criticam o serviço prestado pela Polícia, no que concerne à clonagem dos cartões multi-caixas. Alguns chegam a acusar a Polícia de conivência na utilização indevida dos cartões, após furto ou clonagem. É possível um pronunciamento a respeito?

Esta representa uma questão relacionada com o atendimento público que a Polícia e os órgãos do Ministério do Interior prestam ao cidadão, que, reconhecemos, ainda não é dos melhores. Mesmo assim, nós atendemos a todas as denúncias que nos chegam; damos-lhes o devido tratamento e divulgamos os resultados.

Luanda tem Polícia comunitária?

Temos implementado algumas acções concretas de polícia de proximidade. Existe, no município de Belas, mais concretamente na cidade do Kilamba, uma unidade especializada de policiamento de proximidade e, cada vez mais, têm sido desenvolvidas, a nível de todos os municípios da cidade de Luanda, acções de proximidade ou de policiamento de proximidade.

A vandalização dos postos e cabines de energia e das condutas de água, hoje, é prática diária em várias zonas da cidade de Luanda. O que diz a Polícia? Estas representam o tipo de situações específicas, cuja solução não passam apenas pela intervenção do Estado. Enquanto promotor da segurança pública, o Estado tem a responsabilidade de proteger o cidadão. Mas, mesmo assim, pensamos que o cidadão comum não deixa de ter as suas responsabilidades no que a segurança pública diz respeito, denunciando em tempo útil e oportuno as anomalias que, eventualmente, venham a registar-se.

Mas comenta-se que muitos destes crimes são cometidos nas barbas da Polícia.

Não acredito que esses crimes sejam cometidos em presença ou à volta dos agentes da ordem, que, em alguns casos, patrulham com regularidade as áreas em que esses crimes são cometidos. Mas, o mesmo não posso dizer dos moradores que residem nestas zonas. Na maior parte dos casos, eles assistem impune à execução destes actos ilícitos, sem mover uma palha para evitar que o pior aconteça. O que salta aqui à vista é a ausência de mecanismos de alerta policial. Ou seja, o cidadão precisa de ser melhor informado sobre a responsabilidade que tem na protecção da sua área de residência e o que tem que fazer para garantir a sua própria segurança e a segurança da zona em que reside. Nós temos estado a trabalhar afincadamente nisso, mas é importante fazer mais. É um trabalho que exige a participação de todos, aos mais diversos níveis da sociedade.

Portanto, o cidadão deve ajudar mais?

Como cidadãos que somos, temos todas obrigações com a nossa própria segurança e com a segurança da comunidade, nas zonas em que residimos. É importante que se faça passar esta mensagem com clareza. As pessoas devem estar informadas sobre os procedimentos a adoptar, para reduzir as oportunidades aos marginais e ganhar consciência de que a Polícia não pode trabalhar com base em presunções; adivinhar se houve crime, vandalização dos postes de energia eléctrica ou das condutas de água.

É muito notória a dualidade de critérios na apresentação pública de eventuais criminosos, violando o princípio da presunção da inocência?

A questão tem a ver com a forma como os órgãos de informação editam as matérias. Por princípio, a Lei garante protecção igual para todos os cidadãos. Enquanto não for julgado, ninguém deve ser exposto publicamente.

### 9.3 Apreendidas armas em posse de civis

*Jornal de Angola*  
27 De Dezembro de 2017

Efectivos da Polícia Nacional na província do Cunene apreenderam no decurso da semana finda, nos municípios de Ombadja e da Cahama, 14 armas de fogo de diversos calibres, que se encontravam em posse de cidadãos civis.

De acordo com o intendente Nicolau Tuvecalela, das armas de fogo apreendidas destaque para oito do tipo AKM, duas pistolas e uma carabina.

Os meios apreendidos resultam de várias micro operações realizadas em Xangongo, Ekondo, Cavalawa e Tapela, resultando igualmente na detenção de um cidadão e apreensão de 45 cartuchos de armas de caça e 24 de AKM.

Em relação à criminalidade no Cunene, Nicolau Tuvecalela disse que no período em causa foram registados 20 crimes de natureza diversa, menos um em relação à semana anterior, dos quais 19 foram esclarecidos, com a detenção de 19 cidadãos.

No âmbito do Serviço de Investigação Criminal, foram abertos 21 processos crimes e remetidos 51 outros processos ao Ministério Público, sendo 20 para legalização e 31 reexames.

Foram levados a julgamento sumário quatro réus acusados de crimes de ofensas corporais, condenados nas penas de seis meses de prisão efectiva e multas correspondentes.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Docentes debatem influência das alterações climáticas na economia

*Jornal Expansão*  
01 De Dezembro de 2017  
Texto: Alexandre Lourenço

Os estudos sobre as alterações climáticas e o aproveitamento do património natural têm influência na diversificação da economia, defenderam os participantes nas X Jornadas Científico-Técnicas da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), subordinadas ao tema: O contributo das ciências na diversificação da economia. De acordo com o docente de Ecologia da UAN, João de Almeida, as mudanças devem ser estudadas para se conhecer, minimamente' como se desenvolveram as alterações climáticas. Isto porque a informação resultante da investigação é determinante para estruturar uma estratégia para a diversificação da economia.

"Um estudo feito numa zona não permite que um empresário invista, por exemplo, na agricultura num local onde há previsão de fortes períodos de seca, nos próximos anos, ou a construção de assentamentos humanos em regiões que vão estar sujeitas a fortes chuvas e possíveis enchentes", exemplificou.

O professor universitário recomendou ainda a consulta dos estudos desenvolvidos pelo Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC) porque as alterações podem acontecer numa região onde se pretende implantar actividade económica.

"Estamos conscientes de que as mudanças climáticas terão influência, não só na produtividade da agricultura, da pecuária e das pescas, mas também na produção de energia e no turismo. É importante que as entidades consultem o IPCC para se compreender a urgência de estudos", frisou. Eduardo Gaspar, estudante do 2º ano de Geofísica, apontou que os períodos de seca e as tempestades poderão aumentar, com consequências na economia.

"O País teve, recentemente, muitos prejuízos humanos e económicos devido à situação de seca que se registou na província do Cunene. E só um exemplo para mostrar o quanto as alterações climáticas podem influenciar o desenvolvimento de uma economia", rematou. Já a docente universitária Cristina Borges, que falou sobre a química do

património natural de Angola: contributo para a diversificação da economia, disse que a diversificação pode ser feita a partir de várias áreas, entre elas o património natural desde que se estructurem boas estratégias de arrecadação de receitas.

"O património natural não tem sido bem aproveitado. O que acontece é que está programado, planeado e as pessoas actuam, mas depois falham no controlo, porque é preciso saber se estão a obedecer ao que está regulamentado, por exemplo, para a extracção dos minerais e, quando não estão a obedecer, para serem alvo de uma multa", explicou.

Para Francisco da Costa, docente de Matemática do Instituto Superior de Ciência da Educação, por vezes, não é suficiente ter património, mas é importante que se criem mecanismos para que ele possa contribuir para a receita da economia nacional.

### 10.2 Chuva destrói mais de 400 casas e mata dezenas de pessoas

*Jornal Liberdade*  
01 De Dezembro de 2017  
Texto: Mukua Kilunji

As famílias desalojadas pelas intempéries deambulam pelas comunidades como se estivessem a fugir de uma guerra sangrenta a procura de um refúgio qualquer nas localidades vizinhas. A situação é arrepiante, mulheres em estado de gestação, crianças e velhos, todos no desamparo e entregues cada um ao seu azar.

Luquembo, Quirima e Massango, são os municípios mais afectados, localizados a sul e a norte da província, distam um percurso de 200 a 340 quilómetros de estrada em relação à cidade de Malanje.

Numa velocidade média, o trajecto leva de seis a oito horas, uma viagem desagradável e desgastante, tendo em conta estado precário das vias.

Sendo que as estruturas e meios de protecção estão confinadas na capital da província e, dado ao longínquo percurso, a falta de uma comunicação eficaz entre o centro e as restantes localidades, fragiliza sobretudo a actuação imediata dos serviços de bombeiros nos casos de sinistralidades naturais e outras.

A equipa do semanário Liberdade arriscou-se na aventura e deslocamo-nos até ao município do Quirima, cerca de 340 quilómetros da cidade, numa aventura para dizer "nunca mais". O que constatamos quando da nossa chegada ao local, é extremamente

dramático. Famílias a espera do socorro que nunca chega, sem alimentação, sem vestuário, crianças a padecerem, havendo situações em que os cadáveres são sepultados apenas embrulhados num pano velho.

Sobre as pessoas desaparecidas, populares alegam que, pela forte correnteza das chuvas intensas, alguns são arrastados pelas águas e levados até aos rios ou lagos, onde acabam por desaparecer.

As autoridades tradicionais junto com as administrações municipais, naquilo que constatamos, também – estão desprovidos de quaisquer meios que possam acudir à desgraça. Pela debilidade comunicativa entre o município Sede e os restantes, existem casos em que as autoridades tradicionais vêm-se na obrigação de enviar um membro da comunidade até à cidade no sentido de transmitir um recado no caso de haver algum acontecimento anormal, seja no ponto de vista da natureza ou criminal.

A deslocação dessas zonas até a cidade e o tempo que leva para as entidades disponibilizarem os meios para dar resposta, em termos numéricos, já muitas vidas foram ceifadas. Lamenta-se, mas essa ainda é a realidade retrógrada da província de Malanje e não só.

De regresso à cidade e, em busca de subsídios por parte do órgão que se encarrega dos serviços de protecção civil à nível da província, todavia a informação não nos foi prestada, simplesmente por desconhecermos o semanário *Liberdade*, que por razões justificáveis, as publicações são confinadas unicamente na capital do país. «O quê, *Jornal Liberdade*?! Nunca ouvimos falar desse jornal, é de onde? Fica aonde? É complicado prestar entrevista a um jornal que não se conhece", e despediu-se.

Conseguimos, por insistência, colher alguns dados de um funcionário de base do corpo de Bombeiros que pediu anonimato por razões óbvias. Como nos contou, existe alguma carência no que se refere a meios locomotivos e uma vez que se trata de regiões que levam muitas horas de trajecto, há necessidade de se preparar atempadamente uma boa logística, desde combustível, alimentação, equipamentos, etc, para acautelar certos riscos. "Esses municípios são muitos distantes, eu até nunca cheguei lá, conheço poucos municípios aqui da província", disse.

### 10.3 Exploração ilegal de inertes coloca o ambiente em risco

*Jornal de Angola*

02 De Dezembro de 2017

Texto: André da Costa

Arcia, burgau, pedras e calcário, recursos naturais utilizados na construção civil, continuam a ser explorados por pessoas singulares e por várias empresas, em todo o país, sem se avaliar o impacto ambiental junto das comunidades residentes ao redor das áreas em que são extraídas.

A situação preocupa o Executivo, uma vez que existe falta de conhecimento do actual Código Mineiro, por parte das pessoas singulares e das empresas que exploram esses inertes, bem como de técnicos de fiscalização por parte do Ministério dos Recursos Naturais, e Petróleo.

Paulo Pereira, técnico da Direcção Nacional de Ambiente e Segurança do Ministério dos Recursos Naturais e Petróleo, disse que as pessoas singulares e as empresas que se dedicam à exploração de inertes desobedecem às normas contidas no Código Mineiro, relativas à sua exploração.

Falando durante a II conferência nacional sobre Recursos Minerais em Angola, que decorre até hoje, em Luanda, Paulo Pereira disse que a carência de quadros para o trabalho de fiscalização tem levado a que muitas empresas e particulares desobedeçam às normas contidas no Código Mineiro.

O Código Mineiro contém ferramentas que ajudam as empresas e particulares na exploração dos recursos naturais, sem causar grande impacto ambiental junto das comunidades circundantes.

"O Código Mineiro dita regras e normas que devem ser seguidas no sentido de se ter uma exploração mais racional, respeitando o impacto ambiental", disse.

A falta de respaldo jurídico, disse o técnico, tem condicionado que muitas empresas sejam levadas a tribunal para efeito de julgamento, por exploração ilegal e, acima de tudo, por desrespeito ao impacto ambiental junto das comunidades.

A principal transgressão verificada tem a ver com os impactos ambientais, uma vez que existem várias empresas que extraem recursos minerais, sem obedecer às normas existentes.

Em Luanda, a exploração de areia, burgau, pedra e calcário, em grande escala, tem sido feita com frequência nos arredores do Sequele, município de Cacucaco, Bom-Jesus, Cabo Ledo e Catete. Actualmente, os técnicos da Direcção Nacional de Ambiente e Segurança do Ministério dos Recursos Naturais e Petróleos realizam trabalhos de sensibilização, para que o impacto ambiental, resultante da exploração de inertes para a construção civil e não só não seja tão negativo junto das comunidades.

"Muitas dessas empresas e pessoas singulares exploram os recursos e, depois de verificarem que na área já nada existe, vão-se embora", alertou a propósito.

O presidente da organização não-governamental Tchota, reverendo Ntoni Nzinga, defendeu que recursos naturais como a água e as florestas, por exemplo, devem beneficiar, em primeira instância, a população que vive próximo dos locais onde se faz a extracção de tais recursos naturais.

"O país tem muitos rios, cujos cursos seguem para outros países da região, pelo que há necessidade de estreita colaboração entre as comunidades, através da sociedade civil e as instituições do Estado encarregadas de gerir os recursos minerais, para que as comunidades sejam envolvidas na gestão e as decisões não serem, somente, feitas pelo Estado", disse.

Fundamentos dos recursos naturais em Angola, taxação e rendimentos, mineração artesanal de pequena escala em Angola, bem como recursos naturais e direitos humanos são temas inseridos no programa da conferência.

#### **10.4 Demarcação de zonas de riscos evita calamidades em tempo chuvoso**

*Jornal O PAÍS*

*03 De Dezembro de 2017*

*Texto: Alberto Bambi*

O engenheiro civil Olívio Fernando Sacaia defende reforço do plano de demarcação das consideradas zonas de risco e encoraja as administrações locais a responsabilizarem criminalmente os cidadãos que ocuparem e construir em nas mesmas, para que se

evitem inundações e demais catástrofes em período de chuvas.

"Muitas enchentes que nós verificamos nos centros urbanos e suburbanos ceifam vidas humanas, destroem residências e a provocam imensos transtornos no trânsito, são resultantes da ocupação das zonas de riscos, tornando inviáveis os canais de drenagem de águas, por isso, os agentes da administração devem responsabilizar os prevaricadores, ao ponto de os levarem ao tribunal", alertou Olívio Sacaia, que reconhece algum esforço do Governo na delimitação das referidas áreas, mas rapidamente tornadas nulas devido à falta de responsabilização dos prevaricadores.

O académico socorreu-se do caso paralelo das áreas consideradas como reservas do Estado, que ao longo da Via Expresso Comandante Fidel Castro, que liga os municípios de Talatona, Belas, Viana e Cacucaco, vulgo auto-estrada, possuíam placas informativas que foram apropriadas por entidades particulares que as colocaram em seus quintais.

Considerando como zona de risco aquelas em que o assentamento das populações "acaba por constituir um perigo eminente, ou onde a construção de residências e outros tipos de infra-estruturas põe em causa a condição moral, espiritual e material do ser humano, o engenheiro referiu-se à existência das mesmas nos arredores da Vala do Angolano, Lagoa do Tio Kimbundu, Tungangó e Bacia da Catumbela, no município do Cazenga, do depósito Coelho e zona da linha férrea, em Viana, e a área da CEFOPESCAS, em Cacucaco, que, para si, merecem intervenção urgente.

Segundo ele, as calamidades naturais na cidade de Luanda podem ser evitadas se se delimitar, cercar e divulgar essas áreas. Entretanto considerou que o Estado angolano não era obrigado a vedar tais locais, porque essa acção exigiria elevados gastos financeiros que podiam ser aplicados em outros projectos de natureza social.

Aplaudiu a retomada (em acção) do plano de requalificação urbana, tendo aconselhado os dirigentes a conceberem-no na base do plano director municipal, na perspectiva de resultar num instrumento orientador para as administrações locais, para estimular o uso e qualificação dos solos.

"Os responsáveis das localidades suburbanas e rurais, por exemplo, devem classificar e programar os solos para a construção de residências, caminhos-de-ferro, zonas de assentamento de resíduos sólidos e passagens de água, além de áreas agrícolas e industriais, bem como de contenção e preservação da

fauna e da flora", observou alívio Sacaia, porém, sem esconder o seu descontentamento pelo facto de em Angola ainda se construir sem a orientação das instâncias administrativas.

## 10.5 Áreas em degradação são agora restauradas

*Jornal de Angola*  
16 De Dezembro de 2017

As áreas florestais em degradação, o equivalente a um milhão de hectares, vão ser restauradas até 2025, com o repovoamento de árvores de várias espécies, de acordo com uma Estratégia Nacional da Diversidade.

O documento foi tomado público quinta-feira, em Luanda, no decurso de um seminário sobre validação das estratégias para a biodiversidade, evento presenciado pela ministra do Ambiente, Paula Francisco.

A estratégia é destinada também à restauração de mil hectares de zonas húmidas e ecosistemas aquáticos em estado de degradação e ao repovoamento animal em três parques nacionais.

A ministra do Ambiente, Paula Francisco, informou que a estratégia vem cumprir uma etapa do compromisso assumido por Angola a nível internacional.

A ministra adiantou que, no âmbito da estratégia, vão ser repovoados, até 2022, os parques nacionais do lona, na província do Namibe, Bicuar, na Huíla, e Quiçama, em Luanda, com espécies de animais que foram extintas nas três áreas de conservação.

A estratégia inclui também a plantação de 13 milhões de árvores de várias espécies em cidades, vilas, bairros e parques de recreação a nível nacional.

Já para o próximo ano, está prevista a realização de acções destinadas à conservação da biodiversidade no âmbito de programas sectoriais, a angariação de fundos, à luz do Fundo Nacional do Ambiente, e a aplicação de multas a quem violar a legislação ambiental.

A criação da Estratégia Nacional para a Diversidade envolveu o engajamento de técnicos dos ministérios do Ambiente, dos Recursos Minerais, Comércio, Pescas, Hotelaria e Turismo, Agricultura, Educação e Tecnologia. A promoção de actividades ecoturísticas em áreas de conservação animal está incluída na estratégia, devendo o Ministério do Ambiente emitir licenças de exploração de negócios nesta área. O director nacional da Biodiversidade, Nascimento

António, acentuou que a estratégia tem como objectivo global tomar resistentes até 2025 os ecossistemas.

## 10.6 Chuvas fortes causam mortes e a destruição de moradias

*Jornal de Angola*  
18 De Dezembro de 2017  
Texto: José Chaves

As fortes chuvas que se abatem sobre a comuna de Calussinga, a oeste do município do Andulo, na província do Bié, desde o passado mês de Outubro, estão a fazer enormes estragos, tendo causado, na semana passada, a morte de uma criança de oito meses, dois feridos e a destruição de mais de cem casas e de uma igreja que havia sido construída à base de pau-a-pique e adobe, informou à imprensa a administradora comunal, Faustina Mbundo.

Segundo Faustina Mbundo, os bairros situados na periferia da vila foram grandemente afectados, pois quase todas as áreas de cultivo ficaram inundadas, estando a população local, que é maioritariamente camponesa, desprovida da sua fonte de subsistência.

"Foi constituída uma equipa da administração para, em coordenação com o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, arrecadar bens de primeira necessidade para os sinistrados e conferir o número de pessoas desalojadas e encontrar ainda fórmulas para impedir que as enxurradas continuem a fazer grandes estragos".

## 10.7 Processo de Selecção para Projecto Cuvelai

*Jornal de Angola*  
19 De Dezembro de 2017

O Ministério do Ambiente em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o financiamento do Fundo Global para o Ambiente desenvolvem um processo de selecção para o projecto "Promoção do desenvolvimento de resiliência ao clima e reforço da capacidade de adaptação para suportar riscos na Bacia hidrográfica do Rio Cuvelai" para eleger propostas de trabalho para montar uma Rede de Monitorização de Parâmetro Climáticos na Bacia Hidrográfica do Cuvelai.

## 10.8 Chuva matou dezenas de pessoas no país

*Jornal de Angola*  
22 De Dezembro de 2017  
Texto: André da Costa

Um total de 38 pessoas morrerem em Angola, no período compreendido entre 15 de Agosto e 21 de Dezembro, em consequência da chuva que se abateu em 11 das 18 províncias, revelou ontem, em Luanda, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O superintendente-chefe bombeiro Faustino Sebastião, explicou que a chuva provocou nestes períodos 17 feridos, 854 famílias afectadas e 4.571 pessoas ficaram desalojadas.

A chuva que caiu abaixo do normal nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Cuanza-Norte, Cuando Cubango, Lunda - Norte e Sul, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire, destruiu 524 residências, 285 outras ficaram parcialmente destruídas e 136 ficaram inundadas.

A parte sul do país enfrenta uma seca que se prolonga desde 2012, que já afectou até o ano passado, um milhão, 213 mil e 551 pessoas, sendo que a maioria encontra-se localizada nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

No período sazonal, que compreende os meses de Outubro, Novembro e Dezembro deste ano, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica de Angola, INAMET, prevê um clima seco, alternando para húmido nos meses de Novembro e Dezembro.

Para Faustino Sebastião, nos meses de Janeiro, Fevereiro até Dezembro do próximo ano, as previsões do INAMET apontam para um clima húmido em quase todo o território nacional.

As chuvas que caíram provocaram danos e perdas consideráveis, tendo em conta o grau de vulnerabilidade e exposição que se encontram as populações que residem em zonas suburbanas e rurais.

Previsões do INAMET indicam que as chuvas vão continuar a cair abaixo do normal entre chove e não chove, situação que cria outras situações como baixa do caudal de água que contribui na redução do abastecimento de energia eléctrica.

O Serviço de Protecção Civil trabalha para levar a informação junto das populações no sentido de os alertar para os perigos que correm ao habitar em zonas de risco.

As populações mais carentes afectadas pela chuva têm recebido ajuda por parte dos técnicos do Serviço Provincial de Protecção Civil.

O secretário de Estado do Interior para a Segurança Técnica, Hermenegildo Félix, disse que o crescimento desordenado das cidades, sobretudo nas zonas suburbanas, constitui um elevado factor de risco para a ocorrência de desastres em decorrência de chuvas.

Esta situação, obriga os órgãos que integram a Comissão Nacional de Protecção Civil e a intervir na busca de soluções em prol da salvaguarda da vida das populações e dos seus bens.

Hermenegildo Feliz sublinhou que a actualização da Lei de Base de Protecção Civil, e o Plano Nacional de Preparação, Contingência, Resposta e Recuperação de Desastres constituem prioridades da Comissão Nacional de Protecção Civil.

Constou da agenda de trabalho a apresentação do Anteprojecto para a Implementação das Bases Regionais de Apoio Logístico, bem como a preparação dos sectores para fazer frente a época chuvosa no período de Janeiro a Maio do próximo ano.

## 10.9 Falta de divisas faz ressurgir carpintarias

*Jornal O PAÍS*  
23 De Dezembro de 2017  
Texto: Miguel Kitari

Num passado muito recente, com o grande afluxo de mobiliário para lar e escritórios proveniente da Namíbia, China e Emiratos Árabes Unidos, os carpinteiros angolanos foram subitamente relegados para segundo plano.

Mas agora, por ironia da história, a sua mão-de-obra voltou a ser solicitada. Com menos dimensão e serviços comparativamente às carpintarias do passado, o certo é que a arte de trabalhar a madeira está a garantir emprego, contribuindo assim para o sustento de inúmeras famílias.

Na ronda que efectuamos por alguns bairros, apuramos que o ofício apaixonava jovens maioritariamente oriundos do norte do país.

No bairro Dangereux, município de Talatona, encontramos Damião Gimi, que fabrica cadeiras e mesas de jantar, beliches, cómodas e outros meios feitos de madeira. Deixou Cabinda há quatro anos e na grande Luanda ganha a vida com esta arte.

"Comparamos a madeira nos mercados do Kikolo e do Gamek, em Luanda, e confeccionamos o mobiliário aqui mesmo. Tenho uma equipa composta por dois mestres e dois ajudantes", revelou. Damião Gimy comercializa a cama casal por Kz 80 mil, o beliche custa 80 mil, a mesa de jantar com seis cadeiras por 100.000 mil, o guarda-fatos de cinco portas custa 65 mil, ao passo que a cama de solteiro pode ser adquirida por Kz 40 mil.

Há menos de 500 metros encontramos João Bumba, também natural de Cabinda. Deixou a província mais ao norte há quatro anos e escalou a capital do país atraído por novos negócios, mas a arte que apreendeu no seio da família tornou-se o seu ganha-pão.

"Cheguei à Luanda há seis anos, quatro dos quais passados aqui no Dangereux, onde montei uma pequena carpintaria, onde confeccionamos camas, guarda-fatos e não só", referiu.

Na sua oficina, a cama de casal custa Kz 70 mil, ao passo que a cama solteiro 40 mil, o beliche custa 60 mil, o guarda-fato 120 mil, a mesa de jantar e seis cadeiras é comercializada a 10 O mil. "Agora é possível produzir porque há mais madeira no mercado. Temos muita procura baseada em encomendadas, no entanto, precisamos é de mais grandes serrações para que haja uma maior transformação de toros em madeira" apelou o mestre.

Nas imediações da Urbanização Nova Vida, encontramos António Suca. O mestre carpinteiro, que trabalha com um estofador e um carpinteiro, compra madeira no mercado do Kikolo, que segundo ele, é o local em que se comercializa madeira de qualidade.

Natural da província da Lunda Norte, António disse ao Jornal O PAÍS que, "a madeira comprada no Kikolo vem do Nzento (Zaire), Uíge, Kibaxe e Nambuangongo (província do Bengo) e são de boa qualidade", assegurou.

Na oficina de António Suca, uma cama de casal custa Kz 50 mil, o beliche 60 mil, uma porta pode ser adquirida por 50 mil, e já o armário para cozinha custa Kz 120 mil. "Podemos fazer mais e melhor, mas para tal precisamos de apoio do Estado", solicitou.

Na rua do MAT, em Talatona, Manuel João montou a sua pequena oficina. Com oito trabalhadores, o mestre dedica-se ao fabrico de portas, janelas, cama, armário e outros mobiliários para lar.

Natural da província do Zaire, Manuel João adquire também a madeira no mercado do Kikolo, o maior Pólo de comercialização desta matéria-prima.

"Todos compramos a madeira no Kikolo por ser a maior fonte. É de lá que chegam os toros adquiridos nas províncias do Uíge, Zaire, e até mesmo de Cabinda", referiu. Em relação ao ressurgimento das carpintarias, não demora a responder: "o aumento da exploração de madeira e a falta de divisas levam que pessoas comprem mais mobílias no país", constatou, lamentando apenas os "incómodos" dos fiscais, que, constantemente e sem motivos aparentes, confiscam os seus materiais, para cuja devolução exigem pagamentos injustificados.

Quanto aos preços que prática, Manuel João anuncia que uma cama casal custa Kz 50 mil, uma comoda é comprada a partir de Kz 80 mil. O valor mais alto é 150 mil. O beliche está em Kz 80 mil, uma porta 65 mil, a janela 35 mil. Ainda na rua do MAT, há uma outra carpintaria. Pelo número de funcionários, 15, sendo sete mestres e oito ajudantes, é a maior da zona. Propriedade do também mestre Ângelo Dilma, a oficina produz camas de casal e de solteiro (por Kz 75 mil e 40 mil, respectivamente), mesas de jantar e de quatro cadeiras (por 100 mil e 70, cada uma delas), uma garrafeira fica em 8 mil, a mesa redonda para bar (Kz 30 mil), guarda-fatos (Kz 120 mil) e um armário custa Kz 120 mil.

"Temos alguns clientes que reconhecem a durabilidade e qualidade da nossa mobília. Temos registado crescimento nas vendas, sobretudo por causa de escassez de divisas no mercado, pois as pessoas preferiam importar da China, Namíbia e Dubai", comentou.

As grandes serrações de madeira Panga-Panga - Situada no município do Sambizanga, em Luanda, na estrada divisória com o Rangel, era das maiores existentes no país.

A Serração Bailundo, no Marçal, a Margol, no Cazenga, e tantas outras completavam o leque de serrações em que os carpinteiros (pequenas empresas) adquiriam madeira para fabricar bens diversos, como portas, janelas, camas, armários, mesas e cadeiras, e demais objectos feitos de madeira.

Os proponentes deverão solicitar os Termos de Referência (TdR) e remeter as propostas de acordo com o (TdR) para:selecao.meteorologia@gmail.com. Propostas serão recebidas de forma contínua a partir da primeira publicação deste anúncio no Jornal de Angola. A selecção e contratação de propostas começarão no dia 9 de Fevereiro de 2018.



## 10.10 A fronteira entre os dois Golfes

*Jornal de Angola*

*25 De Dezembro de 2017*

*Texto: João Pedro*

Nos últimos anos, a cidade de Luanda vem registando um crescimento demográfico assustador. Nasceram vários bairros, uns a seguir aos outros. No início dos anos 90, poucas pessoas pensavam morar em zonas como Benfica, Ramiros, Camama ou Viana. Mas, hoje, estes bairros estão muito povoados. Novas terras são descobertas e habitadas pela população carente, que, regra geral, chega primeiro que a administração do Estado.

Apesar disso, nos bairros antigos, com casas erguidas e bem conhecidos, ainda existem espaços e histórias surpreendentes, por descobrir. Nas imediações do Golfe 2, Kilamba Kiaxi, numa paragem de táxi, os cobradores apregoam: "Vala/Caminheiro, 100 Kwanzas...". O repórter do Luanda, Jornal Metropolitano (LJM), que andava por aquelas bandas, ficou intrigado, pois não conhecia o lugar anunciado. Será que o caro leitor e munícipe conhecem onde se localiza?

Geograficamente, este ponto fica situado entre os Golfes 1 e 2, no rio Cambamba. Os moradores chamam-no "Vala", pelo facto de apenas correr água no tempo chuvoso. Na verdade, o rio que envia a água para a vala nasce nas imediações do condomínio dos Cajueiros, no Golfe 2. Corre até à Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", desce, atravessando a ponte do Nguami Maka, que dá à zona 10, do bairro Golfe 1, não muito distante da Praça dos Correios.

No táxi para o Golfe 2, com destino à Vala/Caminheiro, passa-se por inúmeras ruas, bastante movimentadas: vendedores, compradores e até crianças misturam-se. O condutor do táxi é obrigado a reduzir a velocidade.

Paulo Manuel avisa: "aqui, o melhor é não teres pressa. Se atropelas uma criança, tens que ter sorte. A população aqui não pergunta; dá-te uma boa surra e, pode acontecer, estragam-te o carro. Aqui tens de ter muita calma", aconselhou o taxista, com um sorriso. Depois de, aproximadamente, dez minutos de andamento, chegamos à ponte do Nguami Maka. Rapidamente, o cobrador perguntou aos passageiros: "quem fica na vala?". Desceram apenas duas senhoras. Logo, apercebemo-nos que este é um ponto de referência para quem vive nas imediações da ponte Nguami Maka e que Caminheiro é o nome de um colégio que fica na Zona 10 do Golfe 1, sendo a paragem final.

O Hiace, com os outros ocupantes, incluindo o repórter do LJM, continua o seu trajecto. Em conversa, descobrimos que a ponte da Vala é uma zona muito perigosa. Há registo de muitos assaltos.

### Reclamação dos Municípes

Em Julho deste ano, o Governo construiu, no Nguami Maka, sobre o rio Cambamba, uma ponte metálica com 30,48 metros de comprimento e largura de 7,35 metros.

A ponte veio beneficiar tanto a mobilidade rodoviária quanto a de peões. Os moradores enalteceram a obra. Mas aqueles que viram as suas residências demolidas, pela construção da infra-estrutura, queixam-se da administração local, que tarda a indemnizá-los.

Nzatoto Pedro teve a casa parcialmente destruída. Ele disse que, antes do início da construção, os técnicos da Administração "estavam a obrigar os moradores a assinar papéis em branco. Nós recusamo-nos. Até agora, não temos resposta da administradora, nem do Gabinete Técnico, que, antes da construção, procurou os moradores para os sensibilizar sobre os benefícios da construção", lamentou.

O morador pretende reconstruir o seu quintal, que foi demolido pela administração, para não ser invadido pelas águas da chuva. "Hoje, depois de muitos meses, estamos numa situação triste. Partiram todo o meu quintal e uma parte da residência. Quando chove, a água invade o interior da casa, o que me deixa muito triste".

Marceneiro de profissão Nzatoto Pedro usava o seu quintal como oficina, mas agora, devido à demolição, "desenrasca" a vida como taxista. "Não tenho espaço para guardar as obras feitas", justifica-se. Por isso, pede ao Governo Provincial de Luanda maior atenção e consideração às reclamações dos municípes.

Adão Garcia teve sorte diferente. Viu a sua casa a ser totalmente demolida. "Fomos burlados pelos técnicos da administração. Acho que alguns deles tiraram benefícios. Tenho cinco filhos e, por causa desta situação, fui obrigado a viver em casa da minha sogra", desabafou o cidadão, que ainda tem esperança em ver o seu caso solucionado.

Com a circulação de água já obstruída, muito lixo vai parar à vala, gerando um cheiro nauseabundo. Basta atravessar a rua, chegamos ao Largo da Kitanda, já na direcção de quem vai ao Largo Deolinda Rodrigues ou, em caso de contornar à esquerda, ao Aeroporto, com as ruas cheias de lojas de venda de peças e acessórios de automóveis, aí convenientemente

instaladas para alimentarem a barricada de carros parados e os trabalhos de mecânica.

## INTERIOR

O primeiro obstáculo para se chegar dentro do espaço é achar um letreiro ou seta que indique qual, entre tantas portas, é a principal, a dos utentes que queiram expor à direcção assuntos diversos. Antes, é preciso rodá-la a 360 graus, percorrendo a parede que não oferece mais do que a flagrante poluição visual, resultante de cores e nomes de estabelecimentos escritos cada um à sua maneira e cor, que vão de lojas de alimentação da uma conhecida rede a dormitórios ocasionais, como uma pensão com nome de tipo de dança e música. Ou, e talvez até a rápida solução, pedir a um dos seguranças que fazem de alguns carros aí parados o corno suas moradias que indique onde se dirigir para se chegar à porta da direcção.

Lá dentro, rés-do-chão e primeiro piso estão ocupados com roulettes que vendem comida rápida, um restaurante que serve sopas e almoços e o escritório da Brigada Jovem de Literatura. No momento da nossa reportagem, o grupo teatral NA! - Núcleo de Arte Independente - ensaiava 'no local. É do segundo piso que se pode ver a arena, em progressivo estado de degradação.

### Negócio dominado por “mamadus”

Não são apenas angolanos a fazerem trabalhos de mecânica. Há um grupo de indivíduos oriundos da África do Oeste, vulgos mamadus, que ganharam grande aceitação da clientela angolana, que recorre a estes mestres por serem pessoas "muito honestas", conforme qualificou um jovem que lhe foi indicada a oficina da Tourada como grande trunfo para resolver o seu problema de motor. Postos no local, apuramos que é mesmo a oficina mais concorrida, sempre a receber carros grandes e pequenos, com problemas mais ou menos complexos.

Um dos mestres disse à nossa reportagem que trabalha neste recinto da Tourada há mais de 8 anos, já tendo conquistado a confiança dos clientes angolanos, sem contar os carros dos seus conterrâneos que não paravam de chegar ao local.

Um outro mestre preferiu enveredar pelo negócio, sendo sua propriedade a loja de peça mais frequentada.

Os carros sem solução ou cujos proprietários ainda não dispõem de verbas suficientes para comprar peças, são aí guardados, controlados por uma empresa de segurança que garante que ninguém surripie acessórios na calada da noite. Isso leva os clientes a ficarem descansados, confiantes nos

mecanismos de segurança adoptados, tanto que alguns deixam aí os seus carros por meses.

Por outro lado, verificamos que todos os serviços de mecânica são feitos por pessoas que não estão minimamente no rigor das regras exigidas em segurança no trabalho, desprovidos até do famoso fato-macaco de mecânico, quanto mais bota e capacete. Sendo que é uma oficina a céu aberto, perguntamos como precedem quando são atacados pela necessidade de urinar ou defecar, ao que responderam que urinam mesmo à volta mas, para defecar socorrem-se das latrinas dos estabelecimentos.

Esta é, à vista, a vida à volta da Tourada, onde o lixo cresce, o negócio flui e a cultura sai como enteeda.

## 10.11 Famílias são realojadas em zonas mais seguras

*Jornal de Angola*

*30 De Dezembro de 2017*

*Texto: Matias da Costa*

Pelo menos 50 famílias que vivem junto à ravina do bairro do Cangangawe, arredores do Cuito, serão realojadas no próximo mês de Janeiro, no projecto habitacional das 500 casas, garantiu o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas.

José Tchatuvela, que falava no final da visita efectuada às infra-estruturas inacabadas e às zonas de risco, considerou lamentável a actual condição em que vivem as famílias no local adjacente à ravina com mais de 12 metros de profundidade.

O vice-governador explicou que, no âmbito das políticas habitacionais desenvolvidas pelo Executivo, que visam proporcionar melhores condições à população, o governo do Bíé está a concluir a construção de 500 residência sociais na localidade do Chissindo II, com todos os serviços básicos, destinada aos moradores que vivem em zonas de risco. José Tchatuvela, ao apontar soluções para combater as ravinas, disse que nalgumas se observam intervenções nas crateras, com recursos a solos compactados, criação de galerias, acesso aos moradores, bem como a construção de valas de drenagem. O vice-governador salienta que em função da imprevisibilidade das calamidades naturais torna-se complexo avançar os custos para intervenções em ravinas. Foram já estancadas as ravina dos bairros do Catraio, Chissindo, Paraíso e Catala.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO  
MINEIRA